



MARCILENE QUEIROZ CABRAL SANTOS

**“QUASE TUDO NESTE LIVRO PODIA TER ACONTECIDO COMO VAI
DESCRITO”: LITERATURA, HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES DO FEMININO
EM MAD MARIA, DE MÁRCIO SOUZA**

TEFÉ
julho de 2022

MARCILENE QUEIROZ CABRAL SANTOS

**“QUASE TUDO NESTE LIVRO PODIA TER ACONTECIDO COMO VAI
DESCRITO”: LITERATURA, HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES DO
FEMININO EM MAD MARIA, DE MÁRCIO SOUZA**

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do título de Mestre do Programa de
Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências
Humanas- nível Mestrado, da Universidade do
Estado do Amazonas - UEA.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Cátia Monteiro Wankler

TEFÉ
julho de 2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

S237q" Santos, Marcilene Queiroz Cabral
"Quase tudo neste livro podia ter acontecido como vai descrito" : literatura, história e representações do feminino em Mad Maria, de Márcio Souza / Marcilene Queiroz Cabral Santos. Manaus : [s.n], 2022.
122 f. : ; 29 cm.

Dissertação - PPGICH - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências HUmanas - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2022.

Inclui bibliografia

Orientador: Wankler, Cátia Monteiro

1. Mad Maria. 2. Márcio Souza. 3. Personagens femininos. 4. Ferrovia Madeira-Mamoré. 5. Período da borracha na Amazônia. I. Wankler, Cátia Monteiro (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. "Quase tudo neste livro podia ter acontecido como vai descrito"

MARCILENE QUEIROZ CABRAL SANTOS

**“QUASE TUDO NESTE LIVRO PODIA TER ACONTECIDO COMO VAI
DESCRITO”: LITERATURA, HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES DO FEMININO
EM MAD MARIA, DE MÁRCIO SOUZA**

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-
Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-
nível Mestrado, da Universidade do Estado do
Amazonas - UEA.

Aprovado em: ____/____/_____
Conceito: _____

BANCA AVALIADORA

Prof^a. Dr^a. Cátia Monteiro Wankler (UFRR – PPGICH/UEA)
Orientadora- Presidente

Prof^a. Dr^a. Rosidelma Pereira Fraga (UFRR – PPGL/UFRR)
Membro Externo

Prof^a. Dr^a. Veronica Prudente Costa (UFRR – PPGICH/UEA)
Membro Interno

Prof^a. Dr^a. Mirella Miranda de Brito Silva (UFRR)
Membro Suplente Externo

Prof^a. Dr^a. Otávio Rios Portela (PPGICH/UEA)
Membro Suplente Interno

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos João Pedro e Suyanne por tudo que significam na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me mantido na trilha certa durante este projeto de pesquisa, com saúde e forças para chegar até o final.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Cátia Monteiro Wankler, por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa e pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo.

A todos os meus professores do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) pelas contribuições na minha formação durante o mestrado.

A todos os funcionários que fazem parte do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) pela excelência da qualidade técnica de cada um.

Às professoras e doutoras Carla Monteiro de Souza e Veronica Prudente Costa, membros da Banca Examinadora da qualificação e defesa, por terem atendido ao convite para desempenhar este papel, dispondo de seu tempo e conhecimento para analisar este trabalho.

A todos os amigos que fiz durante o mestrado, em especial Elcione Cordeiro, Patrícia de Oliveira, Joseani Reinheimer, Welner Campelo, Betânia Matta, Naraíza Caldas, Thaila Bastos, Grace Kelly, Willian.

A todos que contribuíram com meu crescimento pessoal, intelectual e profissional.

À minha mãe e meus avós (in memoriam) que sempre me incentivaram na minha formação acadêmica.

Ao meu marido e meus filhos pela compreensão e paciência demonstrada durante o período de pesquisa e escrita.

E a todos que direta e indiretamente contribuíram com a minha jornada de estudos.

*Sempre fomos o que os homens disseram que nós éramos.
Agora somos nós que vamos dizer o que somos.*

Lygia Fagundes Telles

RESUMO

Apesar de se tratar de uma narrativa ficcional, o romance *Mad Maria* (1980), de Márcio Souza, possui um aguçado caráter histórico-social ao se propor a tratar da história da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, no início do século XX, em Rondônia, em plena floresta amazônica, construção que visava facilitar o acesso entre Brasil e Bolívia e a exportação da borracha oriunda da Bolívia. O presente trabalho pretende apresentar o romance *Mad Maria*, a partir da aproximação entre Literatura e História, tendo como foco principal as personagens femininas vistas a partir do confronto de seus perfis com o modelo patriarcal de mulher numa perspectiva decolonial. Como fundamentação teórica, selecionamos os seguintes autores: Foucault (1999); Lukács (2011); Weinstein (1993); Pesavento (2000); Gondim (2007); Loureiro (2015); Benchimol (2009); Stuart Hall (2014); Bourdieu (2012); Woolf (2014); Beauvoir (2019), Souza (2019); Butler (2020); Hooks (2020). O ideal feminino difundido pela literatura, apresentava um ideal de mulher submissa e passiva em relação ao homem, considerado superior e, muitas vezes, retratado como figura heroica. No caso da Região Norte, as narrativas literárias podem ser uma boa fonte para uma melhor compreensão sobre este ideal de mulher, porque apresentam as características das personagens femininas e a sua relação com o modelo patriarcal vigente através do entrelaçamento da ficção com a História da Amazônia intensificada pela presença de personagens femininas marcantes e a forma como são representadas no universo histórico e ficcional do romance.

Palavras-chave: *Mad Maria*, Márcio Souza, Personagens femininos, Ferrovia Madeira-Mamoré, Período da borracha na Amazônia.

ABSTRACT

Although it is a fictional narrative, the novel *Mad Maria* (1980), by Márcio Souza, has a keen historical-social character when it proposes to deal with the history of the construction of the Madeira-Mamoré railway, at the beginning of the 20th century, in Rondônia, in the middle of the Amazon rainforest, a construction that aimed to facilitate access between Brazil and Bolivia and the export of rubber from Bolivia. The present work intends to present the novel *Mad Maria*, from the approximation between Literature and History, having as main focus the female characters seen from the confrontation of their profiles with the patriarchal model of woman in a decolonial perspective. As a theoretical basis, we selected the following authors: Foucault (1999); Lukács (2011); Weinstein (1993); Pesavento (2000); Gondim (2007); Loureiro (2015); Benchimol (2009); Stuart Hall (2014); Bourdieu (2012); Woolf (2014); Beauvoir (2019), Souza (2019); Butler (2020); Hooks (2020). The feminine ideal disseminated by the literature presented an ideal of a woman submissive and passive in relation to men, considered superior and often portrayed as a heroic figure. In the case of the Northern Region, literary narratives can be a good source for a better understanding of this ideal of women, because they present the characteristics of female characters and their relationship with the patriarchal model prevailing through the intertwining of fiction with the History of the Amazon intensified by the presence of striking female characters and the way they are represented in the historical and fictional universe of the novel.

Keywords: *Mad Maria*, Márcio Souza, Female characters, Madeira-Mamoré Railway, Rubber period in the Amazon.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. AS CIÊNCIAS HUMANAS, A PESQUISA INTERDISCIPLINAR E <i>MAD MARIA</i> NESSE CONTEXTO	17
1.1. O Contexto histórico, social e político em Mad Maria	29
1.2. A Belle Époque e o ouro negro da Amazônia	32
2. UM OLHAR SOBRE O IDEAL DE MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX	61
3. AS MULHERES EM <i>MAD MARIA</i> : DO IDEAL, DO REVERSO, DO CONFLITO	86
3.1. A mulher indígena: do ideal	98
3.2. Consuelo: do reverso	101
3.3. A “Rainha de Ferro”: do conflito	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado surgiu da necessidade de analisar as representações da mulher na narrativa *Mad Maria*, de Márcio Souza. Esse romance narra a construção da ferrovia Madeira-Mamoré em decorrência do apogeu da borracha em meados do século XIX, que, com o declínio da borracha no início do século XX, não teve mais serventia após sua conclusão.

A mulher, desde os primórdios da existência humana, sempre esteve às margens da sociedade e à mercê da figura masculina, seja seu pai, irmão ou marido. A opressão e a violência vivenciada pelas mulheres sempre esteve presente no cânone literário, que sempre retratou a figura feminina de forma inferior ao universo masculino. Em virtude dessa herança patriarcal, opressora e machista, a mulher foi silenciada por muito tempo, deixando de lutar e buscar por seus direitos perante uma sociedade, na qual o pensamento opressor em relação à figura feminina perdura desde muito tempo.

O inconformismo que motiva a realização dessa pesquisa está presente no tratamento recebido pelas mulheres na literatura durante muito tempo, a partir da leitura de diversos romances que tratam a mulher sempre como um ser frágil, delicado, passivo e quando ela não se enquadra nesses padrões é discriminada pela sociedade. Dentre as personagens que se destacaram na minha jornada acadêmica estão Moreninha, Lucíola, Capitu, Rita Baiana e Consuelo. Atualmente, apesar de todas as conquistas femininas, o preconceito e a cultura machista ainda persistem atualmente, tanto no ambiente familiar como na sociedade em geral, em detrimento de uma herança de nossos antepassados que tratavam a mulher como um ser que deveria ser submisso a figura masculina. Dessa forma, o presente trabalho pretende fazer uma leitura do romance *Mad Maria*, de Márcio Souza, tendo como foco principal as representações do feminino no romance em suas relações com o modelo patriarcal de mulher no período em questão, a partir da aproximação entre a Literatura e a História.

Mad Maria, romance de Márcio Souza publicado em 1980, narra a história da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, no início do século XX, que ligaria o Brasil à Bolívia com o intuito de intensificar a extração e o comércio da borracha. O romance,

apesar de ser uma obra ficcional, aborda fatos históricos sobre a construção da ferrovia no estado de Rondônia, em plena floresta amazônica. Além disso, apresenta um forte caráter social ao relatar as condições desumanas de trabalho e o sacrifício dos trabalhadores em decorrência do progresso, fatos que se tornam insignificantes diante da enorme empreitada da construção da ferrovia.

Márcio Souza é sociólogo, cineasta, teatrólogo, romancista e, através de suas obras, busca preservar a cultura regional, como também denunciar a depredação e o saqueamento da Amazônia, oriundos da cobiça e exploração desordenada das riquezas da região. Nasceu em 4 de março de 1964, em Manaus, onde viveu até o final do curso científico. Aos 14 anos trabalhou como crítico de cinema no jornal “O Trabalhista”, colaborando mais tarde em todos os jornais de Manaus e, no ano de 1967, lançou o livro “O mostrador de sombras”, com algumas de suas críticas.

Morou um tempo em Nova York, mas logo retornou porque não se adaptou ao estilo de vida nova-iorquino. Em 1972, fez o filme “A Selva”, adaptado do romance de Ferreira de Castro de mesmo nome, como também uma série de documentários sobre a Amazônia. Ocupa a cadeira de número 25 da Academia Amazonense de Letras e já recebeu vários prêmios nacionais e internacionais. Seus principais romances são: *Galvez, Imperador do Acre* (1976); *Mad Maria* (1980); *A ordem do dia* (1983) e a *Tetralogia*, composta por “Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro”: *Lealdade* (1997); *Desordem* (2001); *Revolta* (2005) e *Derrota* (2006).

Mad Maria relata a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré e mostra, de forma irônica e contundente, quão insensata pode ser a “ideologia do progresso” ao construir uma ferrovia em uma região inóspita, causando a morte de milhares de pessoas e que, após ser concluída, não teve mais nenhuma serventia, pois, como afirma Souza (2019),

Assim é a identidade da Amazônia. Um corpo formado pelos rios enormes, pelas selvas brutalmente dilaceradas, pelos povos indígenas dizimados, pela saga dos homens na conquista da natureza. Mas, ao mesmo tempo, não deixa de estar premente voltado para Meca, que é a própria Amazônia, um espaço tão vasto como a crença, capaz de fazer a geografia confluir para a pedra negra que dentro de nós indica que somos da Amazônia, filhos da mata, filho das águas. (SOUZA, 2019, p. 26)

Vale ressaltar que, desde os relatos dos primeiros viajantes, a Amazônia se caracteriza como um lugar de histórias fantásticas oriundas de uma “invenção da Amazônia”, como postula Neide Gondim: a “Amazônia é o mistério inventado pelos

européus” (2007, p.158), construída a partir de uma historiografia greco-romana baseada na mitologia indiana. Gondim afirma que

Contrariamente ao que se possa supor, a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída. Na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes.

Nesse bojo inclui-se, ainda, a mitologia indiana que, a par de uma natureza variada, delicia e apavora os homens medievais. A tal conjunto de maravilhas anexam-se as monstruosidades animais e corporais, incluídas tão somente enquanto oposição ao homem considerado como adâmica normal e habitante de um delimitado por fronteiras orientadas por tradições religiosas. (GONDIM,2007, p.13)

Dessa forma, a primeira viagem ao Novo Mundo foi acompanhada desse imaginário, que influenciou a visão do europeu sobre as terras jamais vistas, persistindo esse olhar estereotipado em relação ao mundo amazônico. E a descoberta dessas novas terras que completavam as secularmente conhecidas originou tensões que acarretaram especulações que foram se aglutinando em temas em torno da expressão “raça humana”, como também destaca Gondim,

[...] Motivo de enormes controvérsias, essa expressão acompanha os séculos, oriundas dela constroem-se ciências, especula-se a natureza para atingi-la, aceitá-la ou refutá-la a partir do prisma da sociedade que conheciam, ou seja, a dos próprios questionadores, atitude que origina nova visão desfocada. (GONDIM, 2007, p.13)

Desde os primeiros relatos que a Amazônia foi apresentada a partir de um dualismo entre inferno/paraíso, pelo olhar dos homens que sonhavam em encontrar o paraíso e a fonte da juventude, crenças oriundas de uma tradição religiosa.

A tradição religiosa dizia que um grande rio nascia naquele local aprazível, cujas águas encobriam riqueza, e não muito longe, uma fonte convidava para a total supressão dos males sociais, onde a fome, as doenças e as pestes continuamente dizimavam respeitáveis contingentes humanos. Esse local foi encontrado pelos expedicionários de Orellana e se localizava na região amazônica. (GONDIM, 2007, p. 14)

Essa crença religiosa num paraíso cheio de riquezas, capaz de suprimir a fome e todas as doenças, fez com que os expedicionários, comandados por Orellana, acreditassem que a região amazônica seria esse tão sonhado lugar. “A floresta é responsabilizada pela transformação do homem; os caboclos e os índios são preguiçosos,

indolentes e tidos como crianças grandes e ingênuas ou intrusos, desajustadores da harmonia natural” (GONDIM, 2007, p. 287).

Benchimol (2009, p. 7) destaca que a Amazônia é um complexo cultural que abrange um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida que integram a “organização social e o sistema de conhecimentos, práticas e usos dos recursos naturais extraídos da floresta, rios, lagos, várzeas e terra firme, responsáveis pelas formas de economia de subsistência e de mercado”.

Dentro desse contexto, desenvolveram-se o homem e a sociedade, ao longo de um secular processo histórico e institucional. O conhecer, o saber, o viver e o fazer na Amazônia Equatorial e Tropical inicialmente foi um processo predominantemente indígena. A esses valores e culturas foram sendo incorporados, por via de adaptação, assimilação, competição e difusão, novas instituições, instrumentos, técnicas, incentivos e motivações transplantados pelos seus colonizadores e povoadores. Entre eles: portugueses, espanhóis, em particular, europeus, com algumas contribuições africanas, semíticas e asiáticas, além de novos valores aqui aportados por migrantes nordestinos e de outras regiões brasileiras. (BENCHIMOL, 2009, p. 7)

Todos os que chegaram a Amazônia contribuíram para a sua formação cultural, ao trazerem seus valores, crenças e costumes que se entrelaçaram com os costumes dos indígenas que foram os primeiros habitantes da região. A Região Amazônica era de mais difícil acesso naquele período do que ainda é hoje, os trabalhadores que participaram da construção da ferrovia foram sacrificados devido às péssimas condições de trabalho. Muitos morreram em decorrência de doenças típicas da região, porque não tinham conhecimento algum de como preveni-las e tratá-las.

Alguns fatos históricos relatados no romance ocorreram e contribuíram para a construção histórico-social da Região Amazônica e do Brasil. Algumas passagens possibilitam ao leitor conhecer uma parte da história da região, como também do país, e refletir sobre o período. A partir do Tratado de Petrópolis, em 1903, o Acre, que pertencia à Bolívia, é anexado ao Brasil, que se compromete em concluir a estrada de ferro Madeira Mamoré, desde o Porto de Santo Agostinho, no rio Madeira, em Mato Grosso até Guajará-Mirim, no rio Mamoré com um ramal que chegaria até Vila Bela, na Bolívia. Através de Galvez, um herói pícaro com índole anarquista, que morre na cama de velhice, Márcio Souza, no romance *Galvez, Imperador do Acre* narra esse momento histórico em tom divertido e crítico com personagens fictícios e reais, desvelando uma preocupação histórico-social, característica de suas narrativas.

Em 1907, teve reinício a construção da ferrovia, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim, trecho que foi finalizado em 1912, contabilizando 364 quilômetros de extensão. Com o Tratado, o Brasil fez concessões às empresas para que estas construíssem a estrada de ferro Madeira-Mamoré em plena selva amazônica. Foram contratados trabalhadores brasileiros de todas as partes do país e também estrangeiros oriundos de países vizinhos, além de outros vindos da Europa e da Ásia.

A narrativa tem início quando o jovem médico irlandês, Finnegan, começa a trabalhar na enfermaria do acampamento onde estão os trabalhadores do grupo de construção da ferrovia e gira em torno dos estranhamentos entre os indivíduos tão diversos conviventes naquele cenário e entre estes e a natureza pujante da região. E se para os homens o ambiente já se mostra perigoso e desafiante, para as poucas mulheres que figuram na obra ele pode representar um mergulho em sentimentos e vivências ainda mais extremos.

Bourdieu (2019) destaca que incorporamos sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e apreciação, as estruturas históricas de ordem masculina, arriscando-nos a pensar a dominação masculina a partir de pensamentos que são produtos da própria dominação. Para o autor, não se pode sair desse círculo se não encontrarmos uma estratégia prática para efetivar uma objetivação do sujeito da objetivação científica.

Considerando isso, pretendemos analisar em nossa dissertação de Mestrado as representações do feminino no romance *Mad Maria*, de Márcio Souza, em suas relações com o modelo patriarcal de mulher no período pós-colonial, a partir da aproximação entre a Literatura e a História. Para tanto, buscamos conhecer o contexto histórico e literário do romance a fim de observar quais são e como se dão as relações entre História e Literatura em *Mad Maria* e estudar o(s) papel(eis) e situação das mulheres na trama a partir da compreensão da construção das personagens femininas na obra.

A seção 1, intitulada “As ciências humanas, a pesquisa interdisciplinar e *Mad Maria* nesse contexto”, trata-se de uma contextualização do objeto de pesquisa, com destaque para os aspectos metodológicos concernentes à interdisciplinaridade entre literatura e história presentes na obra, que relata, através da ficção, uma parte importante da história da região Amazônica.

A seção 2, “Um olhar sobre o ideal de mulher na sociedade patriarcal do final do século XIX e início do século XX”, apresenta as concepções e práticas de uma sociedade

patriarcal que sempre caracterizou a figura feminina a partir de duas vertentes: a primeira, a mulher que não se adequa a regras pré-estabelecidas e que, na maioria das vezes, fica “mal vista” diante da sociedade em geral, sendo imputado a ela uma condição de marginalidade; a segunda seria a mulher que segue aos padrões impostos pela sociedade, de passividade e submissão, que acabam por circunscrevê-la a uma permanente condição de subalternidade.

A seção 3, “As mulheres em *Mad Maria*: do ideal, do reverso, do conflito” busca fazer um estudo acerca das personagens femininas da obra, destacando como elas estão representadas no universo histórico e ficcional de *Mad Maria*, sua relação com o modelo patriarcal de mulher difundido durante muito tempo e se e como isso impacta a trama.

1. AS CIÊNCIAS HUMANAS, A PESQUISA INTERDISCIPLINAR E *MAD MARIA* NESSE CONTEXTO

Durante a época clássica, segundo Foucault (1999), de um projeto de análise da representação ao tema da *máthêsis univesalis*, o campo do saber era considerado homogêneo e qualquer conhecimento dependia das ordenações estabelecidas pelas diferenças e, as diferenças eram definidas pela instauração da ordem; “isso era verdadeiro para as matemáticas, verdadeiro também para as taxinomias (no sentido lato) e para as ciências da natureza” (FOUCAULT, 1999, p. 478).

O homem se tornou objeto de estudo com o surgimento das Ciências Humanas no século XIX e todo o conhecimento humano passou a ser constituído em sua evidência imediata e não problematizada, destaca Foucault (1999). Vale ressaltar que as Ciências Humanas não surgiram sob efeito de racionalismos prementes, mas sim a partir do “dia em que o homem se constituiu na cultura ocidental, ao mesmo tempo como o que é necessário pensar e o que se deve saber” (FOUCAULT, 1999, p. 476).

Dessa forma, o homem, isolado ou em grupo, tornou-se objeto de interesse da ciência e todo o conhecimento adquirido passou então a constituir objeto científico, podendo ser estudado e pesquisado em seu aspecto cultural, suas práticas tradicionais, seus costumes, suas crenças e suas tradições. O advento do homem como sujeito e objeto de estudo e a constituição das ciências humanas seriam correlativos a uma espécie de “des-matematização”. (FOUCAULT, 1999, p.477)

[...] é o aparecimento desse ser empírico-transcendental, desse ser cujo pensamento é indefinidamente tramado com o impensado, desse ser sempre separado de uma origem que lhe é prometida na imediatidade do retorno – é esse aparecimento que dá às ciências humanas sua feição singular[,...] As ciências humanas, com efeito, endereçam-se ao homem, na medida em que ele vive, em que fala, em que produz. É como ser vivo que ele cresce, que tem funções e necessidades, que vê abrir-se um espaço cujas coordenadas móveis ele articula em si mesmo. (FOUCAULT, 1999, p, 484-485)

Nesse sentido, o autor destaca que o homem precisa ser estudado em sua complexidade e não apenas como ser vivo, mas também como um ser que possui uma história e uma cultura. Com isso, pode-se afirmar que a pesquisa científica em ciências humanas contribui para que se compreenda as diferentes formas de representação

presentes nas sociedades, através de uma abordagem interdisciplinar que leva em consideração todo o conhecimento e as vivências das pessoas, ao mesmo tempo que rompe com o modelo cartesiano, que durante vários anos foi o único modelo presente nas academias.

Foucault (1999, p. 488) ainda afirma que o objeto das ciências humanas é o ser que “se representa, ao falar, o sentido das palavras ou das proposições que enuncia e se dá, finalmente, a representação da própria linguagem”.

[...] as ciências humanas não são uma análise do que o homem é por natureza; são antes uma análise que se estende entre o que o homem é em sua positividade (ser que vive, trabalha, fala) e o que permite a esse mesmo ser saber (ou buscar saber) o que é a vida, em que consistem a essência do trabalho e suas leis, e de que modo ele pode falar. (FOUCAULT, 1999, p. 488)

Dessa forma, as Ciências Humanas podem ser consideradas como uma análise sobre as ações, saberes e vivências das pessoas como forma de dar voz e visibilidade para aqueles que estão às margens da sociedade. Nessa perspectiva, nasce o estudo das literaturas e dos mitos, a análise de manifestações orais e documentos escritos, “em suma, a análise dos vestígios verbais que uma cultura ou um indivíduo podem deixar de si mesmos” (FOUCAULT, 1999, p. 492).

Ainda para Foucault (1999), o estudo das literaturas e dos mitos se origina das análises das significações e dos sistemas significantes, uma vez que as ciências humanas se entrecruzam e se interpretam umas às outras. Vale ressaltar que a literatura é uma manifestação artística muito antiga, que se utiliza das palavras para criar prosa, verso e narrativas que trazem informações e podem gerar inúmeros conhecimentos sobre a história de um determinado lugar ou determinada cultura.

A partir da Poética de Aristóteles tiveram início os primeiros estudos sobre a literatura, que proporcionam ao leitor um conhecimento acerca de determinada época: como era a cultura, a política e os costumes da sociedade de um determinado período da história de um lugar. Dentre as narrativas, destacamos o romance, uma forma literária escrita em prosa, que chegou ao Brasil a partir do século XIX, em forma de folhetins publicados nos jornais, divididos em capítulos. Os temas da vida cotidiana abordados por ele fizeram com que caísse no gosto do público burguês, que logo se identificou com esse gênero literário. Dessa forma, o surgimento e a consagração do romance na Europa, no início do período contemporâneo, vieram consolidar uma linha divisória entre a narrativa

escrita e a oral, que começou a ser vislumbrada a partir da invenção da imprensa, ainda no século XV, como afirma Benjamin (1994).

O romance romântico propõe uma busca radical pela identidade, através de uma nova relação com a natureza e a revalorização do irracional, do inconsciente, do mítico e do popular, como também o reencontro com o outro da modernidade, o homem natural, primitivo, espontâneo, dotado de formas próprias de organização social, destaca Santos (2013).

Nesse sentido, surgiu, no início do século XIX, o romance histórico, sendo o presente histórico figurado com extraordinária plasticidade e verossimilhança, no qual os escritores captam traços essenciais do seu presente histórico com um realismo ousado e perspicaz, enfatiza Lukács (2011). “Nessa representação magnificamente realista do presente incluem-se acontecimentos significativos a época que, no enredo, estão ligados aos destinos dos homens figurados” (LUKÁCS, 2011, p. 314).

[...] A construção da história, que por vezes revela fatos e contextos novos e grandiosos, serve para provar a necessidade de revolucionar a sociedade “irracional” do absolutismo feudal a fim de extrair das experiências da história aqueles princípios com os quais se pode criar uma sociedade “racional”, um Estado “racional”. (LUKÁCS, 2011, p. 324).

Para o autor, a história contribui para revolucionar a sociedade irracional, com o intuito de criar uma sociedade racional através da revelação de fatos e contextos novos, que também podem ser considerados grandiosos. Isso, de certa forma, fortalece o sentimento de que a história “é um processo ininterrupto de mudanças e, por fim, de que ela interfere diretamente na vida de cada indivíduo” (LUKÁCS, 2011, p. 324).

Dessa forma, são criadas possibilidades concretas para que os homens apreendam sua própria existência como sendo algo historicamente condicionado e vejam na história alguma coisa que determine a sua existência cotidiana, ou seja, alguma coisa que se refira diretamente a eles, assim destaca Lukács (2011). E o que importa para o romance histórico mesmo é evidenciar, através da narrativa ficcional, a realidade histórica, a partir de uma “figuração da ampla base vital dos acontecimentos históricos, com suas sinuosidades e complexidades, suas múltiplas correlações com as personagens em ação” (LUKÁCS, 2011, p. 679).

Entretanto, o reconhecimento não será compreendido se somente reconhecermos algo que já conhecemos, afirma Gadamer (1997). “O que propriamente experimentamos

numa obra de arte e para onde dirigimos nosso interesse é, antes, quão verdadeira ela é, isto é, em que medida conhecemos e reconhecemos algo e a nós próprios nela” (GADAMER, 1997, p. 192).

[...] A literatura é, antes, uma função da preservação e da transmissão espiritual e traz, por isso, a cada situação presente, a história que nela se oculta. Desde a formação dos cânones da literatura antiga, que devemos aos filólogos alexandrinos, toda a sequência da transcrição e preservação dos “clássicos” constitui uma tradição cultural viva, que não se limita a resguardar o que existe, mas também a reconhecê-lo como exemplar e a transmiti-lo como modelo. (GADAMER, 1997, p. 258)

Nessa perspectiva, entende-se que a literatura tem como função preservar e transmitir a história e a tradição cultural através do conteúdo contido nas narrativas ou versos, contribuindo também para as pesquisas científicas a partir dos estudos de textos literários, uma vez que a literatura tem algo de peculiar e incomparável, além de impor uma tarefa muito específica quando é transformada em compreensão, assim destaca Gadamer (1997).

“Seja como for, não é por acaso que no fenômeno da literatura se encontre o ponto em que a arte e a ciência encontram passagem de uma para a outra” (GADAMER, 1997, p. 261). Gadamer (1997) também afirma que a arte não é simplesmente um objeto de consciência histórica e sua compreensão co-implica sempre numa mediação histórica.

O sujeito leitor, no ato da leitura, interpõe à narrativa o seu próprio horizonte cultural e de vida, o que dá margem a múltiplas interpretações do texto narrativo, como destaca Vieira (2001, p. 607). É imprescindível “compreender como os textos – sob formas impressas possivelmente diferentes – podem ser diversamente aprendidos, manipulados, compreendidos” (CHARTIER, 1991, p. 181). Portanto deve-se ter em mente que “a leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência: é por em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro” (CHARTIER, 1991, p. 181).

A Literatura, sendo uma manifestação cultural, é também objeto de estudo da História, que nela vê retratados os costumes, crenças e valores de uma sociedade em determinada época e lugar. Por outro lado, a História serve de tema e base para muitas obras literárias, constituindo objeto de pesquisa e de análise da Literatura (MELO; COSTA, 2017, p. 12-13)

Dessa forma percebe-se que a relação entre a História e a Literatura apresenta uma conexão, ao mesmo tempo que divergem em relação aos recursos estilísticos, pois o texto

de um historiador é diferente do texto de um romancista. Essa ideia de separação entre História e Literatura vem desde a Antiguidade, sendo atribuído ao texto histórico um sentido real, no qual os fatos aconteceram realmente e ao texto literário um sentido não real, porém plausível.

Para Pesavento (2000, p.9), a história e a literatura apresentam caminhos diversos, mas convergentes, na construção de uma identidade, ao se apresentarem como representações do mundo social ou como práticas discursivas significativas que atuam com métodos e fins diferentes.

[...] a narrativa literária não precisa “comprovar” nada ou se submeter à testagem, mas guarda preocupações com uma certa refiguração temporal, partilhada com a história. Dando voz ao passado, história e literatura proporcionam a erupção do ontem no hoje. Esta representação daquilo que “já foi” é que permite a leitura do passado pelo presente como um “ter sido”, ao mesmo tempo figurando como o passado e sendo dele distinto. Da mesma forma, pode-se dizer que, para a literatura, a veracidade se encontra na busca de contextualização. (PESAVENTO, 2000, p. 11)

Nestes termos, entende-se que uma narrativa literária pode ser considerada uma outra forma de se retratar o passado, a partir do momento em que nos revela acontecimentos passados, através da representação contida na narrativa e no sentido real daquilo que se busca evidenciar. Contudo, o texto literário não tem intenção de provar que os fatos narrados aconteceram realmente, na verdade procura uma explicação para o real e traduz uma sensibilidade perante o mundo recuperada pelo autor, afirma Pesavento (2000).

Pesavento (2000, p. 81), ainda destaca que a História e a Literatura “são formas de explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro. [...] são formas de representar inquietações e questões que mobilizam os homens em cada época de sua história, e, nesta medida, possuem um público destinatário e leitor”.

Conforme Pesavento (2003), a História é uma forma de ficção controlada pelas fontes que atrelam a criação do historiador aos traços deixados pelo passado, servindo de resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos.

A História “é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado” (PESAVENTO, 2000, p. 59). Nesse sentido, ela se torna essencial para a compreensão de determinada realidade social e também para uma pesquisa sobre o passado.

Desde a escola dos *Annales* que a História vem sofrendo mudanças, que originaram novos paradigmas, novas formas e objetos de estudos para investigar o passado, iniciando um processo de interação com outras ciências, além de interligar novos saberes e novas formas de abordar os estudos históricos.

A partir da escola dos *Annales*, novas estratégias se abriram para os estudos historiográficos, dando espaço à interdisciplinaridade entre a história e as demais disciplinas. Para Grecco (2014), a criação da revista *Annales* foi um marco em relação à busca pela ampliação dos horizontes da historiografia, sendo a interdisciplinaridade um impulso muito importante para a disciplina de História.

Frente a esse contexto, a História se colocou sob uma nova estratégia: abrir espaço a novos objetos e territórios de pesquisa propostos nas ciências humanas. Assim, durante as décadas de 1960 a 1980, as novas gerações de historiadores ampliaram o leque relativo aos problemas, aos objetos e às abordagens da disciplina, influenciados pela ascensão dos estudos culturais. Novas temáticas surgiram, como os estudos de crenças, rituais, memória, sensibilidade, lutas simbólicas, entre outros, os quais convergiram no retorno da proposta inicial dos *Annales*. (GRECCO, 2014, p. 41)

Essas mudanças epistemológicas em relação ao estudo da História abriram possibilidades para novos estudos culturais, o que fez surgir novas temáticas dando visibilidade a outras disciplinas, dentre elas a literatura, que se consolida como fonte de pesquisa para os estudos historiográficos.

Com isso, houve uma “transformação dos estudos literários, no que tange à história da literatura” (ZINANI E SANTOS, 2015, p. 9), os textos literários deixaram de ser considerados apenas como ficção, podendo ser também um documento de pesquisa. Zinani e Santos (2015) destacam que a emergência dos estudos culturais propiciou a discussão de preceitos fundamentais da historiografia literária, ampliando o conceito de literário, na medida que se questionava o cânone, o que possibilitou a incorporação de manifestações culturais consideradas não-canônicas como, por exemplo, os estudos de gênero, que possibilitam analisar a representação do sujeito feminino em obras literárias.

A história é uma narrativa sempre produzida a partir de uma contemporaneidade e de uma perspectiva específica. O que os outros viram e registraram do passado não é o mesmo que veríamos hoje se estivéssemos lá e lhes fossemos contemporâneos. O que, para nós, é um registro marcado pelo esquecimento, pode corresponder à interpretação estrita e rigorosa proveniente de fontes bem determinadas e, frequentemente, consagradas. (OLIVEIRA, 2016, p. 79)

Dessa maneira, a história procura narrar os acontecimentos de uma época a partir da interpretação de fontes determinantes, através do olhar daquele que vivenciou os fatos, para que fique registrado e não seja esquecido pelas gerações futuras. Entretanto, não se pode dizer que o texto de um historiador é igual ao de um romancista, uma vez que os historiadores têm seu discurso ancorado na realidade externa à própria narrativa, destaca Costa (2019).

[...]Uma contextualização que propicie uma leitura agradável, um texto fluído e de fácil compreensão são importantes, mas esse “cartão de visitas” de uma pesquisa histórica está sempre limitado ao que pode ser extraído dos documentos. As fontes históricas são as balizas que norteiam o discurso historiográfico.

O literato, por sua vez, não está limitado de modo incontornável pela documentação como o historiador. A criatividade, imaginação e sentimentos são os que irão nortear suas linhas. O romancista possui a liberdade de criar cenários e mesmo que haja um esforço para que seu enredo se enquadre como um romance realista a verossimilhança é a exigência máxima que precisará cumprir. (COSTA, 2019, p. 206)

O autor nos mostra que o romancista, ao escrever, não se prende tanto à história propriamente dita, pois se utiliza dos dados historiográficos para redigir a narrativa de forma criativa e conforme sua imaginação, ao contrário do historiador, que se limita a relatar o que consta na documentação. “Nesse ponto vemos que a Literatura, especialmente aquela de cunho realista, se utiliza muito dos fatos da História, pois o autor de ficção sob a égide da ‘Escola Realista’ tem toda liberdade de criação, desde que respeite a verossimilhança”. (COSTA, 2019, p. 206)

Mas, essa falta de amarras impostas pela documentação não libera o romancista de algumas exigências. Se o romance é realista o diálogo e as reflexões que o texto suscita precisam ter contato com a sociedade. Todas as personagens são fictícias e a história narrada também, mas elas são colocadas em um “cenário” de tal modo verossímil que bem poderia ser real. (COSTA, 2019, p. 206)

Para o autor, apesar da liberdade de escrita permitida ao romancista histórico, é necessário que no romance exista um diálogo reflexivo com a sociedade à qual se refere, apesar das personagens ficcionais, o ambiente no qual ocorre a narrativa precisa ter uma semelhança com a realidade. Portanto, “discutir as fronteiras entre a História e a Literatura é algo complexo e que revela também disputas de poder dentro da própria disciplina de História”, ainda afirma Costa (2019).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o surgimento de um saber ou de uma disciplina científica sempre vem precedido de uma primeira aquisição não científica de

estados mentais já formados de maneira mais ou menos natural ou espontânea, constituídos de uma certa cultura. “Eles constituem as ‘opiniões primeiras’ ou pré-noções, tendo por função reconciliar o pensamento comum consigo mesmo, propondo certas explicações” (JAPIASSU, 1934, p.17-18).

Essas primeiras opiniões e os saberes adquiridos durante a vivência para as pesquisas científicas configuram-se de grande importância, pois, a partir de reflexões epistemológicas e análises de um saber comum, procurar-se-á responder os questionamentos que vão surgindo ao longo do tempo e gerando novos conceitos, e novas disciplinas.

Para Morin (2002), a disciplina é uma categoria que organiza o conhecimento científico e institui nesse conhecimento a divisão e a especialização do trabalho em resposta à diversidade de domínios que as ciências recobrem. E mesmo estando englobada num vasto conjunto científico, uma determinada disciplina pode ter autonomia em delimitar suas fronteiras, através da linguagem que instaura e das técnicas que elabora ou utiliza, como também pelas teorias que lhe são próprias, também afirma Morin (2002).

Japiassu (1976) afirma que a interdisciplinaridade surgiu a partir da necessidade imposta pelo surgimento de novas disciplinas, por isso se torna de fundamental importância que as disciplinas tenham ligação, apesar de algumas serem interdependentes e apresentarem o mesmo objeto de estudo, diferenciando-se apenas pela forma de análise. Fazenda (2008) destaca:

O conceito de interdisciplinaridade, como ensaiamos em todos nossos escritos desde 1979 e agora aprofundamos, encontra-se diretamente ligado ao conceito de disciplina, onde a interpenetração ocorre sem a destruição básica das ciências conferidas. Não se pode de forma alguma negar a evolução do conhecimento ignorando sua história. (FAZENDA, 2008, p. 25)

A autora mostra que o conceito de interdisciplinaridade se liga diretamente ao conceito de disciplina, sem menosprezar a evolução do conhecimento muito menos ignorar a história das ciências. Assim, antes de ser uma necessidade do nosso tempo, o tema do conhecimento interdisciplinar, remonta à época de sua desintegração, afirma também Fazenda (2008, p. 84)

Fazenda (2008) afirma que a compreensão do conceito de interdisciplinaridade se amplia a partir das atitudes e de um novo olhar sobre as ciências, o que permitirá uma transformação do mundo, através da restituição da unidade perdida do saber.

A interdisciplinaridade, ao se voltar para o ser humano através de uma aproximação fenomenológica, que dirige seu olhar para a subjetividade no plano metodológico, contribui para evidenciar a crença na intencionalidade, na necessidade do autoconhecimento, na intersubjetividade e no diálogo, “centrando-se no saber entendido como a descoberta do apoio para o estudo dos objetos inteligíveis e a necessidade de atitudes reflexivas sobre a sua ação” (FAZENDA, 2008, p. 87).

Vários grupos de pesquisa no mundo todo vêm discutindo e anunciando a superação das limitações impostas pelo conhecimento fragmentado e compartimentado, proveniente inclusive das especializações, por meio da interdisciplinaridade, cuja proposição permite reconhecer não só o diálogo entre as disciplinas, mas também, e, sobretudo, a conscientização sobre o sentido da presença do homem no mundo. (FAZENDA, 2008, p. 87)

A visão da autora mostra a discussão em torno da superação das limitações impostas pelo saber fragmentado e compartilhado oriundo das especializações. Com isso, é possível reconhecer o diálogo entre as disciplinas e esclarecer a importância da presença humana no mundo, através da interdisciplinaridade. A perspectiva interdisciplinar possibilita reconstituir a totalidade pela relação entre os diversos conceitos, a partir de recortes distintos da realidade, dos vários campos das ciências, o que proporciona a compreensão das razões dos seus significados, como também destaca Fazenda (2015).

Para Fazenda (2015), a perspectiva do caminho interdisciplinar na pesquisa incita a saída dos muros da academia e a invasão da vida nas comunidades, adentrar no ambiente pesquisado, compreender melhor a sociedade e, principalmente, compreender melhor o próprio ser pesquisador: “A preocupação fundamental da linha interdisciplinar não é só se aprofundar teoricamente nos seus conceitos, mas pesquisar interdisciplinarmente” (FAZENDA, 2015, p. 23), ou seja, o diálogo interdisciplinar nas diferentes áreas do conhecimento torna-se de suma importância para a superação dos problemas de fragmentação do saber, assim como proporcionou a criação de novos campos disciplinares.

Deste modo, destaca-se a pesquisa interdisciplinar entre Literatura e História, que pode resultar na compreensão do passado e presente, a partir da investigação de novas fontes históricas, como, por exemplo, as narrativas históricas.

[...] Atualmente, tanto as fontes documentais como as obras produzidas por historiadores são reconhecidas como representações sobre o passado. Influenciadas por sua época, por seu contexto e mesmo pela experiência daqueles que as construíram, relatam uma “verdade” ou falam sobre um “real”

que existe além de suas descrições, porém ao qual só teremos acesso através de suas narrativas. Neste sentido, nosso conhecimento está restrito a fragmentos de um real passado. (ESPIG, 2003, p. 54)

As fontes documentais e as narrativas históricas contribuem para que se conheça fatos que ocorreram numa determinada época, que irão colaborar para a compreensão e aquisição de muitos conhecimentos sobre um período específico da história de um lugar. Nesse sentido, destacamos a obra *Mad Maria*, de Márcio Souza, que narra a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, em plena selva amazônica. O próprio autor, em sua obra *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*, apresenta uma reflexão sobre a complexa história da região a partir do olhar de um intelectual amazônida. Nela, o autor diz que:

Tudo o que se escreve sobre a Amazônia tem certo sabor de relativismo. A delimitação de suas fronteiras, a formação de seu espaço geográfico e a emergência das sociedades humanas são conceitos tão carregados de significados distintos que cada hipótese vem embebida com doses de relativismo. Uma data, por exemplo, guarda vários significados. (SOUZA, 2019 p. 21)

Vivenciando o refletir e o escrever sobre a Amazônia como crítico e como escritor ficcional, Souza chama atenção, na citação acima, sobre a forma como a região vem sendo caracterizada pela visão do outro, desde os primeiros relatos dos viajantes que aqui chegaram, que descreveram a região de forma estereotipada e preconceituosa.

Apesar de ficcional, o romance *Mad Maria* mostra elementos comuns à realidade da Amazônia, com alguns fatos históricos que contribuíram para a construção histórico-social da região — e do Brasil. Através de algumas passagens, é possível se conhecer uma parte da história da região e do país, sempre mediada por aquele relativismo postulado pelo autor, que acrescenta que:

[...] O relativismo cultural que hoje grassa parece querer provar que epistemologicamente jamais conseguimos conhecer o passado, mas é preciso insistir que há fatos concernentes à história que não apresentam nenhuma incerteza. É claro que muitos textos históricos torcem a verdade e apresentam conclusões tendenciosas. [...] assim, os únicos valores a que se pode recorrer para fugir ao tribalismo ou ao espírito de seita são aqueles universais, os quais, embora tenham surgido na Europa do Século das Luzes, ganharam aceitação global, pois são valores concernentes à sociedade democrática e à prática dos direitos humanos. Uma vez que tenhamos tais valores em mente, e tenhamos entendido que o método histórico está disponível para todo mundo, é preciso insistir na nossa própria história, olhar de frente as nossas verdades, as nossas opções ou a falta delas. (SOUZA, 2019, p. 23)

Souza (1980, p. 11) destaca que no romance *Mad Maria* quase tudo poderia ter sido verdadeiro, pois se refere à construção da ferrovia Madeira-Mamoré, entretanto trata-se de uma obra de ficção, que aborda uma parte da história da Amazônia e do país ao trazer para a narrativa alguns fatos históricos que contribuíram para a construção histórico-social da região Norte, como também da história do Brasil.

Gondim (2007) destaca que o capital mercantil e industrial exerceu um poder devastador com o advento da borracha, uma vez que contribuíram para mudar as mentalidades, destruir culturas, forçando o homem a encarar-se e a tomar consciência,

[...] Na dança frenética da modernidade, escravizam-se homens, fortunas crescem com a mesma rapidez com que desaparecem, tangidas pelas ações das indústrias da borracha. Da manufatura dos bicos das mamadeiras aos pneus dos aviões durante a guerra, a borracha se faz presente e desvenda a intrincada burocracia na distribuição das cotas e a correlação de forças entre as nações em conflito. (GONDIM, 2007, p. 258)

A modernidade que chegou na Amazônia através do ciclo da borracha trouxe fortuna, mas também escravizou e matou muitos homens, dentre os quais, destacamos as populações indígenas que, desde os primeiros viajantes que aqui chegaram até os dias atuais, são dizimadas em prol do progresso. Gondim (2007) ainda destaca que ao término das primeiras duzentas milhas da Madeira Mamoré – a Maria Maluca, o termo vem do título da obra *Mad Maria* – Mad significa louca e representa o sonho exagerado de construir a ferrovia e Maria representa o nome das antigas locomotivas a carvão – muitas vidas foram ceifadas e a ferrovia não serviu para nada nem ninguém, “porque o preço desvalorizado da borracha não valia o transporte. O Putumaio¹ era um paraíso comparado ao inferno que fora a construção da estrada de ferro entre Porto Velho e Guajará Mirim” (GONDIM, 2007, p. 314).

Pinto (2005) destaca que as ideias de Buffon desempenharam um papel importante na construção da identidade europeia como também nas concepções científicas que foram fundamentais para a formação do pensamento científico moderno, originando-se, a partir de seus escritos, uma imagem do Novo Mundo “fortemente marcada pela noção de que existe um condicionamento geográfico e climático que limita a plena evolução do Novo Mundo aí incluídas vida animal, vegetal e humana”. (PINTO, 2005, p. 100)

¹ Rio da América do Sul que marca fronteira entre a Colômbia, Equador e Peru; chamado de Guamés desde a nascente até Puerto Asís; quando chega ao Brasil recebe o nome de Içá, corre por densas florestas e deságua no rio Amazonas; foi cenário de um escândalo durante o boom da borracha devido aos vários índios que foram mortos e escravizados pelos exploradores da borracha.

O estágio de desenvolvimento em que se encontram as formas de vida existentes na América pertence a um momento inferior em que os seres são frágeis e débeis, quando comparados com os seus correspondentes do clima e do meio europeus. A natureza do Novo Mundo seria menos ativa em seus princípios de ação, o que implicaria o fato de que as formas de vida ali existentes apresentariam uma fragilidade e debilidades relativas (PINTO, 2005, p. 100).

De acordo com tal afirmação, a vida humana presente na América e na região amazônica era composta por indivíduos considerados inferiores, frágeis e débeis em relação ao europeu, considerado superior diante daqueles que habitavam o Novo Mundo e que tiveram um estágio de desenvolvimento “mais lento”, de acordo com seus parâmetros, totalmente inadequados ao contexto amazônico, mas que balizaria suas impressões sobre o lugar e as pessoas: “Nesse mesmo sentido, a vida humana também corresponderia a esses estágios pouco desenvolvidos da natureza, sendo, portanto, a história humana parte da história natural em determinado estágio de sua evolução” (PINTO, 2005, p. 100).

Nessa perspectiva, a Amazônia passou a ser classificada como “uma espécie ecológica de todo o mundo, uma invenção poética de todo o mundo” (LOUREIRO, 2015, p. 21-22). Loureiro destaca que, em torno dessa ideia idílica de que a Amazônia seria o paraíso terrestre no qual estariam as minas do rei Salomão, foi-se criando um imaginário de que “a terra das belas e bravas Amazonas ou Icamíabas é, ao mesmo tempo, um paraíso na terra e o lugar do ouro, da riqueza sem fim” (LOUREIRO, 2015, p. 429).

Entretanto até meados do século passado, devido à especificidade de sua natureza, das condições políticas, sociais e geográficas, a Amazônia esteve isolada ou marginalizada em relação ao Brasil e à América Latina, o que dificultou ou desestimulou sua penetração em decorrência da dificuldade de acesso e da existência de uma economia voltada para o mercado externo europeu, conforme Loureiro (2015, p. 47).

A economia da Amazônia se baseava principalmente na exploração das plantas da floresta desde o século XVIII. Eram chamadas de drogas do sertão e exportadas para a Europa, onde eram utilizadas de várias formas, conforme Loureiro,

[...] algumas serviam à conservação, ao preparo ou à fabricação de alimentos – cravo, canela, pimenta, raízes aromáticas, cacau etc.; outras atendiam à farmacologia da época, como a salsaparrilha no combate à sífilis; além disso, exportava-se a borracha, que depois se destacou como um produto especialmente procurado. (LOUREIRO, 2015, p. 45)

Dessa forma, percebe-se que as riquezas da Amazônia, muito antes do período citado, já despertavam o interesse dos estrangeiros, desde a chegada dos primeiros viajantes. A partir do momento em que conheceram a borracha, os europeus ficaram impressionados com a elasticidade e impermeabilidade, mas a comercialização e industrialização do látex só aumentou na segunda metade do século XIX, com a descoberta do processo de vulcanização por Charles Goodyear e Thomas Hancockem.

1.1. O Contexto histórico, social e político em Mad Maria

A Amazônia é o resultado do processo de ocupação da região pelos colonizadores europeus, entre os séculos XVI e XIX, envolvendo conflitos entre os povos autóctones e europeus, além de disputas entre Espanha, Portugal, Inglaterra, Holanda e França, no marco das várias guerras coloniais desse período, assim destaca Costa (2009). Costa (2009) afirma que com o Tratado de Tordesilhas em 1494, a América do Sul foi repartida entre Espanha e Portugal. Dessa forma, a Amazônia durante muito tempo pertenceu aos espanhóis devido ao Tratado de Tordesilhas de 1449.

Porém, somente a partir de 1540 foi que chegaram as primeiras expedições nessa região. Peixoto (2009) destaca que apesar dos espanhóis dominarem a maior parte das terras, foram os portugueses que mais se interessaram pelas terras amazônicas, com a ideia de que era necessário protegê-la da invasão de outros países, como Inglaterra, França e Holanda.

Em 1637 teve início a primeira grande expedição portuguesa, com cerca de duas mil pessoas, a partir disso a exploração do cacau e da castanha ganhou grandes proporções comerciais. A partir do século 18, a agricultura e a pecuária começaram a ter papel fundamental na região, nesse período também chegaram à região os negros africanos, afirma Peixoto (2009).

Com o Tratado de Madri, Portugal começa a ter direito sobre a região Norte e é estabelecida a fronteira do Brasil na região amazônica, sendo anexado mais tarde ao país o estado do Acre. No final do século 19, a Inglaterra encontra na floresta brasileira a borracha, surge então o ouro negro, que promoveu o desenvolvimento da região e originou as grandes obras de Belém e Manaus, ainda destaca Peixoto (2009).

Após a decadência da borracha no país, a borracha brasileira teve uma segunda chance na década de 1940, com o advento da Segunda Guerra Mundial, que colocou o país novamente na rota do comércio mundial, pois os aliados tinham perdido o acesso ao produto asiático. Dessa forma, o presidente Getúlio Vargas (1930-1945) passou a ver na Amazônia uma importância estratégica, passando a defender a Marcha para o Oeste.

Com isso, o governo começou uma campanha para atrair trabalhadores para a floresta amazônica, que ficou conhecida como o Novo Eldorado. Entretanto, mais uma vez o período de riqueza dura pouco, com o fim da guerra os investimentos diminuem e a Amazônia volta a sofrer decadência econômica, também afirma Peixoto (2009).

Em 1964 teve início a ditadura, que também marcou a ocupação da região Amazônica. E em 1966, o presidente Castelo Branco lançou o lema Integrar para Entregar, que visava proteger a floresta contra a internacionalização, foi nessa época também que iniciaram as grandes obras rodoviárias, como a Transamazônica, que foi inaugurada em 1972, segundo Peixoto (2009).

Após anos de incentivo pela ocupação da região e incentivos à produção, em 1970 surge o perigo do desmatamento, a destruição da floresta só aumenta e em 1978 a área desmatada chega a quatorze milhões de hectares. Além disso, Frank Rowland e Mario Molina, em 1974, provam que substâncias usadas em aerossóis e sistemas de refrigeração destroem a camada de ozônio.

A partir disso o desmatamento na floresta começa a ser questionado e na década de 1980 as discussões sobre o meio ambiente começam a ganhar outro rumo com o ambientalismo do líder sindical Chico Mendes. Sendo o seu assassinato, em 1988, um divisor de águas na história da Amazônia, porque foi a partir disso que o governo brasileiro passou a sofrer pressões internacionais em relação as políticas para a região amazônica, destaca Peixoto (2009).

Nesse contexto, de luta contra o desmatamento da Amazônia, Márcio Souza escreve o romance *Mad Maria* que narra, de maneira fictícia, a história da construção da ferrovia Madeira Mamoré durante o auge do ciclo da borracha, no coração da floresta amazônica enfatizando as desventuras dos homens que trabalharam na empreitada final da construção da ferrovia. A narrativa apresenta personagens fictícios e reais, dentre os quais destacamos o empresário norte-americano Percival Farquhar – proprietário da Madeira-Mamoré Railway Company e de outras empresas, o ministro de Viações e Obras

– J.J. Seabra, futuro governador da Bahia. Por desvelar esse episódio da história do estado de Rondônia, denunciando todo o selvagerismo e as péssimas condições de trabalho causados pela ambição do progresso consagram Mad Maria como um romance histórico.

Esteves (2008) destaca que o romance histórico é um gênero narrativo híbrido. “Não se deve esquecer, no entanto, que o substantivo, nessa expressão, é o romance. Por mais que ele se sustente em fatos ou personagens históricos, trata-se de romance, ou seja, de ficção” (ESTEVES, 2008, p. 58). Para Esteves (2008), Mad Maria apresenta as características do “novo romance histórico”, não se enquadra numa concepção tradicional do romance histórico, pois apresenta características da nova modalidade de narrativa histórica, que surgiu a partir da segunda metade do século XX, dentre as quais estão “a distorção consciente da história mediante anacronismos, omissões ou exageros, associada à utilização da metaficção ou comentários do narrador sobre o processo de criação”, como destaca Esteves (2008, p. 60).

De todas as formas, é evidente o desejo de se realizar uma releitura crítica da história, seja impugnando as versões oficiais, seja abolindo a distância épica do romance tradicional, seja invertendo os modelos clássicos para dar voz àqueles que foram, ao longo dos tempos, excluídos, silenciados ou simplesmente mantidos à margem da história. Assim, os autores que escrevem romances históricos, a partir da segunda metade do século XX, valem-se da natureza aberta, livre e integralizadora do gênero, tentando produzir uma aproximação ao passado numa atitude verdadeiramente dialogizante e niveladora. Devido à sua forte carga plurissignificativa, a linguagem acaba por realizar, nesse contexto, uma missão dessacralizadora na releitura do passado. A última palavra, no entanto, cabe sempre ao leitor. (ESTEVES, 2008, p. 60)

Dessa forma, o novo romance histórico busca fazer uma releitura do passado utilizando-se de uma natureza livre e mais aberta com o intuito de desmistificar certos acontecimentos, como também dar voz para aqueles que foram silenciados e mantidos à margem da história, de uma sociedade, de um estado ou de um país, no caso do romance Mad Maria, tem-se a triste história daqueles que vivenciaram péssimas condições de trabalho e exploração, além do extermínio de muitos indígenas em prol do progresso na região amazônica.

1.2. A Belle Époque e o ouro negro da Amazônia

Na virada do século o mundo passava por diversas transformações ideológicas conflitantes, dentre as quais o tradicionalismo agrário sob a influência dos europeus e norte-americanos que não correspondiam aos anseios da população brasileira. Além disso, as maiores “potências econômicas enfrentavam uma competição acirrada por mais consumidores e, conseqüentemente, as indústrias necessitavam de maiores investimentos, em meio a iminente possibilidade de guerra”, destaca Arraes e Silva, (2015, p. 7).

No Brasil, após a proclamação da República, a região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) se une para fazer oposição ao governo do Marechal Floriano Peixoto, que ficou conhecida como República Federalista (1893-1895), isso gerou intensa violência e crueldade. Ao mesmo tempo, houve a Revolta Armada na qual a Marinha, descontente com o governo de Floriano, também coloca seus navios apontando seus canhões para o palácio do governo do Rio de Janeiro. Acontece o convencimento dos revoltosos e esses navios se dirigem ao sul com a finalidade de lutar contra os rebeldes e assim esmagar a revolta, consolidando o governo da República. (ARRAES E SILVA, 2015, p. 7)

Esses acontecimentos fizeram com que Prudente de Moraes se tornasse presidente do Brasil, dando início a produção de café no estado de São Paulo e leite em Minas Gerais. Essa época ficou conhecida como República do Café-com-leite e considerada a época áurea da economia da região Sudeste, como afirma Arraes e Silva (2015, p.7). Arraes e Silva (2015, p.7), também destaca que no período entre 1903 e 1914 chegaram ao país cerca de 1,5 milhões de emigrantes e o governo a partir de uma política de desenvolvimento econômico incentivou a instalação industrial na região sudeste.

O Brasil, no período compreendido entre 1909 e 1910, passou por intensas crises políticas e sociais devido às querelas das elites nacionais por conta da sucessão presidencial de Afonso Penna, considerada uma campanha eleitoral agressiva. Pois, Afonso Penna indicou Davi Campestre para ser seu sucessor, entretanto, alguns estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia foram contrários a essa indicação, como também Rui Barbosa, Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca. O nome de Rui Barbosa foi sugerido por Pinheiro Machado, e o de Hermes da Fonseca foi sugerido por Lopes Trovão e Lauro Muller, como destaca Orange Matos Feitosa (2015).

O crescimento de Hermes da Fonseca levou Pinheiro Machado a aceitar o apoio dos militares e romper com Rui Barbosa, com isso Davi Campestre deixou a disputa e Hermes da Fonseca venceu as eleições. Feitosa (2015) destaca que 1910 foi um ano

tumultuado não só para o Amazonas, mas também para o Rio de Janeiro onde eclodiu a revolta dos marinheiros, conhecida como a revolta da chibata, pois lutava contra os maus tratos físicos, má alimentação, baixos salários e excessivas jornadas de trabalho.

Feitosa (2015) destaca que em julho de 1908 Antônio Bittencourt retomou o governo em Manaus e deu início a uma reforma na Constituição estadual, o que gerou alvoroço na oposição, em virtude disso sofreu ameaças e teve que se afastar, deixando a responsabilidade da reforma constitucional para o vice-governador Antônio Gonçalves Sá Peixoto. Essas medidas prorrogavam por mais cinco meses o mandato das duas primeiras autoridades do Estado. Porém, foram consideradas inconstitucionais pelos líderes da oposição, levando Bittencourt a revogar essas decisões ao retornar ao governo, o que causou uma fissura entre os dois. Com isso, os problemas políticos e sociais se agravaram ainda mais com a crise da borracha “e a capital do Amazonas se transformou em um celeiro de conflitos em todos os setores, mas essas considerações serão retomadas no capítulo seguinte” (FEITOSA, 2015, p. 79). Feitosa (2015, p. 84) também destaca que “o processo de modernização no Brasil trouxe benefícios para as elites nacionais e muito modestamente roçou as classes trabalhadoras”.

Em Manaus, a modernização foi acanhada mesmo que as exigências da expansão de exportação da borracha avivassem a cidade com ampliação do espaço urbano, contudo a maioria da população não foi contemplada com os serviços oferecidos pelas concessionárias inglesas: os bondes quebravam cotidianamente, a iluminação pública era escassa, o porto não atendia a demanda da entrada e saída de embarcações, a água potável não recebia o tratamento adequado, os bairros afastados não recebiam água encanada e energia elétrica. Além disso, o lixo e o mato tomavam conta das ruas centrais e suburbanas, o saneamento básico e a segurança eram reclamados pela as classes pobres. O abandono da Amazônia pelo capital inglês talvez não tenha sido uma desvantagem. (FEITOSA, 2015, p. 84)

Como destaca o autor, a modernização em Manaus contemplava apenas as elites, deixando as classes mais pobres em condições precárias de sobrevivência, pois não tinham acesso aos serviços fornecidos pelas concessionárias inglesas como bonde em boas condições de transporte, pouca iluminação pública e não tinham água de boa qualidade para consumo. Para Feitosa (2015, p. 85) um dos impedimentos para o desenvolvimento regional foi o aviamento porque baseava-se “na troca e no crédito, isto é, assegurava toda manutenção dos seringais: desbravava, fornecia ferramentas, mão de obra, transporte, mercadorias e outros, recebia em troca a produção do látex para

comercialização”. Entretanto, o aviamento não foi o único responsável pelo colapso financeiro da borracha, como ainda destaca Feitosa,

Porém, não foi o único responsável pelo colapso financeiro da economia da borracha, visto que se manteve entrelaçado ao desinteresse de parte das elites comerciais e políticas, estas últimas em constante disputa para obtenção ou manutenção de cargos públicos e, aliadas ao capital internacional, não buscaram operar modificações no sistema de aviamento que conduziria à perda imediata de lucros vultosos e desse modo, se detiveram no aumento da produção e da comercialização da produção. (FEITOSA, 2015, p. 85).

Dessa forma, pode-se perceber que o desinteresse das elites comerciais e políticas também contribuíram para o colapso financeiro, juntamente com o aviamento. Além disso, o governo federal deixou de atuar eficazmente na valorização do produto, estabelecendo acordos com cafeicultores e bancada ruralista, como também, “no calor da crise do comércio da borracha, as somas para efetivar medidas complexas e de caráter imediato como a situação exigia eram volumosas” (FEITOSA, 2015, p. 85). Ligado a tudo isso tinha os administradores em Belém e Manaus que não se articulavam nem fomentavam políticas públicas para impulsionar a diversificação da dinâmica econômica e o desenvolvimento regional, também enfatiza Fonseca (2015).

A denominação “seringa” tem origem portuguesa e significa “goma elástica”. Segundo Pontes Filho (2000), os povos pré-colombianos já utilizavam bastante os recursos da borracha, extraindo o látex para a confecção de bolas, sapatos, capas, vasilhames, tochas, flechas incendiárias e usavam no tratamento de doenças. A borracha, por volta da virada do século, já era extraída e comercializada por toda a região do Pará e Amazonas e sua produção se expandiu além das fronteiras do Brasil, alcançando Peru, Bolívia, Colômbia e Venezuela, originando um sistema econômico, como também um comércio exportador de grandes proporções em virtude do *boom* causado pela atividade de exploração da borracha, como afirma Barbara Weinstein (1985).

Da mesma forma, a comunidade mercantil amazônica apresentou uma orientação genuinamente regional, desconsiderando fronteiras estaduais e nacionais na busca de novas áreas da “*Hevea brasiliensis*”. Contudo, mesmo quando a produção se expandiu em direção ao oeste e o Amazonas emergiu como o centro principal da extração da borracha, a cidade portuária de Belém continuou a dominar a vida comercial e cultural do vale – uma situação que gerou considerável tensão entre os dois estados brasileiros. (WEINSTEIN, 1985, p. 221)

Dessa forma, apesar do Amazonas ter aumentado sua produção de borracha e se tornar o principal centro de extração da borracha, o porto de Belém, no estado do Pará continuou a ser um porto bastante movimentado, o que irritava os políticos amazonenses, que não aceitavam que Manaus tivesse um status secundário, gerando assim uma tensão entre os estados do Amazonas e Pará. Nesse período a cidade de Belém era considerada uma das mais notáveis da América Latina, sendo o seu porto o mais movimentado depois do Rio de Janeiro e Santos. Weinstein (1985), destaca que Manaus e Belém são consideradas “cidades-boom” brasileiras, devido ao desenvolvimento que o auge da borracha proporcionou a essas capitais do Amazonas e Pará, respectivamente.

A cidade de Belém na época do auge da borracha já tinha três séculos de existência, possuía um moderno sistema de bondes, sistema telefônico, água encanada e iluminação elétrica nas suas ruas. Suas principais vias se constituíam de largas avenidas pavimentadas e ladeadas por mangueiras, suas praças apresentavam um belo paisagismo com fontes, caramanchões, estátuas imponentes e suas construções também eram sofisticadas, dentre as quais destacam-se a mansão do governador e o Teatro da Paz. Já a capital amazonense, foi claramente uma criação do comércio da borracha, uma vez que até a década de 1870, a cidade recebia o nome de Barra do Rio Negro, um povoado com alguns milhares de habitantes que servia de local de pousada para aqueles que comercializavam no vale amazônico.

Atualmente, com o avanço do *boom* e a ascensão do Amazonas ao status de principal produtor de borracha da região, esse diminuto centro urbano, aninhado na floresta tropical e distante de Belém 900 milhas rio acima, assumiu uma posição de grande importância. Firms de aviação, tais como A. Berneaud & Co. e B. A. Antunes abriram filiais em Manaus, assim como vários importantes exportadores, e a administração provincial começou a usar suas crescentes receitas de exportação para modernizar a cidade, gradualmente criando uma réplica em pequena escala de Belém. (WEINSTEIN, 1985, p. 222)

Assim, teve início na capital amazonense o período de maior prosperidade, a cidade também passou a ter um sistema de bonde elétrico, água e gás encanados, ruas com iluminação elétrica, um porto artificial e o famoso teatro lírico que custou dois milhões de dólares com praticamente todos os seus materiais importados. Essa “elaborada estrutura de abóbada dourada logo se tornou o principal símbolo dos tempos de fartura e extravagância da elite amazonense durante a época do boom”, destaca Weinstein (1985). Com essas melhorias na cidade, os políticos procuravam conquistar seus eleitores e conseqüentemente tornavam a cidade mais habitável, já que muitos a

consideravam inadequada para se viver. Além disso, Manaus também precisava sair da sombra de Belém e se tornar um lugar civilizado para seus habitantes.

O Amazonas, na metade do século XIX, durante o período áureo da borracha vivia um novo tempo, uma época em que vigorava a estabilidade política e progresso econômico, após grandes tribulações políticas. A partir disso começaram os projetos para melhoria da Amazônia com o intuito de facilitar a chegada das pessoas nestas terras, consideradas distante de tudo e inexplorada, como afirma Trajano (2017).

Trajano (2017, p. 198) afirma que um dos primeiros projetos para a melhoria do Amazonas “foi à criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, sob a iniciativa de Barão de Mauá. As linhas regulares foram iniciadas em 1852, com três pequenos vapores, intensificando o comércio entre duas províncias brasileiras e o Peru”.

A Manaus do período da borracha, que até então vivia com suas vilas de poucas casas, palafitas e casas flutuantes, agora se modernizava com o advento da borracha, passava por transformações, nas quais as elites não mais se contentavam com a vida pacata e tranquila, ou seja, com a vida provinciana, e começaram a se identificar com a representação da *Belle Époque*. Como o Rio Amazonas havia sido aberto para o comércio do mundo, ficou mais viável a importação e exportação de produtos, daí a influência adquirida pela sociedade local, pois o comércio da borracha vinha provocar inquietudes. (TRAJANO, 2017, p. 198-199)

A partir do advento da borracha a capital amazonense ganhou um desenvolvimento de grandes proporções até então nunca imaginado pelas pacatas pessoas que nela habitavam, passando de uma simples cidadezinha a uma Paris dos trópicos. Com essas transformações também surgiram a exclusão de muitos e os privilégios para poucos, pois as tensões sociais aumentaram e os meios de sobrevivência para a população menos favorecida foram reduzidos. Trajano (2017) destaca que no intuito de proclamar Manaus como a capital da borracha o poder público criou uma política de pressão, exclusão e dominação contra os grupos de pessoas que não se enquadravam nos valores da elite local.

Manaus e Belém foram as únicas cidades brasileiras que vivenciaram o internacionalismo da *belle époque*, que foram trazidos pelos coronéis da borracha. Enriquecidos pelo leite da seringueira, eles resolveram romper com costumes coloniais e com o isolamento do barracão central, que ficavam no centro das florestas. Assim, cansados de viver longe da vida urbana, constituíram lindas casas na cidade, mas seu casarão central continuava mantido. Muitos coronéis de barranco, em especial da região amazônica, eram tidos como o senhor absoluto de seus domínios. Era o patrão, que controlava a vida de todos os seringueiros. Grandes monstruosidades aconteceram nesse período, eram explorados, obtinham dívidas a partir do momento em que embarcavam nos vapores rumo a tão sonhada fortuna. (TRAJANO, 2017. p. 199)

A belle époque vivenciadas por Manaus e Belém proporcionou um desenvolvimento de grandes proporções para essas cidades a partir do investimento em obras públicas de melhorias para o bel prazer da elite local, como também para atrair mais investimentos. Para Trajano (2017), a seringueira é uma árvore dadivosa e mexeu com o imaginário amazônico. Ela simboliza a vida, a prosperidade e riqueza para muitos, “especialmente para os senhores donos de terras, conhecidos, naquele momento, como coronéis da borracha ou coronéis de barranco” (TRAJANO, 2017, p. 199).

O ciclo da borracha promoveu o desenvolvimento cultural no Amazonas, entre os anos de 1890 e 1914. As cidades de Belém e Manaus investiram em óperas, saraus, temporadas líricas anuais. O Teatro Amazonas inaugurado em 1896 é símbolo dessa opulência, a Academia Amazonense de Belas Artes fundada em 1910 e também a Escola Universitária Livre de Manaus, a Amazônia começou a produzir escritores como José Eustásio Rivéra, Inglês de Souza, pioneiro do naturalismo, e poetas como Jonas da Silva, Paulino de Brito, Raimundo Monteiro, José Veríssimo, Domingos Antônio Raiol, Ferreira Pena, Lauro Sodré e Sant’Ana Nery. (TRAJANO, 2017, p. 200)

De acordo com o autor, o apogeu da borracha também trouxe para a região amazônica um enorme desenvolvimento cultural, a construção de teatros em Belém e Manaus promoveu o acesso a atrações como a ópera e saraus em plena floresta. Além disso, a Academia Amazonense de Belas Artes e a Escola Universitária Livre de Manaus contribuíram para a formação de grandes escritores e poetas nessa região.

Durante o seu apogeu a borracha gerou £ 25.254.371 de exportação e naquela época representava 40% do total da exportação do país, perdendo apenas para o café de São Paulo que atingiu £ 25.825.283. “Se esse valor fosse atualizado para o ano de 1992, corresponderia a 1.295.296.689 de libras esterlinas” (BENCHIMOL, 2009, p. 74). Entretanto, com a decadência da borracha, a partir de 1932, a exportação passou para £ 217.012, o que equivale a 6. 224 toneladas, isso resultou na perda de 99% do seu valor bruto e 85% em peso, como afirma Benchimol (2009).

A partir de 1827, a borracha amazônica começa a aparecer na pauta de exportação regional com um embarque de 30 toneladas. Com a descoberta do processo de vulcanização, em 1839, e o aumento do uso dessa matéria-prima, os registros subiram para 1.445 toneladas no quadriênio 1840-1844; no período de 1875-1879 figuravam com 30.360 toneladas; em 1901 iria alcançar 30.241 toneladas e no auge do *boom*, em 1912, atingia 42.286 toneladas, índice jamais atingido ulteriormente, até decair para 6.224 toneladas no final da depressão, em 1932. (BENCHIMOL, 2009, p. 74)

Dessa forma, o processo de vulcanização contribuiu bastante para alavancar a exportação da borracha amazônica como também o aumento do uso da sua matéria-prima, ocasionando assim o auge do *boom*, que trouxe para a Amazônia um grande crescimento econômico, que perdurou até a decadência desse apogeu da borracha.

Benchimool (2009), destaca que a partir da segunda metade do século XIX é que a presença brasileira passou a atuar através da empresa seringalista, ora de forma espontânea, ora de modo induzido durante um período de 70 anos com o deslocamento da população nordestina, que veio por causa do alto preço da borracha “ou por ação política realizada de maneira improvisada e aleatória pelos governos imperial e republicano, durante as épocas da seca do Nordeste, em socorro da população flagelada” (BENCHIMOL, 2009, p. 234). Benchimol (2009, p. 74), ainda destaca que “a Amazônia recebeu uma considerável massa humana de migrantes nordestinos, aqui genericamente conhecidos como cearenses”.

Procediam geralmente das zonas do agreste e do sertão do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e outros Estados nordestinos, sendo tangido pela seca – imigração por fome –, ora simplesmente atraídos pelo apetite de seringa – imigração por cobiça, fortuna e aventura, ou simultaneamente por ambos. Geograficamente nascia, assim, uma nova Amazônia, baseada na seca e na hevea, e na conjunção de duas linhas: a de maior flagelo e sofrimento – o sertão – e a de mais resistência e atração – a floresta. (BENCHIMOL, 2009, p. 74)

Conforme o autor, os nordestinos começaram a migrar para a Amazônia devido a seca e a fome que assolava o Nordeste, como também pela ideia de enriquecimento a partir da extração da seringa, entretanto a realidade era bem mais dura do que pensavam, pois a vida na floresta para quem não estava acostumado não era tão fácil como imaginavam. “Desde o início do ciclo da borracha até 1960, aproximadamente 500.000 nordestinos vieram fazer a Amazônia, representando assim o maior movimento humano das migrações internas da história brasileira” destaca Benchimol (2009, p. 75).

A Amazônia começou, assim, a abrasileirar-se com a chegada desse novo tipo de migrante, que trouxe consigo uma outra cultura de valentia e cobiça, bem distante da Amazônia tradicional dos caboclos do beiradão, da calha central, das marombas e currais do baixo Amazonas, dos oleiros e vaqueiros do Marajó, dos castanhais de Tocantins, dos cacauais de Cameté, Óbidos e Parintins, dos guaranazais de Maués, dos piaçabeiros do rio Negro, dos mariscadores e viradores de tartaruga nos tabuleiros dos rios Trombetas e Solimões, e dos juteiros do médio Amazonas. Em contraste com esse panorama tradicional que também fez história e não foi tão morto como se pensa, iríamos viver com a chegada dos nordestinos uma nova aventura na outra Amazônia, mais ousada e inquieta. Dos seringueiros do Acre e Juruá, dos caucheiros do

Abunã, dos comboieiros e mateiros do Madeira e Purus, dos balateiros do rio Negro e do Pará, que passaram a atuar marcando a fisionomia econômica regional com o complexo do barracão e do tapiri, com a grande propriedade florestal latifundiária, com os seus coronéis-de-barranco e os seus instrumentos de trabalho: o terçado, o machado, o rifle, a tijelinha e o burro, que fazia o contato e a circulação entre o tapiri do seringueiro e o barracão do seringalista. (BENCHIMOL, 2009, p. 75)

Com a chegada desses migrantes na Amazônia as diferentes culturas começaram a mesclar-se, os costumes e crenças também, e esse entrelaçar de tradições forma a cultura local da Amazônia nos tempos atuais. Entretanto, “o migrante cearense e nordestino percorreu na Amazônia um longo caminho de sofrimento, sacrifício e muito trabalho para, ao final, chegar à ascensão e classificação econômica, social e política”, enfatiza Benchimol (2009, p. 76).

Com o colapso da borracha, muitos dos sobreviventes dessa fronteira humana regressaram ao Nordeste, quando podiam, criando a figura típica do paroiara no sertão, sem mais aqueles símbolos e indícios externos de riqueza que, nos tempos áureos, eram motivo de orgulho, inveja e administração. Regressavam empobrecidos e doentes, à procura de suas famílias e de suas terras e sítios, já ocupados por parentes ou vendidos para vizinhos e amigos. (BENCHIMOL, 2009, p. 76)

Com a decadência da borracha, alguns migrantes retornaram ao seu lugar de origem, aqueles que conseguiram tiveram que voltar sem a riqueza almejada e alguns além de terem ficados ainda mais pobres ainda perderam o pouco que tinham ao regressar para casa. Os que preferiram ficar trocaram a extração da seringa pelo cultivo de arroz, feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar e complementavam com a colheita da castanha, coleta de drogas e gêneros regionais, além da caça de animais silvestres e a pesca nos rios e lagos. “Abandonaram, assim, uma economia altamente monetizada da seringa – uma economia de bugre manso capitalista – em favor de uma economia agrícola de subsistência” (BENCHIMOL, 2009, p. 76).

Entre as regiões brasileiras, a Amazônia, foi a que até a primeira metade do século XIX permaneceu estagnada e isolada com uma estrutura colonial quase autônoma acompanhada de uma economia primitiva e decadente. Sendo o principal problema “a grande distância a vencer e a escassa base populacional resultante do trauma da conquista quando grande parte da população indígena havia sido dizimada pelas epidemias e pela escravidão”, afirma Benchimol (2009, p. 234).

A sociedade brasileira à época da Independência caracterizava-se por um arquipélago de quatro sistemas isolados e quase autônomos, assim

constituídos: 1 Grupo Grão-Pará e Maranhão, vivendo na base da economia florestal das especiarias, das “drogas do sertão” e da agricultura do cacau, arroz e algodão; 2 Região Nordeste, onde dominava a economia do açúcar na zona da mata e do criatório no sertão e no rio São Francisco; 3 Complexo Minas Gerais–Rio de Janeiro–São Paulo, com certo grau de articulação política, agricultura mais diversificada e núcleos de mineração; 4 Frente Gaúcha, dispersa em função da predominância pecuária nas campinas, mas com um forte sentido político de preservação de sua identidade, em face do contato e do potencial de conflito com a proximidade da fronteira platina. (BENCHIMOL, 2009, p. 234)

Dessa forma, vimos que as regiões mais desenvolvidas desde aquela época eram a região mineira e a região sul, seguidas da região Nordeste, ficando a Amazônia isolada devido a sua grandiosidade, escassez de mão-de-obra e condições precárias de intercâmbio com as outras regiões do país, “por falta de complementariedade econômica e dificuldades de comunicação e transporte” (BENCHIMOL, 2009, p. 234).

Com o aumento da demanda externa, as exportações e o preço da borracha aumentaram significativamente. Entre 1871 e 1910, o preço da borracha foi de 181 libras-ouro para 389 libras-ouro por tonelada. A expansão da exploração do látex da seringueira - *Hevea brasiliensis* – se deu a partir da metade do século XIX, com a grande demanda externa, que resultou no crescimento econômico da região.

A extraordinária expansão da atividade de extração da borracha pelo vale amazônico, ocorrida no final de década de 1870, foi sustentada pela demanda crescente e pelos altos preços do produto no mercado internacional. Todo o processo foi comandado de Londres e Nova York por agentes financeiros, que estabeleceram seus representantes em Belém e Manaus, cujas casas exportadoras controlavam uma miríade de rede de créditos, que se estendiam aos mais distantes seringais do Madeira, do Purus e do Alto Amazonas. (OLIVEIRA, 2016, p. 176- 177)

A exploração do látex trouxe para a Amazônia vários trabalhadores de outras regiões para trabalhar como seringueiros na extração e produção da borracha. Oliveira (2016), destaca que a mão de obra que garantia a produção de borracha não decorreu de qualquer política oficial de estímulo e tampouco houve fiscalização sobre esse processo, milhares de brasileiros pobres foram recrutados no interior do Nordeste. Os nordestinos e estrangeiros que foram atraídos pela expansão da economia gomífera, vieram com a expectativa de enriquecimento rápido através da extração da borracha, “A concepção genuinamente americana não passa de uma afirmação rústica do pensamento, e tem origem na idealização de seu povo e de sua história. “América”, terra prometida, seria a síntese das esperanças humanas” (ORTIZ, 1994, p. 87).

Todos aqueles que foram recrutados como mão-de-obra tinham esperança de enriquecer e mudar de vida, pois vieram para a Amazônia com o pensamento de “fazer a América”, muito utilizado por aqueles que acreditavam numa vida melhor, através da exploração das riquezas presentes no continente americano.

A busca do látex, o “ouro negro”, levou os seringueiros a penetrar no mais recôndito da floresta, entrando em conflito com as populações indígenas que ainda ali mantinham suas formas próprias de vida e uma relativa autonomia em face dos comerciantes e dos caboclos ribeirinhos. (OLIVEIRA, 2016, p. 177)

Essa incessante busca pelo ouro negro levava os seringueiros a se embrenharem nas matas com o único objetivo de extrair o látex e mudar de vida, pois acreditavam que poderiam enriquecer com isso. “O ciclo da borracha foi um dos mais efêmeros ciclos econômicos do Brasil. Da humilde origem, em 1870, o extrativismo da borracha ocupou, em 1910, um quarto das exportações brasileiras” (SOUZA, 2019, p. 232).

O rápido crescimento da produtividade da economia do látex, na sua fase extrativista, era o corolário de uma alta taxa de demanda internacional do produto bruto. O capitalismo inglês, o norte-americano vão aos poucos “domesticando” a goma elástica, ampliando seu uso e sua tecnologia manufatureira. (SOUZA, 2019, p. 246)

A partir disso, o rápido crescimento da economia do látex originou a febre do lucro na região, sendo que o lucro da borracha crescia mais depressa do que a população e do que todos os outros itens do extrativismo, como destaca Souza,

[...] O padrão de vida da mão de obra cresceu, já que um número pequeno de negociantes monopolizava os resultados. Além do mais, os resultados financeiros da borracha não eram bens de consumo, mas capital. A miragem da riqueza fácil e abundante tomava força, preparava-se para reger uma era inteira, como uma espécie de suporte ideológico do comércio. [...]O comércio da borracha, que se ativado um século antes estaria condenado ao marasmo, beneficia-se do progresso tecnológico e é arrastado pela última etapa da Revolução Industrial. (SOUZA, 2019, p. 246-247)

E, para escoar toda a produção de borracha do Brasil e da Bolívia, foi idealizada, no ano de 1861, a estrada de ferro Madeira-Mamoré e em 1872 teve início uma primeira tentativa de construção da ferrovia. No ano de 1879, outra firma norte americana, a P&T Collins, retomou a construção da ferrovia, concluindo apenas sete quilômetros e desistindo também devido a falência. A ferrovia tinha como finalidade, além do escoamento da produção de borracha do Mato Grosso e de terras bolivianas, chegar até o rio Madeira, vencendo todos os obstáculos presentes na floresta amazônica. A partir daí

a borracha seria transportada para os portos de Manaus e Belém, seguindo viagem pelo oceano Atlântico para os países estrangeiros.

Quase trinta anos depois, o governo brasileiro abre concorrência pública para a construção da ferrovia, cumprindo um dos parágrafos do Tratado de Petrópolis, que encerrou a questão do Acre. A concorrência foi vencida pelo engenheiro Joaquim Catrambi, em 1906, que passou a empreitada para a firma Madeira-Mamoré Railway Limited, dos Estados Unidos, sob a liderança do empresário Percival Farquhar. (SOUZA, 2019, p.242-243)

Entretanto, a construção foi interrompida quase um ano depois pela firma inglesa Madeira Mamoré Railway Co. Ltda, que rescindiu o contrato, devido às condições precárias da região e aos conflitos com os nativos, além das várias doenças que levaram à morte de muitos trabalhadores.

Com o Tratado de Petrópolis², assinado em novembro de 1903, definiram-se os pontos principais de cessão ao Brasil de 181. 000 quilômetros quadrados de terras, com o comprometimento do país empreender a construção da ferrovia, de um posto aduaneiro no rio Madeira e a cessão para a Bolívia de 2432 quilômetros quadrados de terras no Mato Grosso e 3540 quilômetros quadrados no Amazonas, somado ao pagamento de dois milhões de libras esterlinas pelo Acre. “Tanto o Senado quanto a Câmara aprovaram o Tratado, apesar das críticas recebidas pela imprensa” (FONSECA, 2015, p. 100). Assim, teve início novamente, a construção da ferrovia em 1907, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim, sendo concluída em 1912, num total de 364 quilômetros de extensão.

No dia 1º de agosto de 1912, a ferrovia foi inaugurada com uma festa discreta, apenas uma viagem entre Porto Velho e Guajará-Mirim, transportando um seleto número de autoridades. Não se pode dizer que a ferrovia Madeira-Mamoré tenha sido um empreendimento desastrado, já que começou a operar justamente no momento em que a economia do látex dava sinais de exaustão. Para o empresário Faquhar, representou a redenção financeira, e ele logo se viu transformado no mais poderoso homem de negócios do Brasil, posição que manteve até 1930, controlando portos, frigoríficos, serviços públicos e indústrias. No dia 5 de abril de 1937, a ditadura Vargas declara rescindido o contrato com a Madeira-Mamoré Railway Limited e assume a administração da ferrovia. (SOUZA, 2019, p. 243)

O referido Tratado fez com que o Brasil fizesse concessões às empresas para construir a estrada de ferro Madeira Mamoré em plena selva amazônica, o que resultou na contratação de brasileiros de todos os lugares do país e também de estrangeiros de países próximos, Europa e Ásia.

² O Acre, que pertencia a Bolívia, é anexado ao Brasil em troca da conclusão da estrada de ferro Madeira Mamoré e de dois milhões de libras esterlinas.

Estimam-se em cerca de 22 mil indivíduos, dentre os quais grande parte, quando não morria, retornava ao seu país de origem, em virtude da falta de adaptação à região.

Ao ser concluída a estrada, todavia, o ciclo da borracha já entrava em decadência na Amazônia, em razão da ‘fatal’ concorrência asiática, e, com isso, a estrada de ferro foi sendo abandonada. Tomada pela floresta, atualmente ela está desativada. (PONTES FILHO, 2000, p. 140)

Dessa forma, após a conclusão da ferrovia, a produção de trinta e nove mil toneladas de borracha na Amazônia foi superada pelas quarenta e duas mil toneladas cultivadas na Ásia, pois as sementes da seringueira foram levadas e cultivadas no Ceilão e na Malásia. O cultivo da borracha no Extremo Oriente fez com que, a partir de 1911, o preço da borracha começasse a despencar. Dessa forma, tem início o declínio da economia gomífera, o que resultou novamente no isolamento e na economia de subsistência da Região Amazônica.

Em *Mad Maria* (1980), Márcio Souza, relata a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, no início do século XX, que ligaria o Brasil à Bolívia com o intuito de intensificar a extração e o comércio da borracha. O romance demonstra uma preocupação histórico-social, pois seu caráter histórico, ligado ao ciclo da borracha na Amazônia, aborda fatos históricos, bem como questões sociais e culturais envolvidas na construção da ferrovia no estado de Rondônia, em plena floresta amazônica.

A obra revela a sensibilidade ao transformar em arte o entorno amazônico, dando voz a uma subjetividade local, ao “reconhecimento do seu lugar de fala, da sua origem, do seu cotidiano, do que era visto, sentido, experimentado, vem da dor e ressentimento de observar a situação da sua região e da sociedade amazonense apática”, como destaca Paiva (2016, p. 855).

A história da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, em *Mad Maria*, ocorre no ano de 1911, após a assinatura do Tratado de Petrópolis e tem como cenário a Amazônia e a cidade do Rio de Janeiro. Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Brasil ficava obrigado a construir a estrada de ferro. “Todavia, a saga em torno da Madeira-Mamoré estava apenas começando: desativação, descaso, nostalgia e revolta marcam uma jornada que continua até os dias de hoje”. (PAIVA, 2016, p. 855)

Porto Velho nasceria como ponto inicial de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, surgindo entre a selva amazônica que guarda corpos de inúmeros trabalhadores que deram suas vidas pela ferrovia. Desde a primeira linha do romance, o conjunto de palavras que caracterizam a região em torno da construção envolve: “pré-história do mundo”, “inferno”, “escaldante”,

“monstro”, “promíscua”, “bárbaro”, “diabo”, “morte”... Sem dúvidas isto não torna uma região nenhum (*sic*) pouco atraente, porém essa era a rotina no início do século XX de inúmeros trabalhadores em uma região cheia de doenças, animais e isolados por uma floresta. (PAIVA, 2016, p. 855)

Dessa forma, a cidade de Porto Velho tem sua origem pautada na construção da ferrovia Madeira-Mamoré e carrega em sua história a morte de inúmeros trabalhadores que tiveram suas vidas ceifadas durante o período de sua construção. Paiva afirma que, no ano de 1911, Porto Velho talvez fosse um fenômeno especial na América do Sul, e era uma cidade artificial, que “servia principalmente de escritório central para a firma que estava construindo a ferrovia Madeira-Mamoré” (2016, p. 855).

Porto Velho tinha sido projetada, era artificial como quase tudo nos trinta e seis mil e seiscentos quilômetros quadrados de terras concedidas ao grupo de Percival Farquhar. A língua oficial era o inglês, e se tivesse feito um levantamento acurado ficaria constatado que poucas eram as pessoas que falavam o português. Da simples concentração de tendas, Porto Velho foi ganhando ares de vilarejo. E era inteiramente habitado por funcionários da Madeira-Mamoré Railway Company. Por isso, não havia rua do comércio nem bares e nem restaurantes. Em Porto Velho imperava o supra-sumo da iniciativa privada: tudo o que existia ali era monopólio do Sindicato Farquhar, incluindo a lei. (PAIVA, 2016, p. 856)

Dessa forma, constata-se que a cidade de Porto Velho surgiu a partir de um acampamento feito para administrar a construção da ferrovia Madeira-Mamoré e, aos poucos, foi se tornando um vilarejo, até chegar à cidade propriamente dita, sendo um lugar onde se falava mais o inglês do que o português, devido à grande demanda de estrangeiros que tinham vindo trabalhar na região. Paiva (2016) afirma que Márcio Souza considera Porto Velho como uma cidade projetada conforme os padrões de vivência norte-americanos. “Algo que é projetado é abstrato, é uma ilusão, é algo passageiro que tem referente real. Não era o objetivo permanecer na região, mas fazer daquela estadia o mínimo de agradável para um dia retornar às suas pátrias”. (PAIVA, 2016, p. 857)

Essa concepção inconscientemente segue com a cidade de Porto Velho durante os seus ciclos econômicos, seja da borracha, do garimpo, da oferta de trabalho para educadores na década de 1990, como agora nos últimos 10 anos com a construção das hidrelétricas no rio Madeira. A expressão “terra de ninguém” carrega não só esse sentido de fazer dinheiro fácil e depois partir, mas também a questão da lei, bem colocada por Souza ao se referir o responsável pela ordem do vilarejo. (PAIVA, 2016, p. 857)

Como se vê, a cidade de Porto Velho foi criada inconscientemente, pois a intenção era apenas a de se criar acampamento para alojar os trabalhadores da ferrovia, procurando fornecer um lugar agradável para habitar até o momento de retornar a sua terra natal, uma

vez que ninguém pretendia viver naquela terra considerada como terra de ninguém, sem lei e sem justiça. Paiva (2016) ainda destaca que através de metáforas, Márcio Souza, procura exemplificar como a presença de várias nacionalidades deram forma a uma cidade singular, apesar de se localizar no meio da selva amazônica tinha símbolos de uma cultura norte-americana como as datas comemorativas e o idioma, que são símbolos importantes para a formação da identidade de um lugar.

De fato, os trabalhadores tinham origens estrangeiras, não apenas raízes norte-americanas, mas também antilhanos, espanhóis, portugueses, gregos, italianos, franceses, hindus, húngaros, poloneses, dinamarqueses, alemães, norte-americanos, peruanos, suecos, russos, mexicanos, irlandeses entre outros. O mundo todo parecia se encontrar em Porto Velho e se desencontrar dos traços de uma “civilização”. No entanto, essa forte presença estrangeira tomou um rumo diferente do que podemos observar em outras cidades que em seus estágios de formação contaram com o mesmo fenômeno: desses trabalhadores grande parte morreu devido às doenças locais, os que sobreviveram buscaram meios de sair da região considerada por muitos como “demoníaca” e voltar aos seus países de origem, os que não conseguiam dinheiro suficiente chegaram a mendigar nos portos de Belém e Manaus. Comparado aos casos citados, poucos foram os que permaneceram após a construção e desativação da ferrovia, podemos citar a presença ainda forte dos barbadianos e seus descendentes que atualmente residem em Porto Velho, e que são guardiões, portanto, de uma parte da história. (PAIVA, 2016, p. 856)

Com isso, pode-se dizer que a formação da identidade da cidade de Porto Velho teve várias influências estrangeiras devido às diferentes nacionalidades dos trabalhadores que participaram da construção da ferrovia, sobreviveram às doenças e permaneceram na região após o término da estrada de ferro. Além disso, o romance tem um forte caráter social ao relatar as condições desumanas de trabalho e o sacrifício dos trabalhadores em decorrência do progresso, fatos que se tornam insignificantes diante da enorme empreitada da construção da ferrovia.

Em seu romance, Márcio Souza faz um recorte de um Período de três meses da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e dedica-se a contar a história do malfadado empreendimento, alternando a narrativa sob o ponto de vista espacial, entre a cidade do Rio de Janeiro – onde se desenrola a trama política e os jogos de poder que envolvem a construção da ferrovia; a cidade de Porto Velho – onde ficava a administração da ferrovia; e o Abunã – local da construção propriamente dito. (GOMES, 2021, p. 60-61)

O período retratado na narrativa vai dos momentos finais da construção da estrada de ferro até sua inauguração em 1912, e essa obra literária nos permite conhecer não apenas a macro-história, “mas também as micro-histórias, as histórias do cotidiano de trabalhadores e indígenas envolvidos em tão grande construção” (GOMES, 2021, p. 48).

Gomes (2021) destaca que Márcio Souza aborda nesse romance, em meio à ficção, fatos históricos que permitem ao leitor repensar a história e rever alguns fragmentos da história oficial à luz de um cenário ficcional montado na narrativa. “Pelo fato de proporcionar ao leitor revisitar a história, Mad Maria se diferencia das outras ficções construídas a partir do fato histórico que se dedicam apenas a narrar e ilustrar fatos” (GOMES, 2021, p.48).

Nesse sentido, a obra é entendida como uma ficção descolonizadora, ao passo que apresenta fatos, ideias, momentos que não constam da história dita oficial. Márcio Souza concede ao leitor, por meio de sua obra, a possibilidade de repensar e de discutir a história e, por fomentar o contra-discurso, o romance pode ser entendido como descolonizador. (GOMES, 2021, p.48)

Dessa forma, a narrativa se consagra como descolonizadora por proporcionar o conhecimento de fatos extraoficiais, bem como possibilitar a discussão e o repensar da história retratada pelos documentos oficiais, escritos de acordo com a visão do colonizador, a partir do processo de colonização da Amazônia, que originou uma ordem cultural de tempos diferenciados e permitiu que se formasse uma imagem de si mesmo a partir da visão do outro, como afirma Ana Pizarro,

Como se pode observar, se apresenta aqui um campo de problemas que tem relação com a construção do imaginário social do continente: o que se constrói em seu interior e fora dele, em movimentos sucessivos e sobrepostos, em conflitos e enfrentamentos, onde a subjetividades do discurso que propõe este imaginário, como veremos, se desenvolve através da visão do outro, através da fissura na visão canônica, através da explosão da unicidade da visão autoral. (PIZARRO, 1993, p. 24)

Esse imaginário social é constituído por um conjunto de símbolos, representações e imagens, através dos quais a sociedade vai instituir uma ordem social e dará sentido às experiências humanas, promovendo relativa conferência entre as coisas, além de distribuir papéis e identidades aos indivíduos e grupo sociais, e legitimar suas crenças, seus saberes populares, como também evidenciar suas necessidades, conflitos, utopias e mitos, assim destaca Rocha (2016).

Enfim, é onde a sociedade acolhe as emoções, os desejos, os medos, e se percebe, instituindo padrões de sensibilidade e de visualidades. É onde o imaginário e a paisagem se encontram. Produto social e histórico de uma coletividade o imaginário é um sistema complexo de símbolos, valores, imagens, representações e pensamentos fundamentais à existência da sociedade e à significação da realidade. (ROCHA, 2016, p.184-185)

Nesse sentido, a literatura, as outras obras de arte e os objetos patrimoniais são narrativas que nos proporcionam a apreensão de ideias, imagens, temas, valores, crenças, saberes e significados que vão compor o imaginário artístico e cultural de uma época ou sociedade. “O imaginário é, portanto, o outro nome da realidade simbólica e, como tal, constitui um complexo e significativo sistema cultural”. (ROCHA, 2016, p.185)

O contexto no qual transcorre a narrativa se dá entre o final do século XIX e início do século XX, período de muitas transformações ideológicas, dentre as quais a tradição agrária. O ciclo da borracha foi um marco importante para a história da Pan-Amazônia, “cujo auge se deu entre os anos de 1879 e 1912”, destaca Marinete Luzia Francisca de Souza,

O ciclo da borracha coincide com um período conturbado, já que vai do fim do império ao primeiro governo de Vargas, tendente à centralização do poder. Durante estes anos, houve migração de nordestinos para o Norte do país em precárias condições de transporte, alimentação, higiene e salário, numa situação que poderia ser comparada com a escravidão. A conjuntura era semelhante no Peru, na Colômbia e na Venezuela, sendo agravada pela delimitação de fronteiras amazônicas entre estes países, o que favorecia a organização feudal dos seringais. (SOUZA, 2013, p. 59)

Souza (2013) afirma que foi nesse período também que se desenvolveram as principais cidades amazônicas, dentre as quais, Iquitos, Manaus, Rio Branco e Belém, e no qual se construiu o Teatro Amazonas e o porto de Iquitos, além disso três importantes viagens à região se destacam: duas para demarcação de fronteiras, que tiveram como cronistas Euclides da Cunha e José Eustásio Rivera, e uma para investigar as denúncias sobre a violação dos direitos humanos em Putumayo, que foi registrada por Roger Casement.

Com isso, no Brasil, foi difundida a ideia de que a Amazônia era um “vazio geográfico”, sendo criado, a partir disso, um Plano de Integração Nacional, com os lemas “integrar para não entregar” e “uma terra sem homens para homens sem terra”, que previam o assentamento de famílias nordestinas às margens das estradas amazônicas que foram construídas nesse período, também destaca Souza (2013).

A autora ainda afirma que passada a euforia do ciclo da borracha, a América do Sul foi varrida por regimes ditatórias e os interesses internacionais pela área amazônica cresceram, levando os governos dos estados-nações a criar postos militares nas fronteiras. Vale ressaltar que no período em que se deu a construção da ferrovia Madeira Mamoré, a Região Amazônica era de difícil acesso, em consequência disso os trabalhadores que

participaram da construção foram sacrificados diante das péssimas condições de trabalho e das doenças típicas da região, o que resultou na morte de várias pessoas, pois não conheciam os métodos de prevenção e tratamento desses males.

A narrativa tem início a partir do momento em que o jovem médico irlandês Finnegan começa a trabalhar na enfermaria do acampamento onde estão os trabalhadores do grupo de construção da passagem do Abunã, da Madeira-Mamoré Railway Company, no verão de 1911. Era o seu primeiro verão naquele lugar e o calor e os escorpiões, com os quais aprendeu a lidar sozinho, eram como um sinal de que havia mistérios escondidos por trás daquela cortina de exageros.

Era o primeiro verão que Finnegan estava passando ali e começava a aprender sozinho a lidar com os escorpiões. Ninguém tinha lhe falado de escorpiões. Mas ele não podia se queixar, uma lista de horrores tão extensa que dificilmente um homem poderia levar a sério lhe serviria de apresentação àquela terra. Finnegan sabia que mesmo os horrores precisavam ser comidos para ganharem credibilidade, mas para aquela terra a imaginação humana parecia ter destinado um conjunto tão vasto de perigos e ameaças, que ele tinha tomado isto como sinal de que algum tipo de mistério estava sendo escondido por esta espécie de cortina de exageros. (SOUZA, 1980, p. 11)

A floresta amazônica é um lugar a que a imaginação das pessoas imputou um enorme conjunto de ameaças e perigos, a partir de um mistério que se esconde por trás de uma cortina de exageros sobre a região, é o que nos mostra a visão estereotipada do irlandês em relação ao lugar em que se encontra. Com o passar do tempo e dos inúmeros acidentes de trabalho, como também as mortes presenciadas por ele, Finnegan percebe que naquele lugar não havia mistério nenhum escondido e que devia se preocupar menos com os escorpiões e mais com as condições de trabalho e sobrevivência, uma vez que os acidentes de trabalho o preocupavam bastante, e se questionava se um dia conseguiria ser indiferente a esses acontecimentos tão comuns para os outros que estavam ali a bastante tempo.

Finnegan também se questionava sobre ter aceitado o trabalho numa região desconhecida, com um clima totalmente diferente daquele ao qual acostumara-se a viver. Suas roupas não eram adequadas para aquele calor intenso, que contrastava com as madrugadas geladas. Sendo a eficiência profissional a única forma para suportar os mistérios que ali não existiam.

É natural. A terra ainda é misteriosa. O seu espaço é como o espaço de Milton: esconde-se em si mesmo. Anula-a a própria amplitude, a extinguir-se, decaindo por todos os lados, adscrita à fatalidade geométrica da curvatura terrestre, ou

iludindo as vistas curiosas com o uniforme traiçoeiro de seus aspectos imutáveis. (CUNHA, 1907, p. 343)

A falta de conhecimento sobre a Amazônia torna-a misteriosa, pois tudo aquilo que não se conhece torna-se estranho, e conseqüentemente isso vai produzir uma imagem reducionista dessa monumental natureza, que possui riquezas desconhecidas, e que alimentam todo esse imaginário em torno da exuberante região amazônica. “Pensadores do século XIX legaram representações artísticas e científicas que nos levaram a pensar a Amazônia desde um prisma único, com imagens estereotipadas e ideias preconcebidas, compondo uma totalidade dada como inquestionável” (OLIVEIRA, 2016, p. 163)

...a Amazônia é o mundo das águas e da floresta, em que a natureza funciona como um sistema integrado e harmonioso, imperando de forma quase absoluta. É aquele lugar privilegiado do planeta em que se realizaria a mais perfeita expressão do primado da natureza sobre o homem, uma espécie de paraíso perdido que nos reporta ao cenário de uma terra antes do aparecimento do homem. Em suma, o império da natureza e o acanhamento da civilização, o planeta das águas e o deserto da história. (OLIVEIRA, 2016, p.163)

O autor destaca que o mundo amazônico é regido pelo movimento das águas e que a ideia difundida pelos primeiros viajantes de que a Amazônia é o paraíso perdido contribuiu para uma visão ilusória que persiste até os dias atuais. Entretanto esse lugar precisa ser preservado por todos os indivíduos que habitam a Amazônia, para que gerações futuras possam usufruir de suas belezas e riquezas.

Oliveira coloca, ainda, que “Se existem divergências quanto à potencialidade dessa natureza amazônica, não havia qualquer discordância quanto ao seu caráter majestoso, nem quanto à pouca importância da parcela da humanidade que ali se localizava” (2016. p. 164). Os livros de viagem configuraram a Amazônia como “o *tropos* da natureza virgem, com vastos recursos ambientais, terra livre e despovoada de homens” (OLIVEIRA, 2016. p. 164), ou seja, uma terra sem dono, que podia ser apossada por qualquer um, deixando de lado as populações autóctones que já habitavam esse paraíso perdido, como enfatiza autor.

Outro personagem presente na narrativa de Márcio Souza é o engenheiro inglês Collier, responsável pelas obras. O inglês era totalmente indiferente às mortes e brigas referentes aos trabalhadores, considerava esses acontecimentos rotineiros em relação à grande loucura que era a construção da estrada de ferro que ligava o nada a parte alguma, como sempre se referia à ferrovia, e sentia-se permanentemente deslocado naquele lugar.

Tudo o que lhe vinha na cabeça, sempre, era esta sensação de estar deslocado no tempo. No período devoniano devia ser assim, E, quem sabe, também no período cambriano. Collier sentia-se na pré-história do mundo. A bruma é forte, nada se define bem. O frio matinal se dissipa em orvalho morno. Um corpo suado, metálico, mas de um metal escuro, misturando-se por entre formas esverdeadas, vegetais, avança resfolegando como um dinossauro, ou um estegossauro ou brontossauro. Há, também, brilhos repentinos de metal cromado, a bruma aumenta em intervalos compassados, é como uma respiração monstruosa, antediluviana, uma respiração num inverno rigoroso, embora o calor seja forte. Os insetos fazem ruído e há uma fricção de metal contra metal. A bruma é escaldante. (SOUZA, 1980, p. 16)

Nesse trecho, percebe-se que Collier demonstra uma visão eurocêntrica da civilização encontrada na região, caracterizando como primitivo tudo aquilo que considerava diferente daquele ao qual estava habituado, com costumes e tradições diferentes, um lugar que até então era desconhecido para ele, e que por sua grandiosidade e diversidade causava estranheza; tudo era novo e o que acontecia ali poderia ter acontecido nos períodos devoniano e cambriano, uma vez que a bruma e o vapor todos os dias transformavam a paisagem numa ilustração pré-histórica.

Para Collier o trabalho deveria ser tecnicamente simples, entretanto os trabalhadores estavam passando por condições precárias inimagináveis naquele lugar que tinha trinta milhas de pântanos e terrenos alagadiços, a falta de adaptação a esse terreno tão adverso ceifou a vida de muitos. Collier também receava adoecer naquele lugar, e se isso viesse a ocorrer estaria condenado a morte, porém não deixava isso transparecer, só aparentava ser um homem seco, fechado e ríspido.

Tal argumento nos remete a Loureiro, que diz que “A Amazônia é percebida por quem a contempla, como uma grandeza pura: é grande, é enorme, é terra-do-sem-fim. Sua concepção está associada geralmente a outros qualificativos: rica, incomparável, bela, misteriosa, inferno, paraíso” (LOUREIRO, 2015, p. 114).

Sobre isso, Gondim (2007) afirma que o novo é filtrado pelo antigo, assegurando a este sua supremacia, dessa maneira, a prática de comparar as novidades vistas pela primeira vez com algo já pretensamente conhecido e domesticado vai fortalecer e documentar a estabilidade do antigo. Todavia essa constatação da diferença vai facilitar o avanço ao desconhecido e alargar o conhecimento por meio de um leque de possibilidades que o contato com o novo pode oferecer.

Costa (2013) destaca que desde a chegada dos primeiros viajantes à Amazônia existe “a perplexidade em encontrar o exótico e o desejo de encontrar o paraíso terrestre

na terra” (2013, p. 79). Os perigos e as incertezas impuseram ao desbravador uma adaptação tanto ao novo clima quanto à uma nova alimentação, como afirma Costa:

[...] De todas as classes, os portugueses desbravadores demonstraram que, apesar da contradição entre desejar o novo e implantar modelos do Velho Mundo na mata fechada, foram capazes de se adaptar a novas formas de vida, como dormir na rede, se alimentar de farinha e buscar alternativas de transporte, entre outras habilidades desenvolvidas na nova terra. Especificamente na Amazônia, adaptar-se naquele momento a viver nas entranhas da selva, ainda que procurando refúgio nos beiradões dos rios, não era tarefa fácil nem para o mais bravo viajante, pois a floresta nunca aceita ser domada. (COSTA, 2013, p. 79)

Nessa perspectiva, nota-se que a adaptação à região amazônica não foi uma tarefa fácil para os viajantes nem para os trabalhadores que vieram para a construção da ferrovia, pois tudo era novo e diferente: alimentação, transporte e maneiras de dormir, o que levou à criação de estereótipos em relação à região e aos povos que nela habitavam. Orlandi (2007, p. 125) destaca que o estereótipo perpassa pelo imaginário de um discurso equivocado que atravessa “a relação do homem com a linguagem, lugar de reconhecimento e de distância”.

[...] o estereótipo é o lugar em que o sujeito resiste, em que ele encontra um espaço para, paradoxalmente, trabalhar sua diferença e seus outros sentidos. É uma forma de proteger sua identidade no senso comum, pois o estereótipo cria condições para que o sujeito não apareça, diluindo-se na universalidade indistinta. (ORLANDI, 2007, p. 126)

Nesse sentido, ao apresentar a visão geocêntrica do estrangeiro/colonizador sobre a Amazônia, Márcio Souza evoca um pouco da história do processo de colonização da região amazônica, que gerou muitas imagens cosmogônicas em relação à cultura e costumes dos povos que a constituem. Em *Mad Maria*, Márcio Souza, “busca evidenciar exatamente os estereótipos do colonizador e a verdade do colonizado, colocando o leitor em contato com a história, motivo pelo qual história e literatura se entrecruzam na obra estudada”, afirma Gomes (2021, p. 110),

Do ponto de vista da literatura, torna-se possível afirmar, pautando-nos nos estudos de Bonnici (2000) que a obra *Mad Maria* é descolonizadora e a personagem Collier é a responsável, em seus diálogos, por desvendar para o leitor os objetivos e as condições impostas pelo colonizador. (GOMES, 2021, p.109-110)

Dessa forma, o personagem Collier representa o colonizador e o pensamento deste em relação ao colonizado, e que não nutre nenhum sentimento por suas angústias e

sofrimentos, visando apenas a lucratividade gerada pela mão-de-obra barata, proporcionando ao leitor uma visão crítica em relação ao processo colonizador pelo qual a região e o país passaram.

A narrativa apresenta também como personagem o empresário norte-americano Percival Farquhar, proprietário da Madeira-Mamoré Railway Company, que se sentia superior e intocável, um personagem real preocupado apenas com os possíveis lucros que a ferrovia poderia gerar, e que tem relações com J. J. Seabra, ministro de Viações e Obras e futuro governador da Bahia, personagens que representam na obra o poder público.

Embora os rigores da floresta tropical tenham contribuído para baixar a expectativa de vida, as brutais relações de trabalho foram responsáveis pela morte de centenas de operários. Farquhar, no entanto, era um homem de enorme visão, e sabia que os seus problemas estavam em outra selva, mais perigosa que a da Amazônia. Assim, tendo estado apenas uma única vez no canteiro de obras, passou toda a fase de construção no Rio de Janeiro, trabalhando os ministros, os políticos, as verbas, etc. (SOUZA, 2019, p. 243)

Nesse sentido, percebe-se a visão do colonizador, que se preocupou apenas com os lucros e com o progresso, e em nenhum momento se importou com as inúmeras mortes durante a construção da estrada de ferro Madeira Mamoré. Souza (2019) destaca que Percival Farquhar tinha um modelo gerencial para a ferrovia que era muito eficiente. “Tão eficiente que a ferrovia resistiu mais três décadas de administradores incompetentes, corruptos e lenientes, quase sempre oficiais do Exército brasileiro” (Souza, 2019, p. 243).

Nesse sentido, Gomes (2021, p. 104) destaca que “constitui-se prática recorrente do colonizador diminuir, inferiorizar o colonizado de modo a justificar as práticas realizadas em nome do processo de colonização, caracterizando-se como salvador, em missão civilizatória para aquele povo”.

Em muitos momentos dentro do romance, fica evidente a visão do colonizador: a busca do lucro a qualquer custo, a despreocupação com os trabalhadores e os infortúnios que lhes acometiam em virtude das condições inadequadas de trabalho e mesmo de vida; a preocupação com os joguetes de ordem política a fim de assegurar a continuidade do empreendimento e, em consequência, do lucro. (GOMES, 2021, p. 102-103)

Com isso, fica evidente que o colonizador não se preocupa com o colonizado e faz de tudo para que a ideia de inferioridade prevaleça sempre, é o que se percebe diante das condições precárias de trabalho e sobrevivência pelas quais os trabalhadores estavam sujeitos, para que a monumental obra continuasse e gerasse lucros futuros.

Entre os personagens do romance está o índio Joe Caripuna representante da essência dos povos da região amazônica, e que, através de toda a sua cosmovisão, traz a cultura amazônica, rica em suas histórias mitológicas para explicar todos os mistérios contidos na floresta. Joe Caripuna é o indígena que procura sobreviver ao extermínio sofrido pelo seu povo, como também é aquele homem amazônico, nativo da terra, que diante de uma natureza magnífica e de proporções monumentais, criou e desenvolveu processos criativos e eficazes “de relação com essa natureza, construiu um processo cultural dissonante dos cânones dominantes”, como destaca Loureiro.

O caboclo humanizou e pôs a natureza na sua medida. Pelo imaginário, pela estetização, pelo povoamento mitológico, pelo universo dos signos, pela intervenção na visualidade, pela atividade artística, ele definiu sua grandeza diante desse conjunto grandioso que é o “mundo amazônico”. Imaginário medidor das desigualdades entre Homem e Natureza, colocando um na medida do outro. Imaginário instaurador, que definiu nova realidade relacional, colocando o caboclo na dimensão do mundo por ele habitado, ao mesmo tempo que situou essa natureza desmedida na exata medida de sua cosmovisão. (LOUREIRO, 2015, p. 56)

Esse imaginário ao qual o autor se refere torna-se evidente com a explicação do índio Joe Caripuna sobre a chuva, com isso ele demonstra toda a cosmovisão do homem amazônico em suas histórias, que foram contadas pelos seus antepassados, os quais viveram num tempo que não havia chuva.

[...] Saiu na chuva, reverente perante os relâmpagos que riscavam o céu lá acima das copas das grandes árvores. A reverência era importante pois a vida podia ser inocentemente devorada pela tempestade. Como era tão naturalmente certa a natureza em sua violência, que desabando em forma de chuva sobre a mata, molhava a terra de uma forma benigna e sábia. Um dia seus antepassados viveram num mundo que nunca chovia porque a água estava guardada num ouriço escondido no céu. Quando queriam beber água, ou tomar banho, ou lavar uma criancinha que acabara de nascer, tinham de pedir aos jaburus que por favor trouxessem água em seus bicos grandes. Os jaburus eram perversos e viviam zangados e às vezes se recusavam a trazer água para os caripunas e muitos acabavam morrendo de sede ou ficavam tão sujos que deixavam de ser gente humana. (SOUZA, 1980, p. 83)

Quando Joe Caripuna nos diz que a água está guardada num ouriço escondido no céu revela a crença teogônica da formação das coisas do mundo. E para se ter água era necessário pedir aos jaburus que trouxessem tão valioso líquido para matar a sede, tomar banho ou lavar os recém-nascidos. Mas nem sempre os jaburus estavam dispostos a ajudar, algumas vezes se recusavam a levar água, viviam zangados e eram perversos. A

sede causou a morte de muitos caripunas, como também a sujeira, uma vez que quando ficavam muito sujos deixavam de ser humanos.

As narrativas míticas são povoadas de seres cuja forma, nome e comportamento misturam inextricavelmente atributos humanos e não-humanos, em um contexto comum de intercomunicabilidade idêntico ao que define o mundo intra-humano atual. O perspectivismo ameríndio conhece então no mito um lugar, geométrico por assim dizer, onde a diferença entre os pontos de vista é ao mesmo tempo anulada e exacerbada. Nesse discurso absoluto, cada espécie de ser aparece aos outros seres como aparece para si mesma – como humana –, e entretanto age como se já manifestando sua natureza distintiva e definitiva de animal, planta ou espírito. De certa forma, todos os personagens que povoam a mitologia são xamãs, o que, aliás é afirmado por algumas culturas amazônicas. (CASTRO, 2004, p. 229)

Nesse sentido, é comum ao homem amazônico o relatar de histórias envoltas em mitos e lendas, em que são atribuídas características humanas aos animais da floresta ou vice-versa, o que se constata muitas vezes em alguns rituais xamânicos. Esse xamanismo presente na região amazônica se define como uma habilidade que alguns indivíduos têm de cruzar suas “barreiras corporais e adotar a perspectiva de subjetividades alo-específicas, de modo a administrar as relações entre estas e os humanos” (CASTRO, 2004, p. 231).

De acordo com as histórias contadas pelos antepassados de Joe Caripuna, toda a água existente na terra estava dentro de uma cabaça que, ao ser atingida por uma borduna, teve um pequeno furo, através do qual a água contida dentro dela começou a escorrer, dando origem às chuvas, aos lagos, lagoas, brejos e igarapés.

[...] Foi então que os três filhos do grande tuxaua Unámarai caíram prisioneiros de uma onça gigante que babava o tempo todo. A grande onça não queria comer os três filhos do tuxaua Unámarai, só queria que eles aparassem a sua baba pois estava sempre babando muito e cada vez que gotas de baba caíam no chão viravam uma centopeia e outros bichos de ferrão. Os três rapazes passavam o dia aparando a baba da onça em cuias e iam despejar num buraco bem fundo. Os três se revezavam durante a noite mas começaram a cansar e o mais novo deles sonhou que se eles dessem muita água para a onça ela pararia de babar e eles ficariam novamente livres. O rapaz mais velho gostou da ideia do irmão e sabia que aquele sonho tinha sido inspirado pelo tuxaua Unámarai, seu pai, também um grande pajé. [...] O irmão mais novo sentia-se feliz porque encontrara, em sonho, a solução. E ele disse ao irmão mais velho, toda a água que existe nesse mundo está dentro de uma grande cabaça pendurada no céu por cordas de cipó. Os jaburus voam até lá e tiram a água que querem. Nós vamos subir ao céu e furar a cabaça grande com as nossas bordunas. Mas vamos precisar de muito cuidado, a cabaça está cheia de peixes comedores de gente. E fizeram cerimônias de cigarro soprando a fumaça e pela fumaça subiram até o céu. Viram a imensa cabaça pendendo para baixo, sustentada por dois cipós bem trançados. O irmão mais velho subiu na cabaça e o mais novo segurou a sua borduna e bateu forte na cabaça. Conseguiu fazer um furo pequeno e a água começou a escorrer, formando os rios e tudo o que existe de

lago, lagoa, brejo e igarapés na terra. Quando a água começou a escorrer da cabaça, o irmão mais novo se distraiu e um peixe colocou a cabeça para fora e devorou ele. O irmão mais velho estava em cima, viu o irmão ser devorado. Ficou tentando saber qual dos peixes tinha comido o outro e, fazendo esse esforço, balançou a cabaça. A cada balanço forte a cabaça deixava escapar mais água e acontecia uma tempestade na terra. Até hoje ele está lá em cima, tentando encontrar o peixe que devorou o seu irmão mais novo. A cabaça balança de um lado para o outro e a água escapa mais forte pelo furo quando deve escapar, criando chuvas fortes, tempestade e dilúvios. Naquele dia o filho mais velho de Unámarai devia estar balançando muito a cabaça. (SOUZA, 1980, p. 83-85)

Em *Mad Maria*, o personagem Joe Caripuna representa “o indígena sendo retirado do seu ‘estado de natureza’ na perspectiva rousseauiana em face do desenvolvimento econômico que se implantava na região e impactava diretamente na condição do indígena” (GOMES, 2021, p. 73). De acordo com a perspectiva rousseauiana, o ser humano era puro e inocente em seu estado natural, o “bom selvagem”, sendo a sociedade considerada a responsável por incutir nele novos hábitos e novos valores.

A cultura, em muitas sociedades amazônicas, ainda sobrevive de acordo com os costumes e crenças transmitidas entre os moradores, principalmente naquelas mais distantes das cidades. “O rito nas sociedades amazônicas tradicionais, tão vilipendiado pela cultura alóctone em sua visão de mundo eurocêntrica, é o mito tornado vivo por intermédio da ação, funcionando como núcleo dramático do imaginário” (HOLANDA, 2020, p. 133).

Loureiro chama atenção para o fato de que “Essa forma de vivência, por sua vez, desenvolve e ativa sua sensibilidade estética” (2015, p. 104), portanto, o homem das sociedades amazônicas busca se afirmar no mundo objetivo por meio de sentidos atentos a tudo que ocorre na natureza magnífica e exuberante pela qual é envolvido, contribuindo assim para um maior conhecimento de si mesmo, destaca Loureiro (2015).

[...] Os objetos são percebidos na plenitude de sua forma concreto-sensível, forma de união do indivíduo com a realidade total da vida, numa experiência individual que se socializa pela mitologia, pela criação artística e pela visualidade. Experiência sensorial que é essencial à vida amazônica, pois representa qualidade complementar à expressão dos sentimentos e ideias, concorrendo para criar uma unidade cultural no seio de uma sociedade geograficamente dispersa. Esse comportamento vai satisfazendo as necessidades mais íntimas do espírito e alargando suas potencialidades, num processo em que os homens seguem evoluindo, renovando-se, transformando-se. (LOUREIRO, 2015, p. 104).

Para o autor, o homem amazônico, mesmo com o passar do tempo e vivendo às margens dos rios, ainda utiliza os mitos e as crenças antigas no seu dia a dia, numa relação

de harmonia e respeito com a natureza, da qual retira tudo o que precisa para sobreviver. Oliveira destaca que os relatos dos primeiros viajantes “mostram a predominância da presença indígena, o que o Censo de 1872 veio a ratificar” (2016, p. 176). Ao se falar da Amazônia como unidade é imprescindível “ter claro as enormes diferenças históricas em termos de modalidades de colonização e densidade demográfica” (OLIVEIRA, 2016, p. 176).

Enquanto o Censo de 1872 atribuía aos indígenas quase 64% da população do Amazonas, no Pará e no Mato Grosso, os números são muito contrastantes, respectivamente de 16,2% e 14,1%, refletindo uma ocupação mais antiga, que incluía atividades agrícolas e de mineração. Os dados demográficos apresentados para o Maranhão, local onde existiu uma forte cultura do algodão realizada em plantations com mão de obra de escravos africanos, e Goiás, em função da procura, desde o início do século XVIII, de minérios preciosos, são ainda mais discrepantes em relação aos do Amazonas, indicando que os indígenas se limitariam respectivamente a 3,5% e 2,6% da população total daquelas províncias. (OLIVEIRA, 2016, p. 176)

Em *Mad Maria*, Joe Caripuna simboliza o indígena bravo, considerado assim pelos “civilizados”³, e mesmo numa situação deplorável, continua sendo temido em consequência da visão estereotipada a partir do olhar do Outro, do olhar do colonizador. Além disso, Joe Caripuna também é o último representante de seu povo, vivendo escondido na floresta e procurando sobreviver de forma invisível perante os outros.

Sabemos que historicamente houve insistência em definir as populações indígenas com base em axiomas já consagrados pelo europeu. Sua primeira ação foi a construção imaginária do Outro, desenhá-lo como bom ou mau selvagem, canibal, sem lei e sem rei, não preocupando-se (*sic*) em entender seus signos, símbolos e instituições, o que lhes permitiria mergulhar na cultura diferente. (HOLANDA, 2020, p. 133)

Dessa forma, vemos que o olhar dos primeiros viajantes em relação à Amazônia contribuiu para a disseminação da ideia estereotipada que caracterizou o índio como selvagem e sem coração, capaz de realizar as piores atrocidades possíveis. Oliveira (2016,) afirma que

As populações indígenas da Amazônia igualmente passaram a ser pensadas tão somente segundo as imagens produzidas para os índios bravos, isto é, como primitivos habitantes das fronteiras internas da nação, exteriores aos circuitos econômicos e sociais. Ou seja, ou coletividades virtualmente perigosas, remetidas aos estágios mais rudimentares da civilização; ou pessoas com parca capacidade de adaptação ao mundo contemporâneo, demandando um olhar

³ Termo utilizado por Joe Caripuna no romance *Mad Maria*, de Márcio Souza para caracterizar os homens brancos.

complacente, totalmente dependente de uma mediação tutelar e protetora. (OLIVEIRA, 2016, p. 174)

Segundo o autor, os índios sempre foram retratados como pessoas rudes, com pouca capacidade de “evoluir” sozinhas, e que dependem sempre de alguém com “maior conhecimento”, seguindo a lógica do discurso geocêntrico do “estrangeiro”. Como afirma Gomes (2021), o indígena, que antes tinha uma vida em comunhão com a natureza e vivia tranquilamente, ao ter contato com os objetos e costumes de outras culturas, passa a desejá-los, fazendo de tudo para tê-los, até mesmo furtar, mesmo que não tivesse consciência plena do que isso significasse. Joe Caripuna sucumbe ao fascínio pelos objetos desconhecidos e sofre terríveis consequências por seus atos.

[...] De seus bolsos caíram espelhos, pentes, canetas, tocos de lápis, canivetes e outras miudezas que ele tirava dos civilizados. Tudo o que tinha lhe foi tirado, incluindo o calção imundo, presente dos homens do Pai Rondon. Os civilizados estavam excitados e batiam nele, batiam com força e ele gritava. Vomitava sangue e os beijos estavam partidos e inchados e mal podia abrir os olhos. Aconteceu então o pior. Os civilizados seguraram ele esticado no chão e colocaram os dois braços dele sobre um dormente. Um civilizado pegou um machado e decepou na altura do antebraço as suas mãos. Ele perdeu os sentidos e pensou que iria atravessar para outro lado e se preparou para encontrar seus antepassados. Os tocos de braços eram a única coisa a se mexer em seu corpo, como pescoços degolados de galinha, esguichando golfadas finas de sangue. Ele não viu o chefe dos brancos chegar correndo com outros homens armados. Não viu nada, e logo esperava encontrar seus antepassados e tentava encontrar uma boa maneira para contar a eles por que estava chegando do outro lado sem as mãos. (SOUZA, 1980, p. 85)

A passagem acima nos mostra a desproporção entre o “crime” e a punição, tanto exagerada no teor quanto covarde, tendo em vista o número de pessoas que brutalizaram um único homem, indefeso e desarmado. O ato de fúria daqueles trabalhadores pode ter sido potencializado pelas condições de vida adversas na selva, no entanto, a ironia do texto ao narrar que “Os *civilizados* seguraram ele...” (*op. cit.*, grifo nosso) aponta para várias questões. A primeira delas seria mesmo que qualquer ser humano sob circunstâncias desfavoráveis pode perder o seu “verniz” social e portar-se como aquilo que ele próprio considera selvagem. A segunda diz respeito a tratar-se de um indígena como antagonista, o “inferior”, o dispensável, o indefeso, o que torna os agressores inimputáveis, posto que todos compartilham do mesmo sentimento de desprezo e repulsa e, portanto, acobertam-se e se permitem descarregar toda frustração e irritação devida ao seu cotidiano extenuante num ato de violência que não lhes trará consequências.

Além disso, o sadismo que transparece no ato de amputar as mãos de Joe Caripuna soa como uma espécie de vingança contra a natureza que, naquele contexto, é desconhecida, feroz, cruel, impiedosa e, acima de tudo, indomável. A barbárie contra o indígena simboliza, portanto, a vingança do “estrangeiro” contra aquele indivíduo que, para ele, é a síntese da natureza que o maltrata e que ele não consegue dominar, à qual não consegue adaptar aos seus desejos e necessidades: é a Natureza materializada, naquele ato, em Joe Caripuna.

Outra ironia da narrativa é que, após a amputação de suas mãos, Joe Caripuna desenvolve a habilidade de tocar piano com os pés e se torna uma atração para os “civilizados”, os homens brancos, seus brutais algozes, que dizimaram todo o seu povo e tomaram suas terras. Com isso, Joe Caripuna torna-se uma atração, fonte de diversão, para aquela sociedade que renegou e levou seus ancestrais à ruína ao tirar suas terras e dizimou o seu povo.

En forma ideal, el exotismo es un relativismo, tanto como lo es el nacionalismo, pero de manera simetricamente opuesta: em ambos casos, lo eu se valora no es un contenido estable, sino un país y una cultura definidos exclusivamente merced a la relación que guardan con el observador. Es el país al que pertenezco, el que posee los valores más altos, cualesquiera que éstos sean, afirma el nacionalista; no, los posee un país cuya única característica pertinente es que no sea el mío, dirá aquel que professe el exotismo. Se trata, pues, em ambos casos, de un relativismo que em último instante há quedado atrapado por um juicio de valor (nosotros somos mejores que los otros; los otros son mejores que nosotros), pero em el que la definición de las entidades que se comparan, “nosotros” y “los otros”, permanece puramente relativa. (TODOROV, 2005, p. 305)

Para Todorov, tanto no exotismo como no nacionalismo o que é valorizado não é um conteúdo estável, mas um país e uma cultura definidos de acordo com a relação que eles têm com o observador. Dessa forma, em ambos os casos, temos um relativismo baseado num julgamento de valor no qual cremos que somos melhores que os outros; ou os outros são melhores do que nós, por possuírem cultura e costumes diferentes.

Nessa perspectiva, o fato de Caripuna aprender a tocar piano, e ainda, com os pés, metaforiza o brutal processo de supressão de sua identidade cultural e étnica, através da aquisição de uma habilidade considerada delicada e socialmente elegante até mesmo para a cultura urbana europeia. Ao amputarem suas mãos, seus agressores limitaram as condições de sobrevivência autônoma do indígena no seu ambiente original, forçando-o a viver entre eles, criando um contraste visível: na mesma medida que os ditos “civilizados” são capazes de praticar a barbárie, os “selvagens” podem atingir a

sublimidade através de uma habilidade típica do “Sujeito Ocidental” para poucos e, como se não bastasse, Joe Caripuna consegue fazer isso de forma inusitada, com os pés, o que denota, no plano da narrativa, uma primazia do indígena sobre o branco.

Nestes termos, mesmo que se possa afirmar que o personagem, de certa forma, perde a sua identidade a partir do momento que se destaca pelo ato de tocar piano, pode-se também observar sua capacidade de se reinventar, de reconstruir sua subjetividade e, portanto, sua identidade, o que nos remete às palavras de Tomás Tadeu da Silva:

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder. (SILVA, 2012, p. 96-97)

Com isso, pode-se afirmar que a identidade está sempre num processo de construção, que se dá a partir das novas vivências e aprendizados adquiridos no transcorrer de nossa existência, sendo muitas vezes modificada em virtude da necessidade de nos adaptarmos à realidade na qual estamos inseridos.

O fato de o homem olhar o mundo através de sua própria cultura “tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Tal tendência, denominada de etnocentrismo, é responsável em seus casos extremos pela ocorrência de numerosos conflitos sociais” (LARAIA, 1993, p. 75).

Dessa forma, Laraia (1993) nos mostra que essas crenças são o nascedouro de males como o racismo, a intolerância e outras formas de preconceito, bem como o ódio deles advindo, motivador de um sem-número de atos de violência. Infelizmente, ainda é comum a crença de que uma cultura seja “melhor”, “superior” ou “mais civilizada” do que outras, gerando desejos e atitudes que visam a dominação e/ou o extermínio de culturas consideradas inferiores por aquelas que se entendem como superiores.

Talvez por isso, “a história cultural da Amazônia, região que passou por longo período de grande isolamento até o início da década de 60, tem sido palco de conflitos de imagens e signos, em maior ou menor intensidade, no decorrer de sua peculiar história” (LOUREIRO, 2015, p. 91), como enfatiza Loureiro, o que foi bastante influenciado pelo ciclo da borracha também influenciou na cultura da região amazônica ao impor “signos

com repercussão fortemente ideologizante, reforçando o sentimento de inferioridade cultural nativo em face da cultura ‘de fora’ e a dependência dos modelos e das influências culturais europeias” (LOUREIRO, 2015, p. 92).

Ao contar a história da construção da ferrovia Madeira-Mamoré de forma ficcional, Márcio Souza também nos revela um pouco da cosmovisão do homem amazônico que permeia toda a cultura e a identidade dos povos que habitaram e habitam a região, proporcionando uma visão crítica sobre a imagem da Amazônia marcada pelo exotismo e tomada como “terra de ninguém”, o que denota, por si só, a noção de que suas culturas seriam inferiores à cultura ocidental.

Com isso, verificamos que, em *Mad Maria*, por meio do personagem Joe Caripuna e sua interação na narrativa, de certa forma, evidencia um pouco da violência cultural sofrida pelos povos da Amazônia e contribui para a desconstrução de uma visão estereotipada criada pelo olhar do Outro.

2. UM OLHAR SOBRE O IDEAL DE MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

No início era o Verbo, mas o Verbo era Deus, e o Homem. O silêncio é o comum das mulheres. E convém à sua posição secundária e subordinada.

(Michelle Perrot. *As mulheres ou os silêncios da história*, p. 9)

Na história das civilizações, mulheres e homens sempre desempenharam diferentes papéis sociais e a condição feminina foi construída de forma desigual em relação aos homens, que sempre tiveram mais liberdade e poder do que as mulheres. Estas, por muito tempo, foram silenciadas pelas sociedades, pelas religiões, pelos sistemas políticos e manuais de comportamento.

As famílias sempre educaram seus filhos de forma desigual, com isso são impostas, desde cedo, as diferenças de comportamento entre os sexos. Esse modo de pensar repercute na maneira como vemos e nos relacionamos com o outro, pois somos o resultado do meio cultural, político e social no qual vivemos.

Segundo Woodward (2004, p. 18), “todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído”. Nessa perspectiva, podemos dizer que as relações de poder presentes na sociedade interferem diretamente na nossa identidade, pois as ideias de opressão e desigualdade nos são ensinadas como se fossem algo normal e natural.

Apesar de todas as conquistas alcançadas, a representatividade feminina ainda se encontra arraigada nas antigas regras impostas pela sociedade. As mulheres têm que lutar contra inúmeros obstáculos para conquistar posições consideradas na sociedade como “naturalmente masculinas”, afirma Rago (2004, p. 486).

Segundo Rago, as mulheres deveriam servir ao lar e ao marido, a família desejava que a filha encontrasse “um ‘bom partido’ para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões” (2004, p. 487). Dessa forma, era negado às mulheres o direito de trabalhar fora de casa e exercer uma profissão que lhe traria independência financeira. Ao longo da história feminina, as

mulheres vêm sendo representadas como indivíduos dóceis, dependentes, submissos, vulneráveis e passivos, um modelo ideal de mulher desejado pelos homens e que persiste até hoje.

Segundo Perrot, os pensamentos e desejos que as mulheres despertavam nos homens eram constantemente condenados pela igreja, pois “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (2007, p.17). Dessa forma, todo o simbolismo em torno do corpo feminino se dá pela ideia de que “até mesmo o corpo da mulher amedronta. É preferível que esteja coberto de véus” (PERROT, 2007, p.17).

A partir do século XIX é que as mulheres começaram a frequentar e a se expressar em locais até então restritos à figura masculina. Pode-se dizer que esse silenciamento ainda persiste em várias culturas e determinadas religiões, que não permitem que as mulheres se expressem e se desenvolvam individualmente.

O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Silêncio das mulheres na igreja ou no templo; maior ainda na sinagoga ou na mesquita, onde elas não podem nem mesmo penetrar na hora das orações. Silêncio nas assembleias políticas povoadas de homens, que as tomam de assalto com sua eloquência masculina. Silêncio no espaço público onde sua intervenção coletiva é assimilada à histeria do grito e a uma atitude barulhenta demais como a da “vida fácil”. Silêncio, até mesmo na vida privada, quer se trate do salão do século 19 onde calou-se a conversação mais igualitária da elite das Luzes, afastada pelas obrigações mundanas, que ordenam que as mulheres evitem os assuntos mais quentes - a política em primeiro lugar - suscetíveis de perturbar a convivalidade, e que se limitem às conveniências da polidez. “Seja bela e cale a boca”, aconselha-se às moças casadoiras, para que evitem dizer bobagens ou cometer indiscrições. (PERROT, 2005, p. 9-10)

Dessa forma, compreendemos que o silêncio das mulheres foi corroborado durante muito tempo através da religião, sistemas políticos e manuais de comportamento, que atribuíam à figura feminina uma subordinação ao homem, detentor “da eloquência” por ser, na verdade, o detentor do direito à fala, sendo as mulheres obrigadas a obedecer e aceitar as regras impostas a elas, conformando-se com a posição de inferioridade e subordinação a um homem que legitime sua presença, bela e silenciosa, nos meios sociais.

Além do silêncio em relação à fala feminina, tem-se também o modo de se expressar, que deveria ser contido, sem gestos espalhafatosos para que não a confundissem com uma mulher de “vida fácil”. Segundo Perrot (2017), as representações do poder das mulheres é um tema ambíguo e atual, bem como um vasto campo de investigação histórica e antropológica: “Essas representações são numerosas e antigas,

mas muitas vezes recorrentes. Elas modulam a aula inaugural do Gênesis, que apresenta a potência sedutora da eterna Eva” (PERROT, 2017, p. 153).

Dessa forma, entende-se que as mulheres eram retratadas como detentoras do poder de sedução, uma ideia antiga imputada e difundida a partir da história bíblica da primeira mulher, o que deu origem a muitos estereótipos utilizados para caracterizar as mulheres, dentre os quais destacamos os de sedutora, que peca e induz ao pecado.

Esta ideia está fundada no mito bíblico segundo o qual Eva teria seduzido Adão e causado a expulsão de ambos do Éden, contrariando as leis divinas, primeiro sinal de que a desobediência por parte da mulher seria severamente punida. Essas interpretações em torno da figura feminina levaram à discriminação da mulher que não aceita esses preceitos, como também a aceitação e, em alguma medida, a valorização daquelas que cumprem o papel a elas imposto, de serem submissas aos homens, de acreditarem, de certa forma, que são inferiores a eles, que aceitam a culpa a elas imputada e tentam purgar o pecado.

A mulher, origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno da ordem e da razão lúcida, é um grande tema romântico, e, em particular, de Mozart a Richard Wagner, da ópera. Em Parsifal, a busca da “salvação consiste em exorcizar a ameaça que a mulher representa para o triunfo de uma ordem dos homens”. (PERROT, 2017, p. 153-154)

Ao afirmar que as mulheres se configuram como um “grande tema romântico” devido à relação instituída entre a sua figura e o “mal” e a “infelicidade, uma “potência noturna”, Perrot acaba por apontar os argumentos que eram usados (e ainda são) para manter as mulheres fora das esferas de decisão e de ação da sociedade, tendo em vista que o “noturno”, a “sombra”, são metáforas recorrentes para a falta de conhecimento, a soturnidade e a torpeza. Isso reforça o estereótipo da mulher ignorante, artilosa, que tende a promover intrigas e discórdia, usado para justificar a satanização e a necessidade de que seja tutorada por um homem que domine seus “instintos nefastos”.

O papel da mulher para muitas culturas se configura apenas como aquela que deve cuidar do lar e educar os filhos, sem direito a estudar e trabalhar fora do espaço doméstico. Perrot (2017), enfatiza que as mulheres não são exclusivamente forças do mal, mas são também potência civilizadora, um tema muito antigo que foi “reatualizado no século XIX pela insistência sobre a função educadora de uma criança revalorizada” (PERROT, 2017, p. 154), pois a educação dos filhos era responsabilidade das mulheres.

As mães possuem “os destinos do gênero humano”, escreve Louis-Aimé Martin numa obra com título significativo: *De l'éducation des mères de famille, ou de la civilisation du genre humain par les femmes* (Da educação das mães de família, ou da civilização do gênero humano pelas mulheres). A figura obcecante da Mãe tende a absorver todas as outras.

Mas então as mulheres não deteriam de fato a realidade do poder? “É um sexo que se chama frágil e no entanto exerce, seja sobre a família, seja sobre a sociedade, uma espécie de onipotência tanto para o bem como para o mal”, prega o Padre Mercier, cuja demonstração foi analisada magnificamente por Marcel Bernos. (PERROT, 2017, p. 154)

Dessa forma, as mães são tratadas, perante a sociedade em geral, como figuras resistentes em relação às outras mulheres, consideradas frágeis. Essa atribuição de resistência, para o bem e para o mal, às mães gera a dúvida de que as mulheres, na verdade, são detentoras do poder sobre a família e até mesmo sobre a sociedade.

O estereótipo de “boa moça” como aquela que se comporta de acordo com as regras da moral e dos bons costumes impostas pela sociedade ocidental e fortemente orientadas pelas religiões, sobretudo as de matriz judaico-cristã, vem sendo (re)construído e difundido ao longo dos séculos.

Este modelo de mulher, a “boa moça” é aquela que deve ser submissa ao homem, considerado dotado de maior força física e capacidade intelectual, detentor da racionalidade, do autocontrole e, portanto, capacitado para ser o elemento dominante do tecido social e o provedor material do grupo, o qual deve chefiar e a quem os demais elementos (mulheres, crianças e outros indivíduos em posição de subalternidade) devem obedecer sem questionar. No romance *Mad Maria*, o estereótipo de “boa moça” é atribuído a algumas das representações femininas presentes na obra, as quais buscam se adequar aos padrões impostos pela sociedade, procurando sempre manter o lar em perfeita harmonia, apesar de todos os problemas matrimoniais.

De acordo com os dogmas judaico-cristãos, eficiente e energicamente defendidos e difundidos pela Igreja católica por séculos, a figura masculina representa o Cristo nos lares e à mulher restou pagar pelo erro de “Eva, a primeira fêmea, que levou Adão ao pecado e tirou da humanidade futura a possibilidade de gozar da inocência paradisíaca. Já que a mulher partilhava da essência de Eva, tinha de ser permanentemente controlada” (ARAÚJO, 2004, p. 37),

Das leis do Estado e da Igreja, com frequência bastante duras, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, e à coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio

doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesásticas. A todo-poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina. O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e portanto cabia a ele exercer a autoridade. (ARAÚJO, 2004, p. 37)

Como se vê, sempre foi imposto à mulher um comportamento recatado, voltado para os cuidados com a família, sendo reprimida e repreendida qualquer manifestação da sua sexualidade e, se isso ocorresse, ela era tratada de forma discriminatória, sendo rechaçada e condenada a viver às margens da sociedade, devendo obediência e respeito ao homem.

As mulheres foram — e ainda são, em diversos contextos — educadas para serem recatadas e submissas às figuras masculinas, representadas pelo pai, irmãos e posteriormente o marido, ou seja, deveria ser subserviente ao chefe da família. Esse “adestramento da sexualidade, como parece claro, pressupunha o desvio dos sentidos pelo respeito ao pai, depois ao marido, além de uma educação dirigida exclusivamente para os afazeres domésticos” (ARAÚJO, 2004, p. 41),

O ideal do adestramento completo, definitivo, perfeito, jamais foi alcançado por inteiro. A Igreja bem que tentava domar os pensamentos e os sentimentos, muitas vezes até com algum sucesso, mas nem todo mundo aceitava passivamente tamanha interferência quando o fogo do desejo ardia pelo corpo ou quando as proibições passavam dos limites aceitáveis em determinadas circunstâncias. Contudo, parece que o normal era a introjeção, por parte das próprias mulheres, dos valores misóginos predominantes no meio social; introjeção imposta não só pela Igreja e pelo ambiente doméstico, mas também por diversos mecanismos informais de coerção, a exemplo da tagarelice de vizinhos, da aceitação em certos círculos, da imagem a ser mantida neste ou naquele ambiente etc. (ARAÚJO, 2004, p. 43)

A partir disso, podemos extrapolar o que Araújo coloca e afirmar que o controle da sexualidade feminina está relacionado, em grande medida, com o controle da descendência, tendo em vista que até muito pouco tempo, apenas a mulher poderia ter certeza da paternidade de seus filhos biológicos, o que pode representar uma fonte de poder muito potente.

Ao associar a prática do sexo, para as mulheres, com o pecado, a sujidade, a vulgaridade e a desonra, sendo uma “obrigação conjugal”, é lançado sobre os seus ombros um componente de vergonha que, de tão violento, sobrepuja a compreensão do poder que a concepção e a educação dos filhos poderiam lhes dar, ou seja, a ignorância histórica e o peso da “desonra” acabavam por garantir a descendência do varão e a reprodução dos padrões misóginos de educação pelas próprias mulheres.

Mary Del Priore (2004) destaca que nos primeiros tempos da colonização do Brasil, acreditava-se que as doenças eram uma advertência divina, Deus era considerado um pai irado e terrível, que “afligiria os corpos com mazelas, na expectativa de que seus filhos se redimissem dos pecados cometidos, salvando, assim, suas almas” (PRIORE, 2004, p. 66). Esse pensamento manipulador e preconceituoso que, mais uma vez, atribuiu às mulheres a responsabilidade pela “perdição” do homem e de seus descendentes, contribuiu bastante para uma visão ainda mais estereotipada em relação à figura feminina.

Os padres, pregadores e até mesmo médicos tratavam a enfermidade como um remédio salutar para os desregramentos do espírito, acreditando que “a doença nada mais era do que o justo castigo por infrações e infidelidades perpetradas pelos seres humanos”, enfatiza Priore,

Num cenário em que doença e culpa se misturavam, o corpo feminino era visto, tanto por pregadores da Igreja católica quanto por médicos, como um palco nebuloso e obscuro no qual Deus e Diabo se digladiavam. Qualquer doença, qualquer mazela que atacasse uma mulher, era interpretada como um indício da ira celestial contra pecados cometidos, ou então era diagnosticada como sinal demoníaco ou feitiço diabólico. Esse imaginário, que tornava o corpo um extrato do céu ou do inferno, constituía um saber que orientava a medicina e supria provisoriamente as lacunas de seus conhecimentos. (PRIORE, 2004, p. 66)

Assim sendo, a autora nos mostra que uma mulher doente era vista como uma pecadora que estava sendo castigada pelos pecados que cometeu, entretanto, essa doença também poderia ser vista como um sinal demoníaco e até mesmo um feitiço diabólico. Ela ainda destaca que fisiologistas e médicos estudavam anatomia e patologia procurando entender a natureza feminina, questionando os fins para os quais Deus teria criado a mulher e quais os princípios a que a natureza feminina obedeceria.

Dessa forma, entende-se que alguns estudos médicos contribuíram também para a criação de estereótipos em relação ao corpo e comportamento femininos, tendo em vista que “a medicina então praticada tinha por objetivo definir uma normalidade que exprimisse o destino biológico da mulher” (PRIORE, 2004, p. 66) e em virtude de todo um “atraso científico e de crença em poderes mágicos capazes de atacar a saúde é que argumentos e noções sobre o funcionamento do corpo da mulher foram fabricados”, destaca Priore (2004, p. 68).

Além de investir em conceitos que subestimavam o corpo feminino, a ciência médica passou a perseguir as mulheres que possuíam conhecimentos sobre como tratar do próprio corpo. Esse saber informal, transmitido de mãe para

filha, era necessário para a sobrevivência dos costumes e das tradições femininas. Conjurando os espíritos, curandeiras e benzedoras, com suas palavras e ervas mágicas, suas orações e adivinhações para afastar entidades malévolas, substituíam a falta de médicos e cirurgiões. Era também a crença na origem sobrenatural da doença que levava tais mulheres a recorrer a expedientes sobrenaturais; mas essa atitude acabou deixando-as na mira da Igreja, que as via como feiticeiras capazes de detectar e debelar as manifestações de Satã nos corpos adoentados. Isso mesmo quando elas estavam apenas substituindo os médicos, que não alcançavam os longínquos rincões da colônia. (PRIORE, 2004, p. 68)

Com isso, percebemos que tudo aquilo que está fora dos parâmetros conhecidos e de regras pré-estabelecidas é visto como ameaçador e tratado de forma preconceituosa por aqueles que detêm os conhecimentos e o poder, por isso as mulheres que procuravam tratar as doenças através de seus conhecimentos sobre as ervas “mágicas” foram perseguidas e massacradas, consideradas feiticeiras, adoradoras de Satã e queimadas em fogueiras, pois “acreditava-se, ainda, que essas doenças tinham conexão íntima com a presença do Demônio” (PRIORE, 2004, p. 68). Isso levava a crer que as mulheres enfermas, de certa forma, eram consideradas possuídas por forças malignas.

Vale ressaltar que a mulher melancólica também era vista pelos médicos como alguém que sofria de um “infernado incêndio” acompanhado de medo e tristeza, destaca Priore (2004). Embasados nas teorias de Galeno,⁴ acreditava-se que esse humor melancólico, de “cor negra”, era “obscurecido pelos vapores exalados do sangue menstrual, causador de alucinações espantosas”, também destaca Priore (2004, p. 68).

Acreditava-se que os humores do organismo (substâncias fluidas como o sangue, a bile e a linfa), responsáveis pelas funções vitais do corpo, quando combinados em proporções inconvenientes, provocavam doenças. Entre essas, a melancolia era a preferida de Lúcifer, que tinha aí, no entender do médico lusitano Bernardo Pereira, “sua casa”, “seu banho” e “seu assento”. (DEL PRIORE, 2004, p. 70)

A partir disso, a autora coloca que as fantasias, o desconhecimento da anatomia e da fisiologia do corpo feminino, abriram caminho “para que a ciência médica construísse um saber masculino e um discurso de desconfiança em relação à mulher” (2004, p. 70). Segundo ela, a misoginia desse período empurrava as mulheres para um território onde o

⁴ Galeno (129-216 EC) foi um médico grego, autor e filósofo, que trabalhou em Roma, e influenciou tanto a teoria médica como a prática até ao final do século XVII, escreveu centenas de trabalhos anatômicos, fisiológicos, farmacêuticos e terapêuticos. Seguiu as ideias apresentadas pelo médico e teórico grego Hipócrates (460-370 AEC) – a teoria hipocrática dos quatro humores constitui o corpo humano a partir de quatro fluidos: sangue, fleuma, bile amarela e bile negra; sendo o equilíbrio entre esses quatro humores o responsável pela saúde. (WASSON, 2019).

controle era exercido pelo médico, pai ou marido, que acreditavam na concepção e na gravidez como remédio para todos os problemas femininos, considerando-se que o principal papel da mulher na sociedade consistia tão somente em promover o bem-estar da família e sua educação era voltada para servir ao lar e ao marido: “E, uma vez que o macho era a ‘causa eficiente’ da vida na compreensão de Aristóteles, o homem ocupava lugar essencial na saúde da mulher, dele dependendo, exclusivamente, a procriação” (PRIORE, 2004, p. 70).

Pobre ou rica, a mulher possuía, porém, um papel: fazer o trabalho de base para todo o edifício familiar – educar os filhos segundo os preceitos cristãos, ensinar-lhes as primeiras letras e atividades, cuidar do sustento e da saúde física e espiritual deles, obedecer e ajudar o marido. Ser, enfim, a “santa mãezinha”. Se não o fizesse, seria confundida com um “diabo doméstico”. Afinal, sermões difundiam a ideia de que a mulher podia ser perigosa, mentirosa e falsa como uma serpente. Pois ela não havia conversado com uma no paraíso? O modelo ideal era Nossa Senhora. Modelo de pudor, severidade e castidade. A soma dessa tradição portuguesa com a colonização agrária e escravista resultou no chamado patriarcalismo brasileiro. Era ele que garantia a união entre parentes, a obediência dos escravos e a influência política de um grupo familiar sobre os demais. Tratava-se de uma grande família reunida em torno de um chefe, pai e senhor forte e temido, que impunha sua lei e ordem nos domínios que lhe pertenciam. Sob essa lei, a mulher tinha de se curvar. (DEL PRIORE, 2013, p. 10)

A autora destaca que o patriarcalismo brasileiro se deu como resultado de toda uma tradição portuguesa de atribuir à mulher, não importando a sua classe social, a responsabilidade de educar os filhos com base nos preceitos cristãos estipulados pela Igreja Católica. Dessa forma, a religião toma um lugar central na estrutura familiar, exercendo controle sobre a mulher, que precisava seguir um rígido código de comportamento, que incluía a presença frequente nos rituais, a confissão e envolvimento nas atividades da Igreja, que coibia as “más atitudes” pela via da vergonha e do medo das consequências, enquanto ao homem eram feitas “concessões” sobre o mesmo código de comportamento, justificadas pela “natureza” masculina, argumento que as mulheres eram obrigadas a aceitar cegamente e caladas sob pena de “caírem em desgraça”.

Priore (2013) destaca ainda que na família patriarcal além do pai, mãe e filhos eram inclusos os parentes, os filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, empregados, amigos, padrinhos, madrinhas, agregados e escravos, todos unidos por laços de dependência e/ou de solidariedade.

A Igreja católica explorou as relações de dominação que presidiam o encontro de homem e mulher dentro de casa, incentivando a última a ser exemplarmente

submissa. A relação de poder já implícita na escravidão se reproduzia nas relações mais íntimas entre marido e mulher, condenando esta a ser uma escrava doméstica, cuja existência se justificasse em cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa, servir ao chefe de família com sexo, dando-lhe filhos que assegurassem sua descendência e servindo como modelo para a sociedade com que sonhava a Igreja. (PRIORE, 2013, p.10)

Nesse sentido, podemos afirmar que a Igreja teve uma grande contribuição na criação das relações de poder que existem entre homens e mulheres, principalmente dentro dos lares, como também no incentivo à submissão e subordinação das mulheres aos homens, o que, de certa forma, condenou as mulheres à escravidão doméstica, pois só as casadas eram dignas de respeito, sendo a submissão feminina parte do contrato do casamento.

Com isso, a mulher era obrigada a ser obediente e submissa aos caprichos do marido, devendo cuidar da casa e dos filhos, para que assim tivesse “um nome”, “um lar” e fosse respeitada perante a sociedade, pois as convenções sociais sempre determinaram que, para a mulher ter um lugar de respeito no meio social, era necessária uma figura masculina, representada pelo pai inicialmente e após o casamento, o marido. As meninas desde cedo eram educadas e preparadas para o casamento, deviam ser sempre obedientes ao pai e ao marido.

A ideologia do patriarcado é que alicerça a dominação masculina, através dos ideais que nos foram ensinados pela família, pela religião, pela escola e até mesmo pelas leis que caracterizam a mulher como inferior ao homem e que estabeleceram que o trabalho doméstico deve ser feito apenas pelas mulheres sem nenhuma remuneração, sendo responsabilidade apenas da esposa cuidar do lar.

A criação do patriarcado tem sua origem na família patriarcal, que determinava os papéis e o comportamento adequados a ambos os sexos, de acordo com seus valores, seus costumes, suas leis e seus papéis sociais.

A sexualidade das mulheres, consistindo de suas capacidades e seus serviços reprodutivos e sexuais, foi modificada ainda antes da criação da civilização ocidental. O desenvolvimento da agricultura no Período Neolítico fomentou a “troca de mulheres” intertribal não apenas como um meio de evitar os incessantes conflitos travados pelas alianças de consolidação do casamento, mas também porque sociedades com mais mulheres poderiam produzir mais filhos. Ao contrário das necessidades econômicas das sociedades de caçadores-coletores, agricultores poderiam usar o trabalho de crianças para aumentar a produção e acumular excedentes. “Homens como grupo” tinham direitos sobre as mulheres que as “mulheres como grupo” não tinham sobre os homens. (LERNER, 2019, p. 291)

Dessa forma, compreendemos que a submissão feminina vem desde os primórdios da civilização, e que os homens tiveram e têm mais direitos que as mulheres, além disso podemos afirmar que eles sempre procuraram, de alguma forma, subjugar-las, escravizá-las e tratá-las como um produto que poderia ser adquirido para satisfazer seus desejos ou como moeda de troca entre as famílias, que vendiam suas filhas para adquirir mais recursos.

O processo de criação de símbolos a partir do desenvolvimento do monoteísmo no Livro do Gênesis, fortaleceu e afirmou o patriarcado, como também contribuiu para a marginalização das mulheres, uma vez que as definiu sendo, essencialmente, criaturas diferentes dos homens, e sua sexualidade foi redefinida “como benéfica e redentora apenas dentro dos limites da dominação patriarcal; e, por fim, o reconhecimento de que foram excluídas de poder representar o princípio divino por si próprias” (LERNER, 2019, p. 273-274).

O peso da narrativa bíblica pareceu decretar que, pela vontade de Deus, as mulheres eram incluídas em Sua aliança apenas pela mediação de homens. Este é o momento histórico da morte da Deusa-Mãe e sua substituição pelo Deus-Pai e a Mãe metafórica sob o patriarcado. (LERNER, 2019, p. 274)

Assim sendo, percebemos que a interpretação do Livro do Gênesis foi um acidente trágico para a história das mulheres e contribuiu para que fosse difundida e fortalecida a doutrina do patriarcado, que discrimina e marginaliza a figura feminina. Para Aristóteles a matéria é menos importante que o espírito, atribuindo três das quatro causas da origem da vida humana à contribuição masculina para a procriação, o esperma, restando à mulher a quarta e última, a material, considerada menos importante.

Aristóteles acreditava que o sangue mais frio da mulher não permitia que seu sangue concluísse a transformação necessária em esperma. É válido observar como, em cada ponto de seu sistema explicativo, acontece de a doação ou contribuição da mulher ser inferior à do homem. Ele também propõe que o homem seja ativo e que a mulher seja passiva: Se, então, o homem representa o efetivo e o ativo, e a mulher, considerada mulher, representa o passivo, conseqüentemente, a contribuição da mulher para o sêmen do homem não é sêmen, mas um material que será trabalhado pelo sêmen. Isso é apenas o que achamos ser o caso, pois catamenia tem, por natureza, afinidade com a matéria primitiva. (LERNER, 2019, 283)

Dessa forma, a autora nos mostra que Aristóteles elaborou uma diferença entre homens e mulheres: caracterizou os homens como sexo ativo e as mulheres como sexo passivo, o que acaba servindo como simbologia do fato de o óvulo ficar “parado”

aguardando a fecundação pelo espermatozoide, que “corre” e compete com outros para atingir seu objetivo. Com isso, corroborou para reforçar a ideia de inferioridade feminina, enaltecendo o homem como superior e criador de uma alma sensível, sendo a mulher responsável apenas pela matéria, por parir um corpo para executar o projeto e plano de outro, mas o produto de seu parto não lhe pertence. Na visão de Aristóteles, o homem não pare, mas trabalha; já a mulher fornece pouco material para o processo de procriação, é considerada destituída de alma e por isso deve ser dominada pelo homem.

Conforme Lerner (2019), a explicação de Aristóteles incorporou o conceito patriarcal de gênero de inferioridade das mulheres, tornando-o incontestável, pois, durante séculos, as explicações científicas e as definições de classe e propriedade privada foram debatidas a partir do pensamento de Aristóteles, que consistia na supremacia e na dominância masculina.

No Livro V de A República, Platão – na voz de Sócrates – determina as condições para o treinamento dos guardiões, seu grupo de liderança de elite. Sócrates propõe que as mulheres tenham a mesma oportunidade que os homens de receber treinamento de guardiães. Em apoio, ele faz uma forte declaração contra a discriminação baseada em diferenças sexuais: [...] se a diferença [entre homens e mulheres] está apenas no fato de mulheres gerarem filhos e homens procriarem, isso não é prova de que uma mulher é diferente de um homem em relação ao tipo de educação que deve receber; e portanto continuaremos afirmando que nossos guardiões e suas esposas devem realizar as mesmas atividades. (LERNER, 2019, p. 288)

Com isso, destacamos que a ideologia de Sócrates é contrária a discriminação das diferenças sexuais proposta por Aristóteles, pois para Sócrates é necessário que homens e mulheres tenham o mesmo modo de vida, com os mesmos direitos, com a mesma educação, devendo a mulher também ter o direito de ser uma guardiã, assim como os homens e não apenas dedicar-se aos cuidados da casa e dos filhos.

Vale ressaltar que as responsabilidades e obrigações de homens e mulheres, na família patriarcal, são distribuídas de forma diferente, uma vez que a subordinação do homem ao pai é temporária, dura até ele se casar e se tornar responsável; ao contrário das mulheres que podem durar a vida toda, pois com o casamento, a mulher passará a ser “protegida” por outro homem, o marido: “A base do paternalismo é um contrato de troca não escrito: sustento econômico e proteção oferecidos pelo homem pela subordinação em todos os campos, serviço sexual e trabalho doméstico não remunerado oferecido pela mulher” (LERNER, 2019, p. 298).

Conforme Lerner (2019, p. 301), o homem é visto “como norma e a mulher como desvio; o homem como completo e poderoso, a mulher como inacabada, mutilada e sem autonomia”. Os homens procuraram explicar o mundo de acordo com seus próprios termos e definem as questões importantes se colocando no centro do discurso, apropriando-se e depois transformando os principais símbolos de poder feminino – o poder da Deusa-Mãe e as deusas da fertilidade. Além disso construíram teologias baseadas na metáfora contrafactual da procriação e redefiniram a existência feminina de maneira restrita e sexualmente dependente, tudo isso pautado nos ideias da filosofia grega, das teologias judaico-cristãs e da tradição legal sobre a qual a civilização ocidental foi construída.

Lerner destaca ainda que o “mito de que as mulheres estão à margem da criação da história e da civilização afetou de forma profunda a psicologia de mulheres e homens” (2019, p. 303), com isso se difundiu uma visão distorcida e essencialmente errônea do lugar da mulher na sociedade humana e no universo.

O mais difícil de tudo foi a aparente ausência de uma tradição que reafirmasse a independência e a autonomia das mulheres. Parecia nunca ter existido nenhuma mulher ou grupo de mulheres que viveu sem a proteção masculina. É significativo que todos os exemplos contrários consideráveis se manifestassem por meio de mitos e fábulas: amazonas, matadoras de dragões, mulheres com poderes mágicos. Mas, na vida real, as mulheres não tinham história – assim aprenderam e assim acreditaram. E, por não terem história, não tinham alternativas de futuro. De certo modo, a luta de classes pode ser descrita como uma luta pelo controle dos sistemas de símbolos de determinada sociedade. (LERNER, 2019, p. 303-304)

Dessa forma, podemos afirmar que as mulheres foram negligenciadas e discriminadas ao longo da história, sendo colocadas sempre à margem em relação à figura masculina, apresentadas na maioria das vezes de forma negativa, sem nenhum feito heroico, sem destaque e relevância para a história da civilização, sua única serventia era a de casar-se, procriar e cuidar dos filhos e do lar.

A negação de uma história às mulheres corroborou para que a ideologia do patriarcado fosse acatada, com isso a noção de valor próprio da mulher se enfraqueceu e “a versão masculina da história, legitimada como a ‘verdade universal’, apresentou as mulheres como marginais à civilização e como vítimas do processo histórico” (LERNER, 2019, p. 305).

As mulheres se casavam com um homem escolhido por seus pais, na maioria das vezes esse casamento servia para estreitar as relações econômicas entre as famílias e o

casamento era aceito pelo medo de ficar solteirona e ter que cuidar dos sobrinhos, ou seja, “ficar para titia” e, o que era pior, sem garantia de sustento. Entretanto, no século XIX a estrutura da sociedade sofreu importantes modificações, que fizeram com que a mulher fosse ganhando mais espaço, mais direitos de interagir no meio social.

Para D’Incao (2004) a sociedade brasileira no século XIX sofreu grandes transformações, dentre as quais a consolidação do capitalismo, desenvolvimento da vida urbana com novas alternativas de convivência social, ascensão da burguesia e “surgimento de uma nova mentalidade – burguesa – reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor” (D’Incao, 2004, p. 187), acrescentando que

Presenciamos ainda nesse período o nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível. Verdadeiros emblemas desse mundo relativamente fechado, a boa reputação financeira e a articulação com a parentela como forma de proteção ao mundo externo também marcaram o processo de urbanização do país. (D’Incao, 2004, p. 187).

Dessa forma, a autora nos mostra que o nascimento de uma nova mulher no século XIX se deu a partir das transformações pelas quais a sociedade passou, que foram abrindo caminho para novos conceitos em relação ao papel feminino e sua contribuição no meio social, uma vez que a mulher era educada apenas para ser a responsável pelos cuidados da família e do lar, sendo o homem o senhor de tudo e todos.

Para D’Incao, “a chamada família patriarcal brasileira, comandada pelo pai detentor de enorme poder sobre seus dependentes, agregados e escravos, habitava a casa-grande e dominava a senzala” (2004, p. 187). Esse modelo “ideal” de família defendido pelo patriarcado, no qual o homem é considerado chefe do lar e detentor do poder supremo sobre todos, vigorou ao longo dos anos e ainda existe, de forma mais evidente ou mais velada, em diferentes culturas pelo mundo.

D’Incao (2004) também destaca que os relatos dos cronistas, viajantes e historiadores desse período mostram que a menina ou a mulher candidata ao casamento é extremamente bem cuidada e trancafiada nas casas. “Todavia, essa rigidez pode ser vista como o único mecanismo existente para a manutenção do sistema de casamento, que envolvia a um só tempo aliança política e econômica” (D’Incao, 2004, p. 96).

Em outras palavras, nos casamentos das classes altas, a respeito dos quais temos documentos e informações, a virgindade feminina era um requisito fundamental. Independentemente de ter sido ou não praticada como um valor ético propriamente dito, a virgindade funcionava como um dispositivo para manter o status da noiva como objeto de valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança de propriedade que garantia linhagem da parentela. (D'Incao, 2004, p. 96).

Dessa maneira, percebemos que a virgindade era imposta como um requisito essencial de virtude e pureza, características essenciais da mulher ideal para o casamento, que cuidaria do lar e educaria bem os filhos, ao contrário da impura, que era vista de forma preconceituosa pela sociedade e que poderia trazer vergonha e desgraça ao marido. Essa ideia de a mulher virgem ser ideal para o casamento ainda persiste em muitas culturas, que atribuem ao símbolo da virgindade feminina a virtude e a decência.

O papel da mulher no século XIX era o de ser mãe, com a incumbência de cuidar da família, do lar e educar os filhos e se recusasse a assumir esse papel predestinado pela sociedade patriarcal passava a ser considerada como uma força do mal, a mulher era considerada desvirtuosa e passava a levar uma vida marginalizada, pelo fato de não se adequar às regras que lhe eram impostas.

Nessa época, as mulheres tinham sua participação na sociedade limitada, eram impossibilitadas de ocupar cargos públicos e impedidas de ter acesso à educação superior, como afirma Telles (2004). Dessa forma, seu papel era restrito aos cuidados destinados aos filhos e à organização da casa, devendo ser obediente e submissa ao marido, considerado o único provedor do lar.

Além de ter sua participação crítica e efetiva na sociedade tolhida, também era impossibilitada de ter seus próprios proventos, sendo obrigada a ser tola, para que assim se adequasse ao modelo ideal: quanto mais tola, mais fácil de dominar e controlar. Entretanto, a partir da Revolução Industrial, as reivindicações femininas começaram a se fundamentar em argumentos econômicos, que abalaram toda a estrutura patriarcal dominante, criando condições para o desenvolvimento dos movimentos de igualdade social, política e econômica, a partir de ideias democráticas, destaca Zinani (2013).

Assim sendo, a dominação tradicional está pautada na crença na santidade das ordenações advindas de tempos imemoriais e o seu protótipo é a dominação patriarcal, que “se legitima tanto pela força da tradição que demarca o conteúdo dos ordenamentos como pelo livre-arbítrio de seu senhor” (ZINANI, 2013, p. 67). Ela enfatiza que a

dominação patriarcal se constitui pelas associações de caráter comunitário, regidas pelo “senhor” e obedecidas pelos “súditos”. Esse “poder do patriarca alicerça-se na ideia arraigada nos dominados de que essa dominação é um direito próprio e tradicional do dominador e que se exerce no interesse deles próprios” (2013, p. 67-68).

Através do casamento é que a mulher podia consolidar sua posição social, garantir estabilidade ou prosperidade econômica, destaca Saffioti (2013) “A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento” (SAFFIOTI, 2013, p. 63). De acordo com as regras das sociedades de família patriarcal, a existência da mulher dependia do homem, sendo considerada incapaz de se manter economicamente e obrigada a obedecer ao marido, devendo ser sempre submissa e passiva.

Algumas expressões que se costumavam usar — e ainda são usadas, com menos frequência — sobre o casamento era que o futuro marido “daria um nome” à mulher e/ou que faria dela uma “mulher honesta”, ou seja, sem o casamento, a “honestidade” da mulher poderia sempre ser questionada e ela não teria um nome, ou seja, não teria a marca da identidade do marido sobre a sua própria, tendo em vista que a identidade advinda do nome paterno, no caso das filhas, deveria ser provisória, pois o que passa para os descendentes é o nome do homem, então, as mulheres deveriam ter os filhos que dariam seguimento à linhagem do marido, enquanto os filhos homens dariam continuidade à linhagem de seus pais.

Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família. (SAFFIOTI, 2013, p. 63)

Nesse sentido, podemos afirmar que a ideia de superioridade do homem, protetor da mulher, considerada frágil, obrigada a ser submissa e cuidadora do lar, contribuiu bastante para os estereótipos criados para definir as mulheres. Essa tradição de submissão das mulheres em relação aos homens evidencia a desigualdade de direitos entre os sexos, visto que a mulher sempre foi tratada em todas as esferas – de trabalho e de vida – como um indivíduo menor e incapaz, necessitando sempre da tutela de um homem. Assim, “A dominação do homem sobre a mulher não mistifica a consciência masculina” (SAFFIOTI, 2013, p. 123). O domínio masculino em relação às mulheres beneficia, de certa forma, os

interesses daqueles que detêm o poder econômico e os homens são os responsáveis pela marginalização das mulheres.

Saffioti também destaca que “se procurou e procura destruir os preconceitos que até hoje tornam a mulher socialmente inferior ao homem e, sobretudo, se cuidou e cuida ainda de desenvolver nos homens atitudes favoráveis ao trabalho feminino remunerado” (2013, p. 191). Em virtude desses preconceitos é que até hoje, muitas profissões consideradas próprias das mulheres ainda apresentam remuneração inferior a outras em que predomina a presença masculina.

Segundo Tedeschi, desde a Antiguidade que vários discursos vêm construindo a desigualdade de gêneros de forma “natural e legitimando as diferenças entre os homens e as mulheres, construindo um sujeito com uma identidade determinada, impondo através das relações de poder verdades sobre ele” (2012, p. 15).

Esses discursos integraram-se às práticas sociais que passaram a determinar a vida das mulheres. A história do corpo feminino é contada pelo olhar masculino, estabelecendo, através dos discursos, uma “natureza feminina”, voltada unicamente para a maternidade e a reprodução. Abordar a construção dessas representações é revelar o imaginário masculino presente, impregnado, refletido na cultura. Tradicionalmente se empregam argumentos extraídos da natureza, da religião, do político para legitimar a subordinação feminina. (TEDESCHI, 2012, p. 15)

Dessa maneira, o autor nos mostra que a história do corpo feminino vem sendo contada apenas pelo olhar do homem e que os discursos sobre as mulheres já fazem parte das práticas sociais, além de estabelecer e legitimar ao longo do tempo uma natureza feminina subordinada ao homem com base nos argumentos pautados na natureza, religião e política. Para o autor, as mulheres sempre foram representadas como sendo portadoras de poderes, que se restringem ao campo da vida privada, cujo significado sempre esteve associado aos seus atributos biológicos.

Nesse sentido, o olhar do homem apresenta “as mulheres como criaturas irracionais, sem pensar próprio, pouco criativas, sem espírito estético, dependentes do seu corpo, portanto, necessitavam devido a sua natureza, ser submissas e controladas pelos homens” (TEDESCHI, 2012, p. 45)

Para Duarte (2015), o processo que culminou na emancipação feminina teve início ainda no primeiro reinado, a partir da instituição das academias e valorização das letras no Brasil, sendo que, nos primeiros decênios do século XIX, surgiram importantes alterações na estrutura da sociedade: “Pouco a pouco, a mulher foi ganhando direitos

através da inovação nos costumes e a urbanização da vida brasileira” (DUARTE, 2015, p. 103). A partir dos direitos adquiridos é que as mulheres começaram a modificar o tipo de vida que levavam de dedicação exclusiva à casa e à família, adquirindo, por exemplo, o direito de estudar e trabalhar fora.

Dessa maneira, o surgimento dos folhetins de romances e aventuras, a que as mulheres e a sociedade em geral começaram a ter acesso, fez com que novos horizontes se abrissem, contribuindo assim para uma mudança de comportamento e para o surgimento de novas perspectivas em relação ao papel feminino no meio social. Com isso, a mulher começou a deixar de ser submissa e “até mesmo a devoção religiosa é menor do que antes, tomadas que elas se encontram pelas leituras dos romances de amor e de aventuras” (DUARTE, 2015, p. 103).

Sobre o universo da mulher brasileira pode-se afirmar que era um dos mais restritos, pois “se afina bastante à sociedade em que vive. Ilustrada na maioria dos casos, a mulher brasileira faz parte de um mundo para o qual o livro, a leitura e a alta cultura não parecem ter maior significado” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 245-246).

Nesse sentido, a educação foi bastante significativa para a formação feminina, com isso as mulheres leitoras tiveram seu pensamento aguçado, entretanto, continuaram sendo preparadas para cuidar do lar, dos filhos e do marido, sendo a leitura fiscalizada pela família, como forma de não desvirtuar seus pensamentos.

Woolf (2013), destaca que até o início do século XIX, a mulher de renome era aristocrata, uma grande dama que comandava, escrevia cartas e tinha uma certa influência política. Nesse período, “entre a imensa classe média, poucas mulheres alcançaram posições de destaque, e essa condição social anódina não atraía a mesma atenção que se dava aos esplendores dos ricos e às misérias dos pobres” (2013, p. 28), mas a maioria delas continuava casando-se, criando filhos, numa monótona obscuridade, destaca Woolf.

... até que finalmente começamos a imaginar se não havia algo na própria condição delas – a idade com que se casavam, o número de filhos que tinham, a privacidade que lhes era negada, as rendas que não possuíam, as convenções que as sufocavam, a educação que nunca recebiam – tão marcante que a classe média, o grande reservatório de onde extraímos nossos homens ilustres, só trouxe à cena um número singularmente reduzido de mulheres capazes de ladeá-los. (WOOLF, 2013, p. 28)

Dessa forma, podemos afirmar que foi a partir da primeira metade do século XIX que se começou definitivamente a questionar sobre a condição das mulheres no meio

social, como a idade do casamento, a quantidade de filhos, a privacidade que não tinham, a renda que também não possuíam, a educação que não recebiam e todas aquelas convenções que as sufocavam. Com isso, elas começaram a reivindicar o seu espaço de direito no meio social, buscando mais representatividades nas decisões políticas e familiares.

Para Woolf “o opressivo e sufocante era o que podemos chamar de educação negativa, que decreta não o que se pode fazer, e sim o que não se pode fazer” (2013, p. 28). Vale ressaltar que essa educação negativa era uma estratégia que buscava convencer a mulher de que era mais viável permanecer recatada e reclusa do que fazer e ter as mesmas atitudes atribuídas especificamente aos homens, pregando a ideia de que elas poderiam fazer todo o resto, como se este fosse o ideal para elas, quando na verdade não passava de uma imposição discriminatória da sociedade, de uma forma de opressão às mulheres decretada pela visão do patriarcado.

O início do século XX foi marcado pelo fim da excitação que a mão enluvada provocava, como também os cabelos com véus e chapéus; pés recobertos com sapatos finos; “corpo submerso por toneladas de tecidos, só despido por ocasião de bailes, quando os decotes revelavam o verdadeiro desenho de pescoços e ombros”, destaca Priore (2011, p. 76).

A partir das mudanças políticas, sociais e culturais que chegaram depois da República, o que os homens – pelo menos na elite – passaram a desejar não era mais a mulher elegante, dona de um corpo-ampulheta, verdadeira construção erguida com a ajuda de espartilhos e anquinhas, projetando seios e nádegas. Não mais a Cinderela, senhora de um pezinho minúsculo, capaz de condensar fantasias sexuais. Por sua vez, as mulheres começaram a abandonar a couraça que as tinha simbolicamente protegido do desejo masculino. Desejo alimentado pela voluptuosidade da espera, do mistério, do jogo de esconde-esconde que elas traduziam com seus corpos. (DEL PRIORE, 2011, p. 76)

Dessa maneira, vimos que as transformações em relação ao comportamento feminino, a partir do século XX, teve início com o abandono gradual da indumentária usada pelas mulheres da época. Todo o excesso de roupas representava, simbolicamente, proteção em relação aos desejos masculinos e uma forma de garantir o controle social exercido sobre as mulheres através das vestimentas pesadas e “confinantes” e, ao mesmo tempo, alimentava a imaginação erótica masculina através do mistério, que “apimentava” a espera pelo casamento.

O abandono das vestimentas que cobriam as mulheres da cabeça aos pés e o surgimento de novas tendências da moda europeia possibilitou que algumas partes do corpo ficassem à mostra. Com isso, homens e mulheres passaram a exibir sua forma física nos espaços públicos de lazer, dando origem a um novo modelo de vida para ambos os sexos. Dessa forma, “o corpo deixou de ter um papel secundário e ganhou em animação, em movimento” (PRIORE, 2011, p. 76),

Ora, a mulher sempre foi, se não a escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições, e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*. Em quase nenhum país seu estatuto legal é idêntico ao do homem, e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. (BEAUVOIR, 2019, p. 17)

Assim sendo, Simone Beauvoir destaca a desigualdade existente entre o homem e a mulher, que sempre esteve em desvantagem. Apesar de todas as conquistas alcançadas pelas mulheres ainda existe muita desvantagem na família ou no trabalho, uma vez que no seio familiar, na maioria das famílias, as meninas ainda são criadas para serem recatadas e obedientes, educadas para servir ao pai, irmão ou marido; enquanto os meninos são criados de maneira mais liberal, além disso o mercado de trabalho, muitas das vezes, oferece privilégios aos homens que não oferece às mulheres.

Beauvoir afirma também que “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (2019, p. 13). A autora destaca as diferenças entre mulheres e homens, enfatizando que este é considerado indivíduo essencial, o agente, enquanto aquela é vista e tratada como indivíduo paciente o que não é “ele”, é “o outro”, a falta, incapaz de se sobressair diante da figura majestosa do Sujeito essencial — o homem — sendo a mulher sempre definida como ser inessencial perante a sociedade.

Beauvoir (2019, p. 95), enfatiza que “o mundo sempre pertenceu aos machos”, essa afirmação, embora verdadeira, nos causa repulsa, pelo fato de menosprezar a mulher perante o mundo e presumi-la inferior ao homem, proclamado como soberano de tudo e de todos. A história mostra que os homens vêm sendo os detentores do poder concreto e, desde o início do patriarcado, decidiram manter a mulher em estado de dependência, “seus

códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro” (BEAUVOIR, 2019, p. 199).

O meio social sempre atribuiu diversos predicados para caracterizar a mulher ideal, associado ao instinto materno, sua “natureza”. Segundo Beauvoir, “o homem procura na mulher o Outro como Natureza e como seu semelhante” (2019, p.199), explorando-a, entretanto ela o esmaga, pois ele nasce e morre dela.

Os processos de modernização do século XX fizeram com que as mulheres de classes mais altas tivessem um bom preparo para o casamento e uma boa educação, além das preocupações com a estética, moda e casa, restando “às mulheres pobres e miseráveis, as fábricas, os escritórios comerciais, os serviços em lojas, nas casas elegantes ou na Companhia Telefônica, apareciam como alternativas possíveis e necessárias” (RAGO, 1987, p.63). Percebemos, pois, que as mulheres que pertenciam a um nível social mais abastado tinham sua vida restrita ao lar e à família, enquanto aquelas que pertenciam a classes mais pobres precisavam trabalhar fora para ajudar o marido no sustento da família, o que não as eximia da obediência ao marido e tampouco das tarefas domésticas, que permaneceram sendo de sua exclusiva responsabilidade.

Para Butler (2020), o próprio sujeito das mulheres não será mais compreendido em termos estáveis ou permanentes, pois os domínios da “representação” política e linguística vão estabelecer *a priori* o critério como os próprios sujeitos serão formados, “com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida” (BUTLER, 2020, p. 18).

O poder jurídico “produz” inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente, a política tem que se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva. Com efeito, a lei produz e depois oculta a noção de “sujeito perante a lei”, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subsequentemente, a própria hegemonia reguladora da lei. Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação. (BUTLER, 2020, p.19-20)

A partir do que nos mostra a autora, podemos afirmar que é necessário conhecer e compreender toda a luta por trás do empoderamento feminino, as leis que legitimaram os direitos femininos, como também todo o processo de exclusão, pois não basta apenas indagar como a mulher pode ter uma maior representatividade na linguagem e na política

se ela continuar sendo reprimida pelas mesmas estruturas de poder das quais procura se libertar.

A urgência de um feminismo no sentido de conferir um status universal ao patriarcado “motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres”, enfatiza Butler (2020, p. 22).

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade. (BUTLER, 2020, p.22)

Dessa forma, a crítica apresentada, por Butler, em relação à ideia de fragmentação, da noção binária de masculino/feminino reforça ainda mais a ideia de exclusão e de submissão feminina e enfatiza a supremacia masculina. E esses domínios de exclusão salientam as consequências reguladoras e coercitivas dessa construção do sujeito feminino, mesmo ela sendo elaborada com fins emancipatórios, ainda destaca Butler (2020).

Sobre a divisão dos sexos, Bourdier (2019) destaca que essa experiência parece estar “na ordem das coisas”, sendo considerada como natural e evidente, adquirindo dessa maneira um reconhecimento de legitimação, que está “presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas ‘sexuadas’)” (BOURDIER, 2019, p. 22).

Dessa forma, apesar de todas as transformações socioculturais, algumas mulheres ainda acreditam que a sua natureza comum consiste apenas em gerar filhos e construir uma família nos moldes pré-estabelecidos pela sociedade, sem direito a fazer nenhum tipo de questionamento.

Para Bourdier (2019, p. 24), a força de ordem masculina se torna evidente porque a visão androcêntrica imposta como neutra não tem “necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la”. Nesse sentido, “a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se

alicerça”, enfatiza ainda Bourdier (2019, p. 24). Assim sendo, é imprescindível compreender o papel social que cada indivíduo representa na sociedade a partir da sua classe social, da religião, da divisão do trabalho, do grau de instrução.

Daí a importância de se conhecer o papel da mulher na narrativa *Mad Maria*, visto que a realidade das mulheres que viveram nos séculos passados contrasta com a independência e autonomia das mulheres de hoje e que a arte literária tem sido, ao longo do tempo, uma fonte importante de observação do pensamento e de costumes das sociedades que a produzem.

Neste sentido, tomando como base o papel social e histórico da literatura, evidencia-se a importância de se analisar o papel feminino retratado na obra *Mad Maria* (1980) como forma de compreender os comportamentos passivos e submissos das mulheres no passado em relação com o presente, pois, a imagem feminina, criada a partir de um modelo estético presente no Romantismo, ainda pode ser encontrada em diversas culturas e na região Amazônica, através da educação patriarcal transmitida pelas famílias às suas filhas, uma vez que “a tradição se refere à transmissão de conteúdos culturais de uma geração para outra” (ORTIZ, 1994, p. 74).

Elcione Sousa da Silva Cordeiro (2021) destaca que uma mulher transformada pelo conhecimento enfrenta seus medos, dialoga, questiona e expõe seus pensamentos e exige seus direitos, por isso os homens tinham receio de que as mulheres deixassem de exercer suas funções sociais que sempre lhes foram impostas, a partir do momento que também fossem detentoras do conhecimento, pois suas funções eram vistas como papéis “naturais” das mulheres, e sua ausência traria grandes prejuízos para a sociedade.

Não se pode negar que ainda há grandes resistências de culturas, as quais permanecem oprimindo as mulheres e lhes negam os devidos direitos. Em algumas sociedades pelo mundo, a mulher ainda é vista como um objeto de uso masculino, e a crueldade contra ela é indescritível. Há culturas em que as meninas se casam ainda na infância com o propósito da procriação. E, como se não bastasse a violência física, sofrem a violência psicológica diante da exigência de gerar filhos do sexo masculino, como se pudessem escolher o sexo de seus filhos. (CORDEIRO, 2021, p. 65)

Assim sendo, podemos afirmar que muitas culturas até os tempos atuais ainda oprimem e subjagam as mulheres, negando-lhes direitos, como estudar e ter uma profissão, utilizando-se muitas das vezes de costumes cruéis e violentos para obrigar a mulher a servir apenas ao homem e a família, outro exemplo de crueldade é o casamento

de meninas que ainda se encontram em idade infantil bastante, o que ainda é bastante comum em diversos lugares.

A possibilidade de frequentar os espaços e eventos sociais diversos trouxe para as mulheres novos problemas, pois “a liberdade social era vigiada e controlada dentro e fora de casa. A sociedade a observava e a julgava: esperava que fosse um exemplo a ser seguido. Seu comportamento e suas atitudes também diziam muito a seu respeito socialmente” (CORDEIRO, 2021, p.66).

A mulher devia ser educada, politicamente correta, caso contrário, um comportamento “impróprio” poderia manchar a reputação de sua família e até influenciar o futuro de seus filhos. Além disso, devia retrain suas emoções, seus sentimentos e, muitas vezes, contrariar o seu próprio eu para que a sociedade visse o quanto seu marido era quem dominava a casa. Isso significava poder e sucesso. Acreditava-se que um homem que não dominava a sua casa não poderia ser bem-sucedido em outros aspectos de sua vida. Por outro lado, a saída frequente das mulheres para novos espaços sociais as influenciou para novas descobertas. Com isso, surgiram aos poucos novos perfis femininos sociais, como mulheres que trabalhavam fora, leitoras, ouvintes e também escritoras, que passaram a frequentar espaços sociais de domínio masculino. (CORDEIRO, 2021, p. 66)

Dessa maneira, vimos que o estereótipo da mulher ideal para o casamento se configura como ela sendo educada e politicamente correta, do contrário o marido pode ter sua reputação manchada pelas ações desapropriadas de sua esposa, que deve se dedicar apenas aos cuidados dos filhos, da casa e ser subserviente ao esposo.

Durante muito tempo as mulheres foram sentenciadas a viver somente em função dos cuidados do lar, dos filhos e servir ao marido, com direito de frequentar apenas a igreja, foram oprimidas e obrigadas a viver de acordo com as regras impostas por uma sociedade, que considera o homem um ser superior.

Quando as mulheres passaram a frequentar os espaços sociais antes dominados pelos homens tudo começou a mudar e elas conquistaram direitos de estudar e exercer uma profissão fora de suas casas, conquistando também sua independência financeira. Entretanto, a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres ainda persiste atualmente, apesar de todo sofrimento e luta por um espaço na sociedade, a mulher ainda enfrenta obstáculos, sofre preconceitos e maus-tratos, sendo-lhe negado o direito a melhores condições de salário, acesso à educação e o direito de exercer uma profissão.

No Brasil, todos os dias os jornais noticiam o assassinato de mulheres, como também a violência sexual e todos os tipos de violência em relação a elas. Na Amazônia, não é diferente, pois “essa região do país está em desvantagem em vários indicadores

sociais, o que faz com que a situação das mulheres seja ainda pior que no restante da federação” (CHAVES e CÉSAR, 2019, p. 140).

Essa desvantagem se dá pelo fato de que desde o século XVI, que os interesses das classes hegemônicas dos principais países capitalistas influenciam diretamente na história da região. “Em regra, a partir daquela época, a maioria da população amazônica tornou-se classe subalterna e os rumos da região passaram a ser definidos exogenamente” (CHAVES e CÉSAR, 2019, p. 140). Para as autoras, a Amazônia sempre foi vista apenas como provedora de matérias primas e de riquezas, podendo a Amazônia brasileira ser caracterizada como um país de segunda classe dentro do próprio Brasil.

As aproximadamente 12 milhões de mulheres que habitam a Amazônia Brasileira são a classe mais subalterna, dentro de uma região subalterna, dentro de um país subalterno da América Latina. Essas mulheres são mulheres mestiças, negras, indígenas e ribeirinhas em sua maioria, o que aumenta seu grau de vulnerabilidade social. Mulheres triplamente silenciadas, espoliadas pela lógica capitalista, tendo seus corpos confundidos com mercadorias ou propriedade. Silenciadas pela história que há muito as trata como selvagens ou desimportantes. Silenciadas como seres humanos. (CHAVES e CÉSAR, 2019, p. 141).

Dessa forma, podemos perceber que mesmo com todo os avanços e conquistas femininas existem ainda lugares nos quais as mulheres ainda são submetidas ao preconceito e violência devido a sua origem humilde e a falta de conhecimento de seus direitos, pois para muitas delas lhe é negado o direito à educação, pelo fato de morarem em comunidades distantes e que são esquecidas pelo poder público.

Vale ressaltar que nas narrativas dos primeiros viajantes que chegaram à região amazônica não existe uma representação feminina. “Os primeiros colonizadores a chegarem em seus barcos e os portugueses que adentraram pela primeira vez a região do Rio das Amazonas eram exclusivamente homens” (CHAVES e CÉSAR, 2019, p. 147). O ato de colonizar era masculino e as mulheres nativas da região não foram consideradas cidadãs, por isso a história oficial não traz relatos sobre elas, destacam Chaves e César (2019).

Não há como negar que um sistema que foi constituído sob a violência contra as mulheres em pleno século XIX não tenha gerado uma sociedade patriarcal, falocêntrica e violenta que se perpetua até hoje. O processo de miscigenação forçada por meio da cultura do estupro que se iniciou no Brasil como um todo no século XVI, na Amazônia iniciou-se no século XIX, e portanto demonstra marcas muito mais recentes e profundas. (CHAVES e CÉSAR, 2019, p. 151)

Dessa forma, vemos o quanto a mulher vem sendo silenciada e negligenciada na história da Amazônia, por isso a importância de estudos voltados para a representação feminina na região, seja na literatura, política e educação, para que assim as mulheres tenham cada vez mais representatividade no meio social, sem se sentir excluída e submissa em relação aos homens. As mulheres da Amazônia sempre foram “estereotipadas pelo forasteiro, pela mídia e até pelas produções acadêmicas, o que eleva seu grau de insegurança” (CHAVES e CÉSAR, 2019, p. 153). Buscamos problematizar isso a partir do estudo dessas questões no romance *Mad Maria*, de Márcio Souza.

3. AS MULHERES EM MAD MARIA: DO IDEAL, DO REVERSO, DO CONFLITO

As mulheres, até os dias de hoje, têm menos liberdade que os homens, pois sua sexualidade e seu comportamento social sempre foram controlados pelas regras estipuladas pelo modelo patriarcal de sociedade, sendo a história das mulheres marcada pela sua luta por emancipação e liberdade. Para Lerner, “as mulheres lutaram contra formas de opressão e dominação diferentes das dos homens, e a luta delas, até hoje, encontra-se mais atrasada em relação à dos homens” (2019, p. 293).

Para Walter Benjamin (BENJAMIN, 1994), o primeiro indício da evolução que culminou com a morte da narrativa é o surgimento do romance no início do período moderno, e o que separa o romance da narrativa oral é que ele está vinculado ao livro. Tal difusão só se configura a partir da invenção da imprensa. O autor destaca que com a era moderna nasceu o romance e que a partir da invenção da imprensa é que foi possível a sua difusão, com isso a escrita conquistou um espaço que antes pertencia somente a oralidade.

Vale ressaltar que, para o autor, as narrativas antigas tratavam de “muitos fatos difusos”, já o romance trata geralmente de “um herói, uma peregrinação, um combate”. (BENJAMIN, 1994, p. 211). Enquanto as narrativas eram construídas e absorvidas num coletivo social, o romance é produzido e consumido individualmente por quem escreve e por quem o lê.

Sobre a invenção da escrita, Candido (2006) destaca, que a partir de seu surgimento se abriu uma era na qual predominou o público direto, de contatos secundários que foram adquirindo ímpeto vertiginoso a partir da invenção da tipografia. Para o autor, a grandeza de uma obra ou de uma literatura vai depender “da sua relativa intemporalidade e universalidade”, que dependem da função total que exercem e do desligamento dos fatores que podem prendê-la a um momento determinado e a um determinado lugar. Nesse sentido, a literatura, é “uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos” (CANDIDO, 2006, p. 56).

Para Wankler (2005) o Romantismo foi o primeiro estilo de época a utilizar o romance como forma de expressão primordial, sendo o seu público mais numeroso e erudito, que desejava ler textos com uma linguagem mais coloquial, resultando numa comunicação mais rápida entre o leitor e o texto, visto a necessidade que o receptor tinha de se reconhecer e identificar com aquilo que estava lendo, contribuindo de certa forma para a difusão do estilo de vida burguês.

A autora destaca que os objetivos da literatura se voltaram para a transformação social, denúncia e indignação, ao assumir uma postura crítica em relação à burguesia. Além de propiciar o entretenimento, o romance romântico contribuiu para a afirmação de uma classe social em processo de emergência e a evolução desse gênero acompanhou o ritmo das mudanças por que passavam o mundo e as pessoas.

O gênero romance desenvolveu-se e se disseminou a partir da imprensa, em forma de folhetins publicados nos jornais, os quais eram divididos em capítulos. O público burguês se identificou rapidamente com esse gênero literário, que abordava temas da vida cotidiana, em linguagem coloquial e cujos personagens eram burgueses, contribuindo, assim, para a difusão do estilo de vida burguês. Muitos romances retratam momentos históricos do país ou de determinada região, transportando o leitor ao momento histórico-cultural no qual se dá a trama.

O avanço da ciência e da atividade filosófica mostraram ao olhar público novos conhecimentos e teorias, a arte também se tornou mais ávida de tais matérias, ganhando os traços e as cores características do chamado mundo real, e, com isso, receberam destaque “a aparência sanguínea e vivaz, as atitudes firmes e decididas e o empirismo como motor do mundo” (WANKLER, 2005, p. 55).

O universo ficcional se transformava num meio fecundo para a prática da atividade crítica, posto que a sociedade era observada e representada de maneira mais crua. Os objetivos da literatura voltavam-se para a transformação social, a denúncia, a indignação, os quais ganharam expressão na literatura realista, que assumiu uma postura crítica, até mesmo em relação à burguesia, seu meio por excelência. (WANKLER, 2005, p. 55)

Nesse sentido, a literatura se mostra como uma fonte importante para o estudo da história de uma sociedade, como também da história feminina, para que se conheça como era a vida de homens e mulheres em diferentes classes sociais, seus costumes, como se comportavam e como se vestiam, para que assim, analisemos todas as transformações sociais que ocorreram ao longo dos anos.

Telles destaca que o romance desempenha um papel fundamental na cristalização da sociedade moderna, sendo que “a escrita e o saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionaram como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinadas situações” (2004, p. 336). Para a autora, o romance é que difunde a prosa da vida doméstica cotidiana, “tendo como tema central o que os estudiosos contemporâneos denominam ‘o romance da família’, contribuindo assim para a construção da hegemonia do ideário burguês” (TELLES, 2004, p. 336-337).

O público leitor dos romances, inicialmente, era as mulheres burguesas, criadas e educadas para serem um exemplo de virtude e um anjo do lar, entretanto, se fossem de encontro a esse ideal, eram vistas como uma potência do mal. Segundo Telles, “a leitura é o que transforma em obra as letras, frases e enredos. E a leitura é sempre determinada pelo lugar ocupado por um leitor na sociedade, num dado momento histórico. Portanto, é feita através do crivo de classe, raça ou gênero” (2004, p. 337).

A estética literária romântica se desenvolveu no Brasil na primeira metade do século XIX, um século de importantes acontecimentos, dentre os quais se destacam: a chegada da família real à colônia e a sua partida, o “Dia do fico”, a proclamação da Independência, a abolição da escravatura e a Proclamação da República. Foi um período em que o Brasil deixa de ser colônia, tornando-se Império (1822), e, em poucas décadas, República (1889).

Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2013) afirma que o romance propõe uma busca radical de identidade, a qual implica numa nova relação com a natureza e a revalorização do irracional, do inconsciente, do mítico e do popular, como também o reencontro com o outro da modernidade, o homem natural, primitivo, espontâneo, dotado de formas próprias de organização social.

Para Santos (2013), o Romantismo glorifica a subjetividade individual pela sua originalidade, pelo irregular, pelo imprevisível e pelo excessivo. Para o autor, a contestação romântica nos propõe uma recontextualização da identidade a partir de três importantes vínculos: o vínculo étnico, o vínculo religioso e o vínculo com a natureza. Isabel Pires de Lima afirma:

E por essa via a arte de contar (e a arte em geral) vai adquirindo também uma vertente antecipatória identificada desde logo por Aristóteles na *Poética* quando atribui à poesia (que aqui vale por literatura e afinal por qualquer tipo

de criação), quando lhe atribui a arte de significar o possível, isto é, de dizer não o que foi mas o que poderia ter sido. (LIMA, 2015, p. 13)

A autora destaca que as artes, em geral, não buscam mostrar o que foi, mas como poderia ter sido um determinado acontecimento. Com isso, podemos dizer que os romances históricos, por sua vez, proporcionam ao leitor um conhecimento acerca de determinada época, como era a cultura, a política, os costumes da sociedade retratada na narrativa. Para se analisar um romance não se pode ignorar o contexto no qual ele está inserido.

Segundo Lúcia Helena (2006), a literatura nasce da palavra, que não se esgota, por isso os trabalhos devem buscar a compreensão da literatura como atividade enraizada no chão da história devendo ser lançada para o conhecimento da vida humana em determinada época. Desta forma, o romance *Mad Maria*, apesar de fictício, mostra fatos comuns à realidade da região da época narrada, não sendo possível ignorar o contexto a que se refere. Como afirma Márcio Souza, autor do romance:

Quase tudo neste livro bem podia ter acontecido como vai descrito. No que se refere à construção da ferrovia, há muito de verdadeiro. Quanto à política das altas esferas, também. E aquilo que o leitor julgar familiar, não estará enganado, o capitalismo não tem vergonha de se repetir. Mas este livro não passa de um romance (SOUZA, 1980, p. 11).

O romance em questão relata alguns fatos históricos que contribuíram para a construção histórico-social da Região Amazônica e do Brasil; a narrativa mescla ficção e fatos verídicos para narrar a história da construção da ferrovia. Dessa forma, *Mad Maria* se configura como um romance histórico, que é “um gênero particular, surgido no século XIX, que vem sofrendo transformações e que parece ter voltado a ser foco de interesse dos escritores contemporâneos” (Mello, 2008, p. 53).

Esse tipo de narrativa busca mais do que fazer uma descrição histórica, mas também problematizar o real, levando ao conhecimento do leitor determinado período da história “mesmo quando esse é um passado remoto, deixando, portanto, de preocupar-se com a fiel representação das personagens e mesmo de suas ações” (Mello, 2008, p. 53).

Woolf destaca que um romance se caracteriza por “uma exposição de mil diferentes objetos — humanos, divinos, naturais” (2019, p. 15), numa tentativa de relacioná-los uns aos outros, sendo que nos romances de mérito⁵ os diferentes elementos

⁵ Romances de mérito são aqueles escritos por escritores reconhecidos no meio literário.

são mantidos no lugar pela força da visão do autor e pela ordem imposta pelas convenções.

De acordo com Woolf, os homens são considerados os árbitros das convenções, pelo fato de terem estabelecido “uma ordem de valores na vida, e já que é na vida que em grande parte a ficção se baseia, também aqui, na ficção, em extensa medida, esses valores prevalecem” (2019, p. 15) e enfatiza ainda que os valores de uma mulher, quer na vida ou na arte, provavelmente não sejam os mesmos de um homem.

Marinete Luzia Francisca de Souza, destaca que a Amazônia retratada pelos escritores desde os primeiros relatos sempre foi considerada como um espaço contextual carregado de mitos e costumes, episódios, imagens, memórias, que estão ligados “ao imaginário corrente sobre a região, lugar distante do mundo industrializado, bárbaro e exótico, reunindo, sob o mesmo tecido, experiências e vivências diversas” (2013, p. 129).

Em *Mad Maria* (1980), Márcio Souza opta por apresentar as personagens de modo gradual, o que corresponde à ordem social exposta sob o pretexto da narração da história da construção da estrada de ferro, *Mad Maria*. Enquanto os operários se debatem na construção da estrada, no suposto centro, na então capital, o Rio de Janeiro, políticos e empresários americanos decidem os destinos das “zonas de contato”, mas a presença dos americanos indica que há um outro centro, este, sim, legítimo, o que é resumido com a partida de John Caripuna e Consuelo — dois seres exóticos — para Nova Iorque. Fica evidente que as regiões consideradas periféricas funcionam como vetor de desenvolvimento para os centros, acabando por configurar-se também como centros impulsionadores do capitalismo, eliminando-se possíveis hierarquizações. (SOUZA, 2013, p. 135)

Dessa forma, vimos que a divisão social entre os trabalhadores da construção da ferrovia, os políticos e empresários era desumana, pois os poderosos não se importavam com o sofrimento dos menos favorecidos; enquanto os operários viviam as mazelas da selva, os detentores do poder decidiam sobre os rumos das zonas de contato, desfrutando de todo o conforto gerado pelos ganhos em torno da construção da ferrovia. A autora destaca também a visão exótica em torno da região amazônica ao referir-se a Consuelo e Joe Caripuna, como seres marcados pela diferença e que na narrativa representam todo o estranhamento e encanto descrito desde os primeiros viajantes que aportaram na região. Vale ressaltar, que o indígena Joe Caripuna é o único sobrevivente de sua tribo e a boliviana Consuelo é uma mulher que não se submetia aos caprichos masculinos.

A literatura contribuiu bastante para a disseminação de muitos estereótipos em torno da figura feminina. Pelo fato de ser uma parte integrante do campo cultural, “a sua evolução foi controlada, até há pouco tempo, pela ideologia patriarcal e por seus

pressupostos, sobre as diferenciações assimétricas e hierárquicas de gênero[...]” (ZINANI; SANTOS, 2015, p. 13). Isso é perceptível, por exemplo, no apagamento da autoria feminina durante séculos e pela representação do feminino no texto literário escrito por homens. Zanini esclarece:

Embora as abordagens focalizem diferentes aportes teóricos, é na literatura que se encontra o espaço da subjetividade gendrada, que possibilita a constituição de uma posição não hegemônica pela emergência da diversidade de discursos, situação essa que lhe confere um caráter privilegiado. Esse mesmo caráter detém o discurso literário na relação saber e poder, uma vez que essa modalidade de discurso possibilita a subversão e a desagregação dessas redes pelo conteúdo emancipatório que a obra de arte carrega em si, na medida em que desautomatiza a percepção do sujeito, promovendo reflexão. (ZINANI, 2013, p. 77)

Nesse sentido, o discurso literário tem grande importância nas representações de poder, pois proporciona diversas reflexões que podem nos levar a modificar um pensamento ou até mesmo um comportamento, seu conteúdo emancipatório lhe concede um caráter privilegiado ao promover uma reflexão sobre o papel do sujeito feminino no meio social no qual está inserido, fazendo emergir “o sujeito feminino, cuja identidade descentrada possibilita a formação da subjetividade como produção discursiva” (ZINANI, 2013, p. 77).

O ideal romântico difundido pela literatura apresenta a mulher passiva e submissa em relação à figura masculina, reduzindo-a “à condição de inferioridade, sendo que essa representação social acabou por acompanhar as práticas do cotidiano das populações”, como destacam Zinani e Santos (2015). Nesse sentido, Pedro Lyra complementa:

Dentre as artes, a que apresenta com maior capacidade de abrangência do universo é a literatura. Porque, apesar da limitação nacionalista imposta aos e pelos idiomas, a palavra constitui a única linguagem capaz de abordar, com a mesma eficácia, qualquer problema. (LYRA, 1998, p.45)

Dessa perspectiva, o universo literário se sobressai em relação a outras artes, pois se caracteriza como um meio bastante abrangente de comunicação, que através de suas narrativas aborda diferentes conteúdos, retrata diversos problemas em diferentes línguas, podendo chegar em todos os lugares do mundo e influenciar o modo de pensar e agir de seus leitores.

A partir desse universo literário, a mulher se tornou o objeto do amor romântico, tornando-se divina e pura. O homem aparece majoritariamente como protagonista do romance, enquanto a figura feminina surge quase sempre como objeto de desejo ou, às

vezes, sua posse figura como premiação do herói. Segundo o modelo romântico, quando a mulher é protagonista da obra literária, a personagem é idealizada, positiva ou negativamente, pelo olhar masculino, como acontece em obras como *Senhora*, *Lucíola* e *Iracema*, de José de Alencar, ou até mesmo em *Helena e A mão e a luva*, de Machado de Assis.

O pensamento da sociedade patriarcal é de que a mulher tem que seguir certos ditames e o seu descumprimento poderá arruiná-la, torná-la malvista socialmente, objeto de críticas e julgamentos que podem até resultar no seu banimento, na sua marginalização, o que pode ser revertido mediante submissão absoluta, mesmo que “tardia”, às regras ou pela expiação através do arrependimento e da morte.

A observação desse modelo romântico de mulher foi — e talvez ainda seja — preponderante quando pensamos no Ocidente, e a Região Norte do Brasil, a despeito de todas as suas peculiaridades, não escapa a ele, considerando os movimentos humanos que trazem pessoas de origens variadas a esse espaço geográfico. O romance *Mad Maria* (1980), de Márcio Souza, proporciona diversos elementos que podem fomentar o debate sobre isso, pois propicia conhecimentos acerca de um período histórico do país e da região Amazônica através do texto literário. Isabel Pires de Lima afirma que:

O contato com o universo literário e com os pontos de vista diversos que ele transporta, faculta um alargamento interior e a aquisição de novas capacidades de percepção do outro, gera consciência inclusiva. Consequentemente, a experiência da literatura abre-nos para o diálogo intercultural e para o domínio da compreensão da diversidade do humano, que a contemporaneidade precisa de fomentar com urgência. (LIMA, 2015, p. 16)

A autora destaca que a partir do contato com a literatura e seus variados pontos de vista é possível adquirir e aumentar nossa capacidade de percepção do outro, gerando uma consciência de cunho mais inclusivo, ou seja, uma melhor compreensão da diversidade humana. Neste sentido, para Eduardo Portella (1973), a experiência estética é a experiência humana, ou seja, a experiência de vida das pessoas contribui para o surgimento das narrativas, visto que nem tudo num romance é ficção, alguns fatos ocorreram ou foram baseados em acontecimentos reais, vivenciados por pessoas de uma determinada época e que ficaram marcados na história de um lugar, de uma família, de uma sociedade etc.

A vida e os costumes das mulheres amazônicas diferem dos daquelas que habitam outras regiões, entretanto, o ideal de mulher criado pela visão patriarcal perpassa todas as

regiões do país. Na região Amazônica, é comum as mulheres tornarem-se domésticas, parteiras, rezadeiras e artesãs, sendo destinados aos homens os trabalhos fora do âmbito doméstico, dentre eles a caça e o comércio. Para Silva, “as mulheres construíram um saber diversificado e fortemente ancorado na capacidade de sobrevivência” (2003, p. 4), apesar das fortes marcas do patriarcalismo geral da cultura brasileira e das particularidades da formação social amazônica.

Conforme Marina Silva (2003), a formação da família na Amazônia brasileira, especialmente em sua porção mais ocidental, teve uma particularidade marcante: a fase inicial da colonização foi feita apenas por homens, que vieram de outras regiões, até mesmo de outros países. Milhares de nordestinos embrenharam-se nas matas, ficando isolados durante meses na extração de seringa. Viviam para produzir num ambiente desconhecido e em guerra contra os índios, os bolivianos e os peruanos.

Dessa forma, as primeiras famílias foram se formando aos poucos com a captura de índias nas aldeias dizimadas, durante os combates com os indígenas. Silva (2003), acredita ainda que a natureza feminina pode ser uma forma de manutenção e renovação de nossa proposta de vida nesse planeta, “Afinal, a Terra é feminina” (2003, p. 6), enfatiza ela.

Carla Monteiro de Souza (2006) destaca que a Amazônia vem sendo um lugar de intenso trânsito humano, desde os habitantes originários “até os migrantes dos tempos atuais, a região sempre foi um refúgio para aqueles que buscavam novos horizontes” (2006, p. 1). Por isso, a região é vista como um lugar que poderia proporcionar grandes possibilidades de enriquecimento em virtude de suas riquezas naturais, o que contribuiu para que fosse criada uma associação entre Amazônia e o mito do Eldorado.

Ainda segundo a autora, a extração da borracha foi o motor propulsor do crescimento demográfico, pois vieram muitas pessoas de outros lugares para as áreas onde se concentrava a atividade gomífera, como o Pará e o Amazonas, que tiveram um grande desenvolvimento das capitais, Belém e Manaus, nos tempos áureos do ciclo da borracha.

Dessa forma, a Amazônia começou a ser explorada por aqueles que almejavam enriquecer a partir da extração da borracha. Em decorrência dessa ocupação por pessoas de regiões e países diferentes, os costumes e a cultura da região começaram a sofrer influência direta daqueles que aqui chegavam, uma vez que passaram a conviver com os indígenas e “caboclos”, e muitos constituíram família com mulheres da região, trazendo

consigo sua vivência e visão em relação à figura feminina: o homem é o chefe e provedor da família, cabendo à esposa a administração do lar, ambiente ao qual ficava restrita, cumprindo seu papel de cuidadora obediente e submissa.

A sociedade que se formou nos seringais da região amazônica se caracterizou basicamente pela violência e pelo fato de ser dominada apenas por homens, os quais tratavam as mulheres como uma mercadoria de luxo, pois “podiam ser traficadas, vendidas, encomendadas, pegas nas matas se fossem indígenas, ou roubadas. No seringal, ser mulher era pertencer a um homem. Era obedecer. Era não poder traçar os rumos de sua própria história” (CHAVES e CÉSAR, 2019, p. 149).

José Carlos Leal (2004) destaca que o traço básico das sociedades patriarcais está pautado na restrição máxima do espaço a ser ocupado pela mulher, sendo necessário que ela reconheça o poder do homem na família, o seu próprio lugar e função na sociedade em que vive. Sobre esse modelo social, bell hooks (HOOKS, 2018) explica que os homens se beneficiaram e se beneficiam do patriarcado, partindo do pressuposto de que seriam mais fortes e intelectualmente mais capazes do que as mulheres e que por isso deveriam controlá-las, explorá-las e oprimi-las, usando da violência, caso necessário, a fim de manter seu sistema intacto. A crença nessa suposta superioridade masculina ainda persiste em muitas culturas, o que contribui para que a mulher seja hostilizada, maltratada e considerada incapaz de determinadas realizações e impedida de exercer certos papéis.

Já para Ruth Brandão (2006), o ideal feminino presente na literatura do final do século XIX reassegura o narcisismo masculino, pois o homem figura como superior à mulher devido à simbologia de poder atribuída ao falo. Dessa forma, ela é associada a uma ideia de castração por não possuir o “falo”, tornando-se, assim, alijada dos lugares sociais de poder. A mulher é um objeto de desejo, é idealizada como um ser sensual e belo, pelo qual o homem “se apaixona”, o que significa basicamente, nesse contexto, desejar a posse da donzela casta, pura, que lhe trará a “felicidade doméstica”.

Dessa forma, a mulher aparece, quase sempre, como um ser abstrato e imaginário, submisso, passivo, enquanto o homem é ativo, socialmente hegemônico e detentor do poder de decisão. Na estrutura do romance romântico, um dos veículos de reafirmação do patriarcalismo, o herói é aquele que enfrenta perigos, duela, tem um papel dinâmico na luta pela mulher amada. São o esforço e o dinamismo que o tornam herói. Já a heroína romântica é caracterizada justamente pela passividade: ela recusa outros homens,

sacrifica tudo na espera de que o amado a resgate; quando isso não acontece, seu destino é a morte ou, quando muito, passar o resto da vida em um convento. São o sacrifício e o “saber esperar” que a tornam heroína.

Observado isso, verificamos que a literatura contribui para que se conheça fatos e comportamentos de determinadas épocas que têm relação com os acontecimentos da atualidade e se busque interpretá-los polissemicamente. Para Lyra (1993), a literatura é a arte que apresenta maior capacidade de abrangência, pois, apesar da limitação nacionalista imposta pelos idiomas, a palavra constitui a única linguagem capaz de abordar com a mesma eficácia qualquer problema. Entretanto, alguns temas retratados são interpretados de maneira errônea e contribuem para que visões distorcidas de determinados assuntos se tornem ainda mais consistentes, o que conseqüentemente agrava o problema.

A personagem “é o elemento mais atuante, mais comunicativo da arte novelística moderna, como se configurou nos séculos XVIII, XIX e começo do XX; mas que só adquire pleno significado no contexto” (CANDIDO, 1968, p. 40), sendo a construção estrutural deste elemento um dos principais fatores responsáveis pela força e eficácia de um romance.

Candido (1968), destaca que a personagem é um ser fictício e o problema da verossimilhança no romance depende da possibilidade de plausibilidade de um ser fictício. Assim sendo, pode-se afirmar que o romance se baseia, inicialmente, numa relação entre o ser vivo e o ser fictício, que se manifesta através da personagem, que é a concretização deste, enfatiza Candido (1968). O autor enfatiza ainda que existem afinidades e diferenças essenciais entre o ser vivo e os entes de ficção, sendo as diferenças tão importantes quanto as afinidades para que se crie um sentimento de verdade – a verossimilhança. Nesse sentido, “tentemos uma investigação sumária sobre as condições de existência essencial da personagem, como um tipo de ser, mesmo fictício, começando por descrever do modo mais empírico possível a nossa percepção do semelhante” (CANDIDO, 1968, p. 40).

No romance *Mad Maria* a condição feminina está representada de várias formas, temos a esposa e mãe de família, a “guardiã do lar”, assim como prostitutas, amantes e aquelas que exercem uma profissão fora do ambiente doméstico. As mulheres presentes na narrativa, apesar de aparentemente serem submissas, buscam romper com os valores e

estereótipos impostos pela dominação patriarcal, através de diferentes formas de resistência presentes na obra. Dessa forma, essas personagens transgridem as normas de comportamento em voga no final do século XIX e início do século XX, pois buscam se libertar das amarras do universo masculino.

Entre as representações femininas, temos a esposa de Collier, Elisabeth, uma mulher discreta que saiu da Inglaterra para viver nos Estados Unidos, mas não se adaptou e por isso “começou a beber, tornando-se uma mulher sombria e doente”, (SOUZA, 1980, p. 272), por isso foi internada numa clínica para doentes mentais e, ao sair, foi considerada responsável pela morte de sua filha Viola por desidratação. Collier também teve uma amante, Ginnie, que depois de ser agredida pela esposa dele, decidiu se mudar “da Filadélfia para Nova York, onde futuramente se casaria com um músico de jazz” (SOUZA, 1980, p. 272).

Temos a representação da mãe que educa a filha conforme os valores patriarcais da época, observável na mãe de Consuelo, Isabel Lopes Maldonado, através das lembranças da filha, que foi educada para se “transformar numa moça simpática, afetiva, bondosa e amante da verdade” (SOUZA, 1980, p. 199).

Como representação da mulher esposa e mãe de família temos a esposa de J. J. Seabra que na narrativa é uma típica guardiã dos bons costumes e preserva o ambiente familiar acima de tudo. A esposa de J. J. Seabra aceitar as aventuras extraconjugais do marido como algo natural e característico do comportamento masculino, sendo vedado à mulher ter o mesmo comportamento, como sugere o trecho a seguir:

[...] Ainda amava a esposa. Os anos de casado tinham rodado para a falta de paladar que era como um fastio. A esposa, que tinha um estilo muito prático de vida, reduzira os seus encontros a meros contatos térmicos e para ele isto era insuficiente. Ele sabia que muitas esposas de seus amigos, aprisionadas ao casamento, haviam arranjado amantes. A sua mulher, não. Era uma mulher muito orgulhosa e na lógica dela procurar outro homem era como pedir alguma espécie de auxílio vergonhoso, e ela jamais pedia auxílio porque se achava acima de todos. Estava envelhecendo lentamente, fanando numa concentração de crueldade que fascinava Seabra e dava-lhe confiança. (SOUZA, 1980, p. 174)

A esposa aceita as traições do marido como forma de manter as aparências e preservar os seus valores, uma vez que a separação ou a traição por parte dela lhe parece mais humilhante do que ser traída por ele, tendo em vista que isto seria um escândalo diante da sociedade conservadora, podendo sofrer todos os tipos de preconceitos. Por isso se conforma com a condição de esposa traída e permanecerá casada. Apesar de dormirem

separados há muito tempo e de traí-la costumeiramente, o marido afirma ainda amá-la, o que dá a entender que a postura de submissão e a fidelidade da esposa — ou seja, sua atitude casta — seriam elemento essencial para preservação de um sentimento que para ele é amor, mas que não se sabe se é experimentado da mesma forma pela mulher.

A amante do ministro J.J. Seabra é uma jovem com a qual ele se encantou desde a primeira vez que a viu. Em pouco tempo, convidou a moça para ir morar em sua casa em São Cristóvão, e ela aceita a proposta, acreditando que ele a assumiria para a sociedade. Entretanto, descobre que ele jamais abandonará sua esposa e insatisfeita com a situação, se envolve com Farquar, que era inimigo de seu amante. Ao descobrir o envolvimento de sua amante com Farquar, o ministro envia a moça e sua família para Lisboa para evitar mais escândalos.

Como representação da mulher prostituta, temos as indígenas, que tiveram suas tribos dizimadas pelos “civilizados” e foram levadas inicialmente para satisfazer os desejos de seus algozes como escravas e que depois de certo tempo foram abandonadas e precisaram se prostituir como meio de sobrevivência. Essa foi uma das consequências trazidas pela construção da ferrovia no meio da selva amazônica, como podemos observar no trecho abaixo,

[...]As duas mulheres, Finnegan sabe, são índias e prostitutas. Ainda conservam no rosto algumas pinturas e trazem o septo nasal perfurado segundo o costume, onde antigamente eram colocadas duas penas amarelas de papagaio minúsculas que mais pareciam bigodes do que enfeites. Finnegan já tinha visto fotografias de índias como aquelas, mas as duas mulheres nem de longe se parecem com aquelas das fotografias. Estão decrépitas e as feições completamente decadentes. Uma delas, a mais nova movimentava ansiosa os olhos pelo ambiente, enquanto a outra permanece parada como uma estátua de pesadelo esculpida por alguma mente perversa. A mulher mais jovem abre a boca desdentada num sorriso repulsivo. (SOUZA, 1980, p. 265)

Assim, a chegada do “progresso” que viria com a ferrovia contribuiu para a perda de identidade e sofrimento dessas mulheres nativas, caripunas, que foram forçadas a se deitar com homens sem entender nem mesmo o que falavam, do contrário morreriam de fome. Além disso, foram obrigadas a viver de maneira precária, sem as mínimas condições necessárias de sobrevivência.

A narrativa também apresenta a americana Harriett Lowey, esposa do Dr. Edy Azancoth, um judeu sefardim⁶ radicado em Havana, por isso ela falava um espanhol com

⁶ Segundo o Dicionário Pribean, “judeu safardim” ou “safardita” é aquele que descende de judeus originários de Portugal e Espanha e o termo corresponde à palavra hebraica para designar Península Ibérica.

sotaque cubano. Era uma mulher que preenchia o seu tempo com observações maliciosas sobre a vida particular das pessoas que moravam em Porto Velho. E considera o marido um grande cozinheiro, como mostra o trecho abaixo,

Azancoth é um grande cozinheiro. Sempre me humilhou ao entrar na cozinha para preparar uma refeição. Eu não tenho este dom para fazer alimentos. Nunca aprendi, embora minha mãe tenha realmente se esforçado. Mas Azancoth é fantástico e às vezes isto me deixa irritada de verdade. Já tivemos muitas brigas e até nos separamos por isto. (SOUZA, 1980, p. 231)

Dessa forma, a personagem se sente irritada pelo fato de o marido cozinhar melhor do que ela, pois apesar de ter aprendido a cozinhar, não se identifica com esta tarefa, associada fortemente ao universo feminino. Entretanto, a ação de cozinhar não é uma característica nem um dom específico das mulheres, não devendo a mulher ser discriminada por isso, o que, entretanto, ocorre até os dias de hoje.

A sociedade patriarcal difundiu um modelo ideal de mulher que devia dedicar-se exclusivamente à organização do lar, aos cuidados com os filhos, a ser uma esposa abnegada, sempre disposta a se sacrificar pela família para ser considerada uma mulher “valorosa”, de bom caráter. No romance *Mad Maria*, estes estereótipos se fazem presentes e três figuras femininas marcam especialmente a narrativa: a esposa de Joe Caripuna, a boliviana Consuelo e a própria ferrovia, denominada de Mad Maria (“Maria Louca” ou “Maria Furiosa”, em tradução livre).

A ferrovia Madeira-Mamoré, que surgiu com a ideia de um progresso que traria crescimento econômico para a região Amazônica, não cumpriu o destino proposto pelos empresários e governantes de sua época, pois, após todo o investimento em sua construção, ela não teve mais serventia, sendo toda sua majestosa estrutura de ferro abandonada no meio da selva.

3.1. A mulher indígena: do ideal

A mulher indígena é apresentada pelo narrador de **Mad Maria** com características bastante diferentes das da “Rainha de Ferro”, sendo submissa ao seu homem e dedicada aos afazeres domésticos, de acordo com os padrões ditados para as mulheres, o que fica bem caracterizado no excerto abaixo, a propósito da companheira de Joe Caripuna:

Era uma mulherzinha muito ativa e de dentes brancos, dois olhos escuros brilhantes e peitinhos morenos bicudos, que não tinha ainda se afastado de seus tempos de menina e passara pelos ritos de iniciação um pouco antes de vir morar com ele. Trabalhava muito ela, preparava direito a comida, ia para a rede com ele todas as noites que ele queria e não andava atrás de rapazes para brincadeiras no mato. (SOUZA, 1980, p.67)

Ao destacar os “olhos escuros e peitinhos morenos bicudos”, percebe-se o olhar de Joe Caripuna sobre sua companheira, como também o desejo masculino em relação à mulher jovem, na flor da idade, como também reflete a imagem da mulher recatada, digna de ser esposa e mãe, difundida pelo patriarcado.

A esposa de Joe Caripuna representa a mulher que foi educada para servir ao marido e cuidar da família, sem muitas ambições, que considera o casamento como única perspectiva de vida, por isso concorda e considera natural sua subserviência. Além disso, era uma mulher recatada, pois não tinha o costume de andar atrás dos rapazes “para brincar no mato”, uma metáfora para a prática do sexo sem compromisso, como era costume de outras. Durante o dia cuidava dos afazeres do lar e à noite satisfazia os desejos carniais do marido “sempre que ele queria”, comportamento adequado para o ideal de mulher sustentado pela sociedade patriarcal.

Ela era uma mulher que, ao longo de sua existência, foi silenciada pelo simples fato de ser considerada inferior e, por isso, dever obediência a figuras masculinas, conformando-se com essa condição que lhe foi imposta pela sociedade. Por outro lado, seu fim trágico se deveu justamente a um momento de resistência, pois foi morta brutalmente por não querer ser sequestrada e violentada pelos ditos “civilizados”, que matavam os homens e roubavam as mulheres de suas aldeias para lhes servirem sexualmente.

Um dia tentaram roubar a sua pequena tacuatepes mas ela não queria ir e se debateu e gritou com tanta fúria que um civilizado abriu ela com um golpe que saía do pescoço e acabava entre as pernas dela. Ele a encontrou morta dentro de um tacho de fazer beiju, boiando no sangue já escuro e as pernas escancaradas onde as moscas voavam. (SOUZA, 1980, p. 43)

Essa personagem também representa toda a violência sofrida pelas mulheres indígenas daquela época, que tiveram suas vidas ceifadas pelos homens “civilizados”, que queriam dominar a região e todos aqueles que nela viviam, sendo eliminado tudo e qualquer um que atrapalhasse seus planos. Além disso, revela a crueldade masculina em relação à mulher, objetificada e dispensável até os dias de hoje, fato evidenciado pelas tristes estatísticas de feminicídio em todos os âmbitos das diferentes classes sociais.

Sem muito esforço, apenas olhando ao redor, no nosso cotidiano, é possível observar como homens e mulheres ainda consideram “normais” os padrões impostos pela sociedade patriarcal, pois foram educados e educadas de acordo com eles e educam seus filhos e filhas da mesma forma. Para Fonseca (2019), as condições estruturais do pensamento compartilhadas nas sociedades nas quais a dominação masculina encontra-se enraizada levam a mulher a assumir um papel secundário, subalterno que já foi internalizado pela coletividade, pois pertencemos a uma sociedade patriarcal e somos cobrados por isso. Ela acrescenta que as narrativas, como produções culturais, expressam tais condições.

As narrativas engendram temáticas diversas, elas são capazes de trazer à tona temas que durante muito tempo ficaram à margem da história, na obscuridade e no silenciamento. O ato de narrar é natural das pessoas sejam elas crianças, jovens, adultos e anciãos, faz parte da natureza humana. As narrativas são criações e elaborações da imaginação humana que transportam consigo todo um arcabouço histórico, social e cultural. Neste sentido, torna-se relevante olhar as narrativas como ferramenta de produção de conhecimento, e acima de tudo, como um método que possibilita a reescrita da história, pois durante muito tempo, a história da humanidade e dos povos de culturas populares foi narrada através da perspectiva dos colonizadores, pois eram eles que tinham o domínio da escrita. (FONSECA, 2019, p. 61)

Para a autora, as narrativas evidenciam temas esquecidos, silenciados, que ficaram à margem da história, daí a importância de tomá-las como ferramentas de produção do conhecimento e método de reescrita da história, pois, durante muito tempo, a história foi contada a partir do olhar do colonizador, que dominava a escrita. Por isso a importância de se compreender a representação das personagens femininas na narrativa e sua relação com o ideal romântico de mulher e a visão difundida pelos higienistas ⁷da época, que contribuíram para a construção do modelo ideal feminino através de regras de comportamento para as mulheres no meio social e que acabavam por definir uma “identidade feminina”, totalmente definidas por parâmetros masculinos aos quais elas precisavam se adequar, sob pena de exclusão.

Para Hall (2014), a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes e não de algo inato, que nasce com o indivíduo. Ele

⁷ Na metade do século XIX e início do século XX surgiu o movimento higienista no Brasil, composto por médicos e sanitaristas que refletiam sobre sucessivas ocorrências de surtos epidêmicos como febre amarela, tifo, varíola e tuberculose; acreditavam que através de métodos educativos de higiene poderia se evitar as doenças. Além disso, os higienistas contribuíram para formulação de regras, normas e condutas para as mulheres viverem e se comportarem em sociedade, assim como para a construção do modelo feminino difundido pelas revistas femininas e Manuais de Saúde.

destaca ainda que o poder disciplinar se preocupa, em primeiro lugar, com a regulação, a vigilância e o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, com a regulação do indivíduo e do corpo.

Costa (1999) afirma que, para os higienistas, a mulher amava mais que o homem e deveria se comportar de maneira passiva, submissa, *coquette*, caprichosa, doce, meiga e devotada; já o homem devia se comportar de forma mais seca, racional, autoritária, ativa, devendo ser menos amoroso e mais duro.

No caso da companheira de Joe Caripuna, sua conduta e seu perfil são análogos aos da heroína romântica: ela cumpre rigorosamente o que se espera dela, é subserviente e passiva, sendo indócil apenas diante da possibilidade de estar com alguém que não seja o seu homem. No momento em que se nega a se entregar à vontade do “macho civilizado”, sua insubmissão é punida com uma morte brutal e indigna, tendo em vista que seu corpo sem vida fica abandonado, já disputado por moscas, dentro de um tacho, como uma comida rejeitada, que não agradou a quem a consumiria. A profanação de seu cadáver contrasta com a dignidade apresentada por ela no momento de sua morte. Esta se constitui numa das metáforas mais contundentes — de várias — narradas em *Mad Maria*.

3.2. Consuelo: do reverso

Entretanto, não se pode afirmar que todas as personagens da narrativa seguem o mesmo padrão de submissão. A personagem Consuelo, por exemplo, é retratada de várias formas no romance, sendo o oposto da mulher índia: é culta, pertence a uma família de classe média alta da Bolívia, é uma viúva que almeja se casar novamente, entretanto, jamais se submeteria às ordens masculinas.

Para Engel, “a construção da imagem feminina a partir da natureza e das suas leis implicaria em qualificar a mulher como naturalmente frágil, bonita, sedutora, submissa, doce, etc.” (2000, p. 332). A personagem Consuelo representa o reverso desse ideal feminino, pois mesmo estando submissa as ordens de um ambiente comandado por homens, procura não seguir as regras impostas pelo meio social, tampouco oprime seus sonhos e desejos, podendo ser caracterizada como “exótica”, em virtude de ser diferente de tudo e todos.

Consuelo era uma moça de suave temperamento, mas não era de nenhum modo infantil como seu marido pensava, por isso não aceitava ser submissa a nenhum homem. O seu esposo Alonso faleceu após um naufrágio, seu corpo foi arrastado pela correnteza e ficou preso no fundo do rio embaixo das águas profundas de uma cachoeira, cheias de pedaços de árvores tombadas e restos de outros naufrágios. Consuelo sobrevive ao naufrágio e vagueia por um tempo pela floresta até ser encontrada e levada à enfermaria do acampamento da ferrovia, onde permaneceu tocada pela falta do esposo.

Ela ainda não estava conformada, tinha às vezes fome da presença do marido, da carne dele, e chorava porque isto agora seria impossível. Chorava porque era um desejo que ficava prisioneiro do passado, mas não tinha medo de satisfazer esse desejo por outra carne, outra presença. Achava que estava ficando cínica, o que às vezes lhe dava medo e outras vezes lhe deixava orgulhosa. Sou mulher, ela pensava nessas horas sou assim agora, o destino quis contra a minha vontade. (SOUZA, 1980, p. 104)

Após se recuperar desse acidente, Consuelo assume o papel de enfermeira, começa a ajudar na enfermaria como assistente do médico Finnegan e a fazer os curativos do índio Joe Caripuna, que perdeu as mãos decepadas pelos trabalhadores da ferrovia. Nesse posto, Consuelo adquire certo prestígio social em razão da relevância dos cuidados de saúde naquele ambiente insalubre e violento. Entretanto, esse prestígio não pertence a ela, Consuelo, mas sim decorre da necessidade do trabalho que exerce temporariamente.

Posteriormente, Consuelo, perde o posto de enfermeira, visto que não havia espaço para as mulheres no hospital de Porto Velho, como mostra o fragmento:

Finnegan e Consuelo foram prudentemente deixando que eles se afastassem e entrassem no cassino.

— E você, o que vai fazer? — perguntou Finnegan. Consuelo baixou a cabeça e quase chorou.

— Não sei o que vou fazer — respondeu Consuelo, controlando-se para não chorar.

— Você não tem parentes, não tem uma casa para onde voltar?

— Não tenho mais ninguém — mentiu Consuelo.

— Você gostaria de ficar aqui?

— Eles não permitiriam. Não poderei ficar por muito tempo, logo terei de ir embora.

— Mas para onde?

— Não sei.

— Você não é pianista?

— Eu toco piano, já contei para você que eu dava aulas de piano, não contei? Mas quem

estará interessado em aprender a tocar piano aqui em Porto Velho?

— Você poderia trabalhar no hospital.

— Não há vagas, as mulheres pouco são necessárias aqui. (SOUZA, 1980, p. 191)

Dessa forma, a personagem Consuelo perde seu posto de “enfermeira” porque, para os homens, as mulheres não teriam muita serventia no hospital de Porto Velho, onde haveria opções que não existiam no precário acampamento no meio da floresta. A personagem foi deixada de lado após não precisarem mais de seus serviços tão somente por ser mulher e não exercer a função considerada ideal pelo pensamento da sociedade patriarcal de cuidar do lar e dos filhos.

No entanto, nesse momento a narrativa mostra que, ao mesmo tempo que a personagem se sente útil e, em certa medida, satisfeita por exercer a função de enfermeira, ela ainda sente como se lhe faltasse algo, como se houvesse uma “ponta solta” em seu contato com o mundo e que se manifesta através de seu interesse por Finnegan. Isso fica claro no trecho que sucede o diálogo acima.

Finnegan começava a ficar inquieto porque sabia exatamente o que estava acontecendo. Ela estava colocando-se em suas mãos, logo em suas mãos. Ele que já não era o mesmo e quando olhava para frente somente via um buraco escuro. Consuelo realmente estava entregando-se a ele. Não conseguiu mais suportar o choro e deixou cair as lágrimas. Ela desejava que Finnegan fosse a sua salvação e estava disposta a agarrar-se a ele com todas as forças. Finnegan viu que ela estava chorando e num relance sentiu uma série de sensações conflitantes. Piedade pela mulher tão vulnerável quanto sem perspectiva. Raiva por ela se colocar em seu caminho. Desconforto por se considerar um merda sem iniciativa e insegurança pela responsabilidade de juntar a sua falta de iniciativa com a completa disposição dela. Estava incapacitado, talvez para sempre, de sentir qualquer coisa que se assemelhasse à sensação que catalogara como amor. O mundo era uma coisa muito fodida e imunda para alguém sentir amor. O que ele não sabia é que Consuelo também já não conseguia mais ter ilusões e só por isto entregava-se a ele. (SOUZA, 1980, p. 191)

Mas, Simone Beauvoir coloca que “a mulher não se acha mais confinada na sua função reprodutora: esta perdeu em grande parte seu caráter de servidão natural” (2019, p. 186), afirmação que parece se aplicar verdadeiramente a Consuelo, que, com a ajuda de Finnegan, conquista um novo espaço profissional. Por não ser mais permitido a ela permanecer trabalhando no hospital, assume o papel de professora de piano do índio Joe Caripuna, ensinando-o tão bem que ele se torna a principal atração do cassino da cidade de Porto Velho:

Consuelo conseguira um trabalho que jamais teria suspeitado poder exercer em Porto Velho. Estava contratada como professora de piano, fazia parte da folha de pagamento da Companhia e tinha o status de graduada, com privilégios especiais e direito a alojamento próprio e férias de um ano inteiramente pagas pela Companhia onde ela desejasse. Não era uma professora de piano qualquer e nem podia receber alunos, isto é, ela dedicava-se a ensinar piano para um só

aluno, também funcionário da Companhia, embora lotado numa categoria inferior. O seu aluno era Joe, o índio caripuna. (SOUZA, 1980, p.306)

No fragmento acima, percebe-se que a personagem evoluiu economicamente, pois começa a receber remuneração pelo trabalho que realiza, como professora de piano, adquirindo *status* e autonomia financeira naquele lugar, que antes pertencia somente aos homens. Sua capacidade em ensinar piano tão bem ajuda a transformar a vida de Joe Caripuna e modifica sua própria situação econômica sem precisar depender de marido ou outro homem qualquer. Para Beauvoir (2019), a evolução econômica feminina modificou profundamente a instituição do casamento, tornando as obrigações dos cônjuges recíprocas e pessoais.

Nesse contexto, Finnegan representa o homem europeu que, ao chegar na região amazônica, é atraído e seduzido pela exuberância da selva, e que se beneficia com a experiência exótica de ter uma mulher estrangeira sem abrir mão dos seus padrões de mulher para ser a esposa:

[...] el hombre europeo se ve atraído y seducido, pero invariablemente regresa a sua país; así gana em los dos tableros: tiene el beneficio de la experiencia exótica (una mujer y um país extranjeros) sin jamás poner realmente em tela de juicio su própria pertinência, ni su identidade. (TODOROV, 2015, 361)

Para Finnegan, Consuelo não passa de uma prostituta, sem nenhuma condição de se tornar sua esposa e regressar com ele ao seu país de origem, como mostra o fragmento seguinte:

Você não vai ficar pensando que eu sou uma puta?
Ela fazia a pergunta olhando com frieza, ou talvez fosse a luz fraca e esverdeada do camarote que lhe dava esta impressão.
Não seja boba, Consuelo – disse Finnegan pensando que afinal ela não passava de uma puta. (SOUZA, 1980, p.330)

Nesse trecho, observa-se o pensamento machista em relação à decisão da personagem, no qual a classifica como prostituta quando ela decide ir embora acompanhando o índio Joe Caripuna em suas apresentações no Rio de Janeiro. Tal pensamento ainda permanece vivo nos tempos atuais e, apesar de ser uma narrativa ficcional, percebe-se um comportamento verossímil diante da visão masculina em relação à mulher, visto que se ela não segue os padrões pré-estabelecidos, é considerada de forma discriminatória: é inapropriada para ser esposa e mãe de família, restando-lhe apenas ser objeto de prazer para os homens.

Para Woolf (2014), apesar das diferenças entre homens e mulheres impostas pelo meio social, a vida para ambos é árdua, difícil, uma luta perpétua. Woolf (2014) destaca que existem muitas afirmações que tratam a mulher como um ser sem “alma” e outros que a consideram metade divina e por isso a idolatram. Além disso, “alguns sábios declaram que o cérebro delas é mais superficial; outros, que sua consciência é mais profunda”, enfatiza Woolf (2014, p. 47).

Consuelo era uma mulher culta, de família de classe média alta em Sucre, na Bolívia e que, apesar de ter ficado viúva e pretender se casar novamente, jamais se submetia aos desmandos masculinos. E mesmo com as muitas qualidades de Consuelo, na visão de Finnegan ela não mais servia para o casamento, apenas para momentos de diversão e prazer,

Finnegan não queria maiores compromissos, sabia desde o princípio que o objetivo dela era o casamento. Mas isto era quase impossível, ela era uma mulher latino-americana e ele um rico herdeiro. Não podiam ficar juntos por muito tempo. A alquimia deles funcionavam apenas ao nível de seus corpos, pelo menos assim ele gostava de imaginar. (SOUZA: 1980, p.318)

O casamento, na visão de Finnegan, não podia se concretizar com uma mulher de classe e origem diferentes da sua, Consuelo representava para ele apenas um objeto para a diversão sexual. Além disso, Consuelo também não se comporta como o esperado de uma viúva casadoira, que seria manter-se enlutada e casta, aguardando um pretendente disposto a desposar uma “viúva honesta” ao qual se entregaria apenas após o matrimônio. Mas, diferente disso, a boliviana busca satisfação pessoal através do trabalho e se entrega a seus desejos carnisais. De certa forma consciente disso, apesar de seus sentimentos, ela não tinha ilusões em relação ao casamento, aceitava sua realidade, entretanto, não era submissa, conhecia seu lugar e tirava proveito da situação, assim como Finnegan, demonstra resistência às regras sociais impostas às mulheres.

A propósito da objetividade de Consuelo em relação a sua própria condição frente aos padrões sociais, vale ressaltar que, mesmo com todas as conquistas dos movimentos femininos, as mulheres ainda são educadas para serem esposas e mães e esse pensamento ainda é bastante comum nas mais variadas sociedades: “O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não sê-lo” (BEAUVOIR, 2019, p. 185).

Para Beauvoir (2019), o casamento sempre foi apresentado de forma diferente para homens e mulheres, sendo ambos os sexos necessários um ao outro, entretanto, as mulheres nunca se constituíram como uma casta que estabelece permutas e contratos iguais à casta masculina, pois, “o encargo que a sociedade impõe à mulher é considerado como um serviço prestado ao esposo” (BEAUVOIR, 2019, p. 187). Trata-se o casamento como uma necessidade para as mulheres, que só estariam de fato realizadas após se tornarem esposas e mães. Já no caso do homem, o casamento é tratado como “um mal necessário” e como uma espécie de “armadilha” que “tiraria sua liberdade”, embora, na prática, quem acaba sendo privada de liberdade, dentro e fora do casamento, é a mulher.

Para Beauvoir (2019), quando se trata do terreno da abstração e da lógica, a mulher aceita a autoridade masculina, porém, quando as ideias e os hábitos lhe interessam, despertando a sua atenção, “ela se opõe com uma tenacidade dissimulada” (BEAUVOIR, 2019, p. 251), o que é o caso de Consuelo.

Nesse sentido, Consuelo se caracteriza como uma mulher à frente do seu tempo, pois suas atitudes e comportamento evidenciam as mulheres que a partir da década de 80 e início da década de 90 iniciaram diversos movimentos sociais em busca de direitos e contra a violência doméstica, a igualdade salarial, os direitos reprodutivos e a descriminalização do aborto, pelos quais até hoje lutamos.

3.3. A “Rainha de Ferro”: do conflito

O romance *Mad Maria* tem a peculiaridade de ter como protagonista a ferrovia Madeira-Mamoré, pois são atribuídas à ferrovia características humanas, de uma mulher forte, que tem a altivez de uma rainha perante os seus súditos, o que é corroborado pelo ponto de vista do personagem Collier apresentado pelo narrador no seguinte trecho da obra:

Enquanto mulher, ela estava galhardamente resistindo onde muitos homens fortes e duros estavam se deixando abater. Como tudo neste mundo, as contradições daquela ferrovia não ficavam evidentemente nisto. De certo modo, aquela ferrovia comandava a todos com os seus caprichos e com a sua indiferença. Era como uma abelha mestra de uma colméia de abelhas corrompidas, derrotadas. Mas ela sempre estava lá, imperturbável em seu caminho, todos os dias olhando os trabalhadores do alto de seus parafusos, lambendo os trilhos com seus dentes de ferro. Era ela, a Mad Maria, a Rainha

de Ferro, a mulher inalcançável de Collier, que bebia por ele, não gim, mas óleo, que amava por todos os homens em seu leito de lama (SOUZA, 1980, p. 140-141).

A figura feminina nesse trecho é apresentada de forma diferente do modelo patriarcal, visto que ela é a responsável pelo destino de todos os envolvidos na sua majestosa construção, deixando a fragilidade e submissão para os homens que ali trabalham, assumindo o protagonismo e um status de superioridade, força e altivez, invertendo os papéis. Para Costa (1999), a mulher era considerada mais frágil fisicamente do que o homem, fazendo parte de sua constituição moral a delicadeza e a debilidade, o que era reforçado pelos estereótipos correntes sobre a personalidade feminina, enquanto no trecho acima ela, a “Rainha de Ferro”, soberana, “comandava a todos com seus caprichos e com sua indiferença”.

Já a descrição da natureza masculina, enfatiza Costa (1999), pautava-se na ideia de força e vigor, que marcavam os traços sócio sentimentais da personalidade do homem. O autor destaca ainda que o amor era colocado no vértice de confluência das características físicas e morais, servindo de referência à distinção entre os sexos.

A ferrovia é apresentada a partir do olhar masculino do engenheiro Collier e dos trabalhadores que, de certa forma, a admiravam pela força e resistência diante da difícil sobrevivência na selva, onde quem se tornou frágil e submisso foram os homens que ali trabalham. Assim sendo, como apontamos anteriormente, ela adquire um status de ser superior, forte e altivo, invertendo os papéis, uma mulher que jamais será possuída ou dominada. Dessa forma, os trabalhadores, súditos da “Rainha de Ferro”, batizaram-na de Mad Maria, pois temiam aquela “general”, que tinha “coxas de metal” e “hálito de vapor”.

As mulheres, de acordo com **A Dominação Masculina**, de Bordieu (2019), constituíam-se como objetos simbólicos que existiam para agradar e servir aos outros, devendo ser sempre receptivas, atraentes e disponíveis, como também sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas e apagadas, ou seja, completamente “femininas”, destaca o autor.

Entretanto, através da personificação da ferrovia, temos uma quebra de paradigma, uma vez que suas características não seguem o padrão feminino imposto pela sociedade patriarcal, em que cabe ao homem comandar e à mulher obedecer, pois nesse

caso milhares de homens estão submetidos aos caprichos de Mad Maria, considerada como uma Rainha de Ferro, impiedosa com seus “súditos”.

Dessa perspectiva, a ferrovia se configura como uma mulher que detém o poder diante dos homens, que eles obedecem e não podem possuir. Ela deixa de ser alvo do desejo masculino e passa a ser admirada, respeitada e temida pela sua altivez, além do quê, a finalidade comercial da construção da Madeira-Mamoré acaba por associá-la ao poder econômico, tendo em vista que os homens, detentores deste, se vêem, de certa forma, subordinado a ela para manter o *status quo*. Assim, percebe-se uma inversão na ordem “natural”, uma mudança que subverte os estereótipos de poder e submissão, posto que esta figura feminina, representada através da humanização da estrada de ferro, assume, simbolicamente, um papel de controle, um certo domínio, que era totalmente vedado às mulheres naquele contexto em que os homens eram concebidos e investidos como detentores de todas as formas de poder.

A ferrovia representa uma mulher inatingível, que observa com indiferença o sofrimento, o martírio dos homens que nela trabalham, que não demonstra nenhum sentimento em relação aos dissabores sofridos por eles, características bem diferentes dos estereótipos de sentimentalismo, debilidade e fraqueza geralmente associados ao “sexo frágil”. Ela também materializa, de certa forma, toda a violência e sofrimento vivido por aqueles que vieram para a Amazônia participar de sua construção com a esperança de melhorar suas condições financeiras e encontraram uma realidade totalmente adversa, com condições precárias de trabalho e de sobrevivência que contribuíram para a loucura de alguns e a morte de outros.

Além das doenças que assolaram os trabalhadores, as brigas entre eles também geraram mortes e mutilações, pois a insalubridade — das condições de trabalho, da alimentação, de habitação, a falta de lazer — contribuiu, muitas vezes, para desencadear comportamentos agressivos e até bárbaros, como o que ocorre no episódio da punição a Joe Caripuna.

Vale ressaltar que o corpo da mulher no passado era visto como marca de exclusão, inferioridade e refletia subordinação por ser “menor, ter ossos pequenos, carnes moles e esponjosas, e o caráter, débil”, destaca Priore (2013, p. 108). Essa visão estereotipada da figura feminina foi disseminada ao longo do tempo e perdura ainda em muitas culturas, que atribuem às mulheres tais características que servem para discriminá-

las diante da sociedade a que pertencem, como forma de coibi-las. A sociedade também atribuiu às mulheres muitas denominações que se referem a sua beleza e a sua saúde, como por exemplo sexo belo ou sexo frágil, destaca Priore (2013). Pode-se dizer que essas marcas perduram, não foram superadas.

No entanto, a “Rainha de Ferro” destoa de todos estes lugares comuns e se apresenta como uma quebra de paradigma, impondo-se, tanto no âmbito físico quanto no psicológico, aos homens que lutam cotidianamente contra o antagonismo da natureza e de suas próprias idiossincrasias com a finalidade de edificá-la. Em outras palavras, a alegoria da ferrovia como “mulher indomável” contesta, de certa forma, tanto os estigmas sociais que pesam sobre a imagem do que seja feminino quanto no que diz respeito ao patriarcalismo reforçado pelos discursos correntes e pelo(s) cânone(s) literário(s) que os reverberam.

Denir Silva de Souza (2018) destaca que o discurso e patriarcal, assim como as atrocidades impetradas às mulheres, deixaram marcas de submissão tanto pela violência física como pela psicológica, ao tirar ou restringir seu poder decisão sobre seus desejos e sobre seu próprio corpo. Isso se reflete diretamente no universo literário, dominado por séculos por homens, que ainda predominam atualmente. Na literatura brasileira, isso ainda é muito forte, como afirma ainda Denir Souza ao refletir sobre o cânone literário:

Basicamente, os cânones literários foram definidos por colonizadores europeus homens, privilegiados financeiramente, prestigiando o discurso hegemônico, desprestigiando os discursos de outros segmentos sociais. O androcentrismo, tendência que adota o ponto de vista masculino como representação do geral, foi impregnado pelo pensamento, assim como o preconceito que se instalou de maneira devastadora nas concepções de homens e mulheres, tornando-os incapazes de refletir a respeito dessas concepções preconceituosas que emergem e se tornam quase imutáveis, enquanto não houver um esforço contínuo para romper com esses paradigmas dominantes. (SOUZA, 2018, p. 25)

A autora enfatiza que o cânone literário, estabelecido a partir dos parâmetros culturais desde a época dos colonizadores europeus, prestigia o discurso hegemônico, ao destacar a predominância masculina na produção literária, o que reforça preconceitos, pois acaba por caracterizar que a escrita literária masculina possui mais qualidade e representa melhor a cultura à qual se vincula reforçando o androcentrismo, que praticamente reduz a raça humana ao termo “homem”.

Ainda de acordo com Souza (2018, p. 61), as representações dos corpos, que foram construídas ao longo da história, “mostram essa ‘verdade’ fixa no passado e que

foi partilhada e difundida, estigmatizando as figuras femininas, ideologicamente construídas através do convívio social, familiar e socioafetivo”.

Neste sentido, o poder sobre a mulher e a sua opressão giram em torno de seu corpo, de sua sexualidade, como filha, esposa, mãe. Esse poder perpassa o corpo e se legitima através da castidade, da fidelidade, da virgindade e da maternidade. O papel feminino era assim definido ao lar, sua instrução era restrita, tendo a responsabilidade de manter o ambiente doméstico um espaço de pureza e decência, longe de qualquer sedução e assim cumprir o seu papel principal, que era o da maternidade. Cabia-lhes apenas o poder de procriação, sem a menor chance de questionar a hierarquia imposta pelo homem, chefe da família. (SOUZA, 2018, p. 61-62)

Para a autora, sempre foram impostas às mulheres regras que oprimem a sua sexualidade e enaltecem o poder masculino, impingindo-lhes a necessidade de serem castas, virgens e fiéis para exercerem o papel de boa esposa e mãe exemplar estipulado pela sociedade. Dessa forma, o papel feminino se restringia ao lar e à responsabilidade de manter o ambiente doméstico livre de interferências mundanas, tornando-o um santuário de paz em que o macho pudesse reinar absoluto, sem conflitos, contrariedades e sobressaltos.

Mary Del Priore destaca que “o diagnóstico das revoluções femininas até o século XX é, por assim dizer, ambíguo. Ele aponta para conquistas, mas também para armadilhas” (2013, p. 107) e, além das conquistas no campo da aparência, da sexualidade, do trabalho e da família, houve também frustrações, pois a tirania da perfeição física empurrou a mulher para a busca de uma identificação coletiva, uma padronização.

A autora afirma que a revolução sexual se eclipsou diante dos riscos da aids e se com isso veio a independência, “a profissionalização trouxe também estresse, fadiga e exaustão. A desestruturação familiar onerou, sobretudo, os dependentes mais indefesos: os filhos” (PRIORE, 2013, p. 107). Nesse sentido, vimos que a revolução sexual feminina foi tolhida pelo surgimento da Aids e que a independência financeira conquistada pelas mulheres, de certa forma, trouxe alguns prejuízos em relação aos filhos, como também em alguns casos sobrecarregou a mulher, tendo em vista que, em sua maioria, quando chegam em casa depois de um dia exaustivo ainda precisam fazer os serviços domésticos. Entendemos que isso se deve sobretudo ao fato de que a sociedade ainda não “absorveu o impacto” da liberação feminina, não se adaptou a essa nova realidade de forma a cobrar dos homens novas posturas, tanto no âmbito privado quanto no público.

As mulheres também são admiradas por sua beleza e sensualidade, o que, para muitos, causa medo e desconfiança, pois não faltam lendas e mitos de que a beleza (e a dissimulação) feminina enfeitiça os homens, que com isso perderia o juízo e faria qualquer loucura. Para Priore (2013), a subordinação feminina também se dava pela sua capacidade de reprodução constantemente solicitada pelos homens.

Entretanto, com o passar dos anos, os comportamentos foram se modificando e a busca pela beleza cresceu ainda mais, pois “em nossos dias, a identidade do corpo feminino corresponde ao equilíbrio entre a tríade beleza-saúde-juventude. As mulheres, mais e mais, são impelidas a identificar a beleza dos corpos com juventude, a juventude com saúde” (PRIORE, 2013, p. 108).

No início do século XXI, somos todas obrigadas a nos colocar a serviço do próprio corpo, essa sendo, sem dúvida, outra forma de subordinação – que, diga-se de passagem, é pior do que se sofria antes, pois, diferentemente do passado, no qual quem mandava era o marido, hoje o algoz não tem rosto. O algoz é a mídia. São os cartazes da rua. O bombardeio de imagens na televisão. (PRIORE, 2013, 109)

A autora critica o ideal de beleza propagado pela mídia – o algoz feminino – que subordina a mulher, assim como no passado, pois a busca incessante pela beleza e perfeição do corpo também é uma forma de prisão a um modelo ideal, que é proposto pelas imagens da televisão e cartazes espalhados pelas ruas das cidades. Priore destaca ainda que “em um mundo onde se morre de fome, grassa uma verdadeira lipofobia – todas as mulheres parecem querer participar da sinfonia do corpo magnífico, quase atualizando as intolerantes teses estéticas dos nazistas” (2013, p. 141).

A figura feminina também é vista e representada de formas distintas em diferentes classes sociais, assim, ao longo do tempo, as características das personagens retratadas nos textos literários contribuiu para reforçar os estereótipos. Desse modo, a literatura nos proporciona diversas reflexões sobre uma determinada sociedade em diferentes épocas e diferentes contextos sociais, sendo possível tomarmos conhecimento sobre o comportamento desse período.

Em relação ao comportamento feminino, pode-se dizer que ele está em permanente mutação e as mulheres do século XXI não seguem o mesmo padrão de mulher ideal observável na metade do século XIX e início do século XX, tempo em que transcorre a narrativa de *Mad Maria*. As representações femininas na obra, apesar de terem estilos diferentes, trazem marcas da dominação masculina imputada durante os vários anos e se

configuram como transgressoras e resistentes por não aceitarem passivamente as regras que são impostas pela sociedade a que pertencem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Antonio Candido (1968, p. 41), “...concluimos que a noção a respeito de um ser, elaborada por outro ser, é sempre incompleta, em relação à percepção física inicial. E que o conhecimento dos seres é fragmentário”. Talvez a propósito dessa crença, o objetivo desse estudo foi analisar as personagens femininas no romance *Mad Maria* (1980), do escritor amazonense Marcio Souza, e verificar suas relações com as bases do patriarcalismo e o ideal feminino, de mulheres passivas e submissas, veiculado sobretudo a partir do Romantismo.

O Romantismo se caracterizou pela sua liberdade criadora, privilegiando as emoções, a subjetividade e o individualismo, pois apresenta uma visão de mundo centrada no ser humano, dando ênfase as sensações humanas e à liberdade de pensamento. A partir disso, esta escola literária deu voz ao romance histórico, que traz à luz, de forma ficcional, acontecimentos e personagens históricos, bem como costumes de determinado meio social.

A associação entre literatura e história, via romance histórico, busca dar voz à realidade a partir de elementos ficcionais com o intuito de revisitar o passado, problematizá-lo, dialogar com ele como forma de questionamento e ressignificação do presente. O romance *Mad Maria* nos traz fatos reais sobre a construção da ferrovia Madeira-Mamoré no estado de Rondônia a partir da construção ficcional, desvelando um pedaço muito significativo, mas pouco discutido, sobre a história da Amazônia e do Brasil.

Nesse sentido o romance *Mad Maria*, de Márcio Souza se configura como um romance histórico ao contar a história da construção da ferrovia Madeira-Mamoré no seio da selva amazônica, além de exibir muito do sofrimento dos trabalhadores e o extermínio de tribos indígenas, representadas por Joe Caripuna, único sobrevivente de sua etnia, que durante a convivência com os “civilizados” vai se adaptando àquela realidade que se lhe impõe e, de certa forma, acaba se afastando de seus costumes e tradições.

A investigação dos fragmentos de um ser nos “permite um conhecimento mais ou menos adequado ao estabelecimento da nossa conduta, com base num juízo sobre o outro

ser”, destaca Candido (1968, p. 41). As representações femininas presentes na obra *Mad Maria* nos mostram, de certa forma, uma resistência feminina aos padrões pré-estabelecidos pela sociedade patriarcal, buscando romper com os mecanismos de dominação impostos pelos ideais machistas de dominação do sexo feminino pelo sexo masculino.

Vimos que para Beauvoir (2019, p. 11), “ninguém nasce mulher; torna-se mulher”, o que quer dizer que, vale ressaltar, desde muito tempo são atribuídos à mulher os papéis de esposa e dona de casa. Quando tais parâmetros não são seguidos, geram preconceitos e muitas dificuldades à existência da mulher em sociedade.

Beauvoir (2019), enfatiza ainda que a mulher é considerada uma matriz, um ovário, uma fêmea. E o epíteto “fêmea”, na boca do homem soa como um insulto, tornando-se pejorativo, “não porque enraíza a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo” (BEAUVOIR, 2019, p. 32). E mesmo depois de todas as lutas pela igualdade entre os sexos, mesmo sendo educadas por mulheres, num mundo feminino, o destino “normal” da maioria das mulheres é o casamento que as torna subordinadas ao homem, destaca também Beauvoir (2019).

Considerando tudo isso, partir da análise das figuras femininas, observa-se uma quebra de paradigma em relação ao papel das mulheres como sujeitos passivos e submissos, destinados apenas aos afazeres domésticos, em contraste com o homem, a quem é atribuída a característica da inteligência e a atividade de provedor da família.

Ora, talvez isso se deva ao fato que “compreender a maneira como a dominação masculina e o sexismo eram expressos no dia a dia conscientizou mulheres sobre como éramos vitimizadas, exploradas e, em piores cenários, oprimidas” (HOOKS, 2018, p. 23), que propõe que imaginemos “um mundo onde não há dominação, em que mulheres e homens não são parecidos nem mesmo sempre iguais, mas em que a noção de mutualidade é o *ethos* que determina nossa interação”.

Os movimentos sociais em busca da libertação do domínio patriarcal e a criação de uma justiça de gênero deram origem a conscientização das mulheres, que a partir daí conseguiram unir forças para desafiar o poder patriarcal no trabalho e em casa atualmente. Assim sendo, hoje as mulheres têm mais autonomia, reconhecem seus direitos, não têm vergonha de expor seus desejos, suas escolhas ou suas vontades.

A representatividade feminina em todos os âmbitos da sociedade se faz necessária para que assim possamos lutar cada vez mais pela igualdade salarial, contra o preconceito, como também pelo fim da violência contra as mulheres, que ainda existe e vemos constantemente nos noticiários mulheres serem espancadas, estupradas e mortas todos os dias.

Vale ressaltar que o desejo de beleza e juventude eterna de certa forma vem escravizando as mulheres nos dias de hoje, subordinando-as a inúmeros processos estéticos numa busca incessante de uma perfeição física, “consolidando um mercado florescente que comporta indústrias, linhas de produtos, jogadas de marketing e espaços nas mídias”, como destaca Priore (2013, p. 109).

Dessa forma, a mulher continua sofrendo prescrições, não mais do marido, do padre ou do médico, mas do discurso jornalístico e dos publicitários que a cercam. Nos últimos anos uma radicalização compulsiva e ansiosa impeliu e continua a impelir as mulheres “para a tríade abençoada pela mídia: ser bela, ser jovem, ser saudável! Graças à supremacia das imagens, instaurou-se a tirania da perfeição física. Hoje, todas querem ser magras, leves, turbinadas” (DEL PRIORE, 2013, p. 141).

Muitas mulheres atualmente buscam não se encaixar no modelo ideal feminino de épocas passadas, elas buscam liberdade, independência e não estão dispostas a seguir os desmandos de um homem. Dessa forma, o homem é considerado ingênuo ao imaginar que a mulher se submeterá facilmente a suas vontades, que irá moldá-la da maneira como ele quiser, destaca Beauvoir (2019), que acrescenta que as mulheres de hoje destronaram o mito da feminilidade e começaram a afirmar, de forma concreta sua independência, entretanto não é sem dificuldade que estão conseguindo viver integralmente sua condição de ser humano.

Entretanto, ainda são necessárias muitas mudanças em relação a figura feminina pois em muitas culturas a mulher ainda não conseguiu se libertar das amarras impostas pelo sistema patriarcal. Conforme hooks (2018), nossa sociedade continua sendo primordialmente uma cultura “cristã”, pois multidões de pessoas continuam a acreditar que Deus ordenou que as mulheres fossem subordinadas aos homens no ambiente doméstico,

Ainda que multidões de mulheres tenham entrado no mercado de trabalho, ainda que várias mulheres sejam chefes e arrimo de família, a noção de vida doméstica que

ainda domina o imaginário da nação é a de que a lógica da dominação masculina está intacta, seja o homem presente em casa ou não (HOOKS, 2018, p. 18).

Apesar de as mulheres terem conquistado um espaço considerável nos últimos tempos e, em muitos casos, serem as únicas provedoras de suas casas, existe ainda em muitas sociedades esse pensamento de que somente ao homem cabe o papel de ser o provedor e, portanto, chefe da família, atribuindo-se à mulher, prioritária ou unicamente, a obrigação de se dedicar aos cuidados com a casa, o marido e a prole.

Essas questões foram definidas ao longo dos séculos, a partir dos discursos e das práticas patriarcalistas que se formaram desde os primórdios da história da humanidade e vêm sendo reproduzidas e reforçadas ao longo do tempo.

Qualquer discussão do tema aqui proposto a propósito de *Mad Maria* acaba extrapolando o espaço ficcional de tal forma que o mote, as mulheres na obra, se sobrepõe à obra e se funda numa realidade que oprime, silencia e que ainda segue como algo que precisa ser permanentemente discutido e questionado para que não percamos de vista que, a despeito de todas as conquistas, ainda há muita luta pela frente.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993
- ARRAES, César Augusto de Araújo; SILVA, Joanna da. Mad Maria: história e ficção na obra de Márcio Souza. Disponível em: < <https://edoc.ufam.edu.br/retrieve/148b9b7e-ccf0-46c9-a249-e79e66e715e6/TCC-Letras-2015-Arquivo.003.pdf>> Acesso em 01/02/2022.
- BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: formação social e cultural. 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2009. 546 p.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet; prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197– 220.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRANDÃO, Ruth Junqueira Silviano. **Mulher ao pé da letra: a personagem feminina na literatura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CANDIDO, Antônio. A personagem de ficção. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1968.
- CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. “Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena”. In: *A inconsistência da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify. p. 225-254.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. São Paulo: Estudos avançados 11(5), 1991.
- CHAVES, Fabiana Nogueira; CÉSAR, Maria Rita de Assis. O silenciamento das mulheres da Amazônia Brasileira. São Paulo: Extraprensa, v. 12, n. 2, p. 138 – 156, jan./jun. 2019
- CORDEIRO, Elcione Sousa da Silva. O lugar da poesia de Violeta Branca na produção literária amazonense do século XX. (Dissertação de mestrado). Tefé, AM: UEA, 2021.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

- COSTA, Lourenço Resende. História e Literatura: um diálogo interdisciplinar. *Todas as Musas*. Ano 10, n. 02. jan-jun 2019, p. 203- 209.
- COSTA, Kelerson Semerene. Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. Série Estudos e ensaios/Ciências sociais/FLACSO- Brasil, junho, 2009.
- COSTA, Verônica Prudente. *Muraida: A tradição literária de viagens em questão*. Rio de Janeiro, 2013.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.
- ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Ed.UNESP e Contexto, 2000
- ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História. *Textura*. Canoas, n. 09. nov. 2003 a jun. 2004. p. 49-50
- FAZENDA, Ivani Catarina A. (org.). *O que é interdisciplinaridade?*. São Paulo: Cortez, 2008.
- FEITOSA, Orange Matos. À sombra dos seringais: militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924). (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2015.
- FONSECA, Thaila Bastos da. NARRATIVAS AMAZÔNICAS: Representações do Mito do Boto nas Narrativas dos Moradores Antigos da Comunidade da Missão Tefé-Amazonas. (Dissertação de mestrado). Tefé, AM: CEST/UEA, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos)
- GADAMER, Hans George. *Verdade e método*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 192.
- GOMES, Márcia Letícia. *Pelos caminhos da história e da ficção: a estrada de ferro Madeira-Mamoré na escrita romanesca de Márcio Souza*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 122
- GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.
- GRECCO, Gabriela de Lima. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. V. 6, 11, julho de 2014.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Guacira Lopes Louro e Tomas Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- HELENA, Lúcia. *A solidão Tropical: o Brasil de Alencar e da modernidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- HOLANDA, Yomarley Lopes. *O artista-andarilho da Amazônia e o florescer de sua práxis-poiesis na festa popular*. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2020.
- HOOKS, Bell. **O feminino é para todo mundo** políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

- JAPIASSU, Hilton Peneira. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1934, 202 p
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Ática, 1998.
- LEAL, José Carlos. **A Maldição da Mulher**. São Paulo: DPL, 2004.
- LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história de opressão das mulheres pelos homens. Tradução: Luiza Sellera. 1ª edição digital, São Paulo: Editora Cultrix, , 2019.
- LIMA, Isabel Pires de. *O tempo dos 'inutensílios': o lugar das humanidades na contemporaneidade*. Porto: Faculdade de letras da universidade do Porto, 2015. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14071.pdf>. Acesso em 20 de fev. 2020.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura Amazônica*. Manaus: Editora Valer, 2015.
- LUKÁCS, Gyorgy. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LYRA, Pedro. “As três formas culturais do conhecimento”. In: *Literatura e Ideologia: Ensaio de Sociologia da Arte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- MELO, Mariluci Dias Cambui de; COSTA, Lourenço Resende da. História e literatura: romance histórico, desconstrução e carnavalização na obra “Memorial do Convento”, de José Saramago. In: *Revista Ateliê de História*. Ponta Grossa, V.5, n.º 1, p.11-22, 2017.
- Mello, Ludmila Giovanna Ribeiro de. *Representações femininas no romance histórico escrito por mulheres: um estudo comparativo entre dois textos do século XX*. 2008. Dissertação de Mestrado em Estudos Literários. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005. 120p.
- NENEVÉ, Miguel; GOMES, Márcia Letícia. A descolonização em Mad Maria de Márcio Souza: o contra-discurso ao “progresso” na amazônia. *Revista Realis*, vol.1, nº 02, Jul-Dez 2011. P. 21-31. ISSN 2179-7501
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. 384 p.: il. color.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORTIZ, Renato. Cultura e modernidade-mundo. In: _____. *Mundialização e Cultura*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 75-104.
- PAIVA, Ana Carolina Monteiro. “Um fenômeno especial na América do Sul”: a projeção de Porto Velho em Mad Maria, de Márcio Souza. *XVII encontro Estadual de História*. V. 17, nº 1, 2016.
- PEIXOTO, Fabrícia. Linha do tempo: entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia. Brasília: BBC Brasil, 23 de julho de 2009. Disponível em : < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722_amazonia_timeline_fbdt#ou ronegro> Acesso em 01/02/2022.

- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. 520 p. Coleção História.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução: Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. recurso digital
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Literatura, História e identidade nacional. Santa Maria, *Vida Revista Eletrônica*, jan/jun 2000. v.19, n. 33. P. 9-27.
- PINTO, Renan Freitas. A viagem das ideias. In: *Estudos Avançados*, 19 (53), 2005
- PIZARRO, Ana. Palabra, literatura y cultura em las formaciones discursivas coloniales. In: PIZARRO, Ana (Org.) *América Latina: Palavra, literatura e cultura*. Campinas: UNICAMP, 1993. v. 1, p. 19-37.
- PONTES FILHO, Raimundo Pereira. *Estudos de História do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2000.
- PORTELLA, Eduardo. **Teoria da Comunicação Literária**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- PRIORE, Mary Del. *Conversas e histórias de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.
- _____. *Histórias da gente brasileira: colônia*. São Paulo: LeYa, 2016. v.1
- _____. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.
- _____. O corpo feminino. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- RAGO, Luzia Margareth. Do cabaré ao lar. A Utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004
- ROCHA, Gilmar. A imaginação e a cultura. In: *Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UFJF*. V. 11, nº 2 jul/dez 2016
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classes. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528 p.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In: _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 14. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013. p. 119-137.
- SILVA, Marina. *Mulheres na Amazônia – A Intimidade Exposta*. Agenda 21 das mulheres da floresta. Brasília, 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu (org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. et al. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 11 Ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2012, p. 73-102.

- SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004
- SOUZA, Carla Monteiro de. Considerações sobre a inserção social de migrantes gaúchos em Roraima. História Oral, v. 9, n. 1, p. 29-47, jan.-jun. 2006.
- SOUZA, Denir Silva de. Representações do papel da mulher no seringal nas narrativas de *Terra Caída e Maibi*. (Dissertação de mestrado). Tefé, AM: CEST/UEA, 2018.
- SOUZA, Márcio. Amazônia e Modernidade. São Paulo, *Estudos Avançados*, 2002. Vol. 16 no. 45.
- SOUZA, Márcio. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- SOUZA, Márcio. *Mad Maria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (Coleção Vera Cruz: 301).
- SOUZA, Marinete Luzia Francisca de. *A literatura Amazônica dos textos de viagem aos romances contemporâneos*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra, março de 2013.
- SPIVAK, Gayatri Chakravony. *Pode o subalterno falar?*. Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. PRIORE, Mary Del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). História das mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 337- 370.
- TODOROV, Tzvetan. *Nosotros y los Otros: Reflexión sobre la diversidad humana*. Traducción de Martí Mur Ubasart. 4ª ed, 2005.
- TRAJANO, Leina da Silva; SANTOS, Julius François Cunha dos. O Ciclo da Borracha na Literatura Amazonense – Uma Análise da Obra “Um Punhado de Vidas-Romance de um Soldado da Borracha” de Aristófanes Castro. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 04. Ano 02, Vol. 01. pp 191-207, Julho de 2017. ISSN:2448-0959
- WANKLER, Cátia Monteiro. Apoteose do Sentimento versus Anatomia do Caráter, a Crítica ao Sentimentalismo em: O Crime do Padre Amaro e o Primo Basílio. Textos & Debates, n. 9, p. 51 a 64, Agosto a Dezembro de 2005.
- WASSON, Donald L. Galeno. Tradução: Joana Mota. [S. I.] 2019. Disponível em <<https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-10393/galeno/>>. Acesso em 30 de maio de 2022.
- WEINSTEIN, Bárbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850 – 1920. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993 (Estudos históricos; 20).
- WOOLF, Virgínia. *Mulheres e ficção*. Tradução: Leonardo Froés. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2019.
- WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução: Bia Nunes de Sousa. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

WOOLF, Vírnia. Profissões para mulheres e outros artigos feministas. Tradução de Denise Bottmann. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2013

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *Literatura e gênero: a construção da identidade feminina*. 2 ed. Caxias do Sul-RS: Efucs, 2013.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. SANTOS, Salette Rosa Pezzi. *A mulher na história da literatura: estudos da produção literária de escritoras da Região de colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: Educus, 2015. 292 p

